



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
MUSEU AMAZÔNICO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

DA UNICIDADE VIRTUAL A POLIFONIA REAL: MICROPOLÍTICAS TICUNA  
NO ALTO SOLIMÕES- AM/BRASIL

ANDERSON ROCHA DE ALMEIDA

MANAUS-AM

2015

**ANDERSON ROCHA DE ALMEIDA**

**DA UNICIDADE VIRTUAL A POLIFONIA REAL: MICROPOLÍTICAS  
TICUNA NO ALTO SOLIMÕES AM/BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/PPGAS da Universidade Federal do Amazonas/UFAM, como requisito para obtenção do título de Mestre em Antropologia Social na área de concentração de Ciências Humanas.

Orientador Profº. Dr. João Pacheco de Oliveira

**MANAUS- AM  
2015**

**ANDERSON ROCHA DE ALMEIDA**

**TERMO DE APROVAÇÃO**

Esta dissertação foi apresentada em defesa pública como parte dos requisitos necessários à obtenção do Grau de Mestre junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas/Museu Amazônico, e em cuja biblioteca setorial encontra-se à disposição dos interessados.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>o</sup>. Dr. João Pacheco de Oliveira  
(Orientador)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr. Thereza Cristina Cardoso Menezes  
(Membro)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr. Ana Carla dos Santos Bruno  
(Membro)

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

A447d Almeida, Anderson Rocha de  
Da unicidade virtual a polifonia real: micropolíticas Ticuna no Alto Solimões- AM/Brasil / Anderson Rocha de Almeida. 2015  
116 f.: 31 cm.

Orientador: João Pacheco de Oliveira  
Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Povo Ticuna. 2. Etnopolítica . 3. Movimento Indígena. 4. Associativismo. 5. Institucionalização. I. Oliveira, João Pacheco de II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

**ANDERSON ROCHA DE ALMEIDA**

**DA UNICIDADE VIRTUAL A POLIFONIA REAL: MICROPOLÍTICAS  
TICUNA NO ALTO SOLIMÕES AM/BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/PPGAS da Universidade Federal do Amazonas/UFAM, como requisito para obtenção do título de Mestre em Antropologia Social na área de concentração de Ciências Humanas.

**BANCA EXAMINADORA**

Profº. Dr. João Pacheco de Oliveira- PPGAS/UFAM- Presidente

Profª. Dr. Thereza Cristina Cardoso Menezes- UFRRJ- Membro

Profª. Dr. Ana Carla dos Santos Bruno- PPGAS/UFAM- Membro

**MANAUS- AM  
2015**

## **Agradecimentos**

Ao fim de todo um caminho percorrido, olhamos para atrás e recordamos dos tropeços, encontros e desencontros que fizeram da caminhada algo doloroso, mas ao mesmo tempo prazeroso.

Nesse pequeno fragmento da dissertação, estão contidas as mais sinceras notas de agradecimento aqueles que de maneira direta, indireta, paciente e exigente puderam tornar, aos seus modos, possível a presente dissertação.

Ainda que saibamos que recordar é viver, não podemos por hora vivenciar todas as vicissitudes de um processo político, etnográfico e de amizades que foram sendo construídos cotidianamente no diálogo entre pessoas as mais diversas.

Quero agradecer em primeiro lugar a minha família: Maria Lucirlene Rocha de Andrade (minha querida Mãe), Francisco Pereira de Almeida (meu adorável e paciente Pai), Andrea Andrade de Almeida (minha primeira Irmã), Francirlene Andrade de Almeida (minha segunda Irmã), Weique Andrade de Almeida (meu Irmão caçula) e, é claro aos meus sobrinhos Lucas, Esther, Victor e Lianny (pela alegria que me transmite cada dia).

A minha família nuclear: Gecilene dos Santos Chapiama (minha amada esposa) e a minha jóia rara- Yuri Chapiama de Almeida (Meu Filho).

Agradeço ao Programa de Pós- Graduação em Antropologia Social- PPGAS/UFAM pela possibilidade de oferecer-me um universo de estudo/pesquisa, que fizeram de minha proposta de pesquisa uma grande viagem intelectual e etnográfica. Agradeço em especial às/aos professoras(es): Thereza Meezes (com suas inquestionáveis aulas, ensinamentos e pelas inquestionáveis contribuições na banca de qualificação e defesa da dissertação), Ana Carla Bruno, Maria Helena, Priscila Faulhaber, Carlos Dias e Sergio Ivan Gil Braga, professores estes dos quais tive a oportunidade de cursar suas disciplinas. À Franciane (secretária e amiga dos alunos do PPGAS/UFAM) e Fábio Canaquias (segurança, amigo e guru do PPGAS).

Agradeço também a professora Maria Regina de Carvalho Erthal que por sua vasta experiência e convivência entre os índios Ticuna no Alto Solimões teceu uma atenta leitura deste trabalho desde a banca de qualificação até a defesa da mesma.

Quero agradecer imensamente ao meu orientador João Pacheco de Oliveira, que de maneira impecável guiou-me em todo o meu itinerário de pesquisa e escrita, onde o estar lá e estar aqui sempre estiveram sob o olhar atento e a batuta do mestre.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de uma bolsa de dois anos, que compreendeu o período de março de 2013 a fevereiro de 2015, possibilitando tanto a minha estada na cidade de Manaus, quanto no auxílio a minha pesquisa de campo no Alto Solimões.

Quero deixar aqui os meus sinceros agradecimentos aos funcionários do Cartório da Comarca de Benjamin Constant: dona Ana Maria Ramos Pereira (responsável pelo conturbado arquivo do cartório de Benjamin), Bruna de Souza Guerreiro (Auxiliar Administrativa, sempre disposta a ajudar), Patrícia Assis Mariano (Auxiliar Administrativa), Luziete Oliveira Coelho (Escrevente Autorizada) e ao senhor Abdias Pereira (Tabelião).

Aos colegas e por que não amigos do PPGAS e Casa Kabylla, Gláucia Baraúna (quem me recepcionou em Manaus), meu amigo Eliaquim Timoteo (my friend), Rancejano Guimarães, Marcos Ramires, Auriédia Marques (minha mãe de Manaus) e aos demais colegas de turma de mestrado e doutorado de 2013.

Agradeço também imensamente, a minha amiga Fabiula- técnica do Laboratório de Antropologia do Instituto de Natureza e Cultura, pelas correções ortográficas da presente dissertação.

Por fim, e não derradeiro, agradeço imensamente todas as lideranças Ticuna que se dispuseram a participar dessa pesquisa, concedendo-me longas entrevistas e conversas informais que versavam sobre fatos políticos e sociais mais contemporâneos até aqueles que deram o tom do movimento indígena Ticuna a partir da década de 1970.

Para efeito de registro cito aqui os nomes daquelas lideranças Ticuna que estiveram diretamente envolvidas com essa pesquisa. Nino Fernandes, Paulo Honorato Mendes, Paulino Manoelzinho Nunes, Hilda Félix, Isabel Francisco Fernandes, Tertulino Mendes, Santo Cruz Clemente Mariano, Reinaldo Otaviano do Carmo, José Honorato Mendes, João Vasquez Fernandes, Sansão Ricardo Flores e Alírio Mendes.

## LISTA DE SIGLAS

ACISPO- Associação dos Caciques Indígenas de São Paulo de Olivença  
ACGTT- Associação Conselho Geral da Tribo Ticuna  
AEIF- Associação dos estudantes Indígenas de Feijoa  
AIS- Agente Indígena de Saúde  
AIS'T- Agente Indígena de Saúde Ticuna  
AMATÛ- Associação das Mulheres Artesãs Ticuna de Bom Caminho  
AMCIFÛ- Associação das Mulheres da Comunidade de Feijoa  
AMIPC-MAMATÛ- Associação das Mulheres Indígenas de Porto Cordeirinho  
AMIT- Associação das Mulheres Indígenas Ticuna  
ASTRASP- Associação dos Trabalhadores de Saúde Pública Indígena do Alto Solimões  
CDPAS- Centro de Documentação e Pesquisa do Alto Solimões  
CFSOL- Comando de Fronteira do Solimões  
CGCON- Coordenação Geral de Convênios  
CGTT- Conselho Geral da Tribo Ticuna  
CIMI- Conselho Indigenista Missionário  
CNBB- Conselho Nacional dos Bispos no Brasil  
CNS- Conselho Nacional de Segurança  
DAS- Diocese do Alto Solimões  
DSEI- Distrito Sanitário Especial Indígena  
DSEI/AS- Distrito Sanitário Especial Indígena do Alto Solimões  
ECO 92- Conferência Mundial sobre Meio Ambiente em 1992  
EM- Exposição de Motivos  
EWARE-ACIÛ- Associação dos Artesãos e Cultura Indígena de Umariã  
FAO- Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura  
FIDA- Fundo Internacional de desenvolvimento Agrícola  
FIOCRUZ- Fundação Oswaldo Cruz  
FINEP- Financiadora de Estudos e Projetos  
FOCCITT- Federação das Organizações e dos Caciques e Comunidades Indígenas da Tribo Ticuna  
F-ODM- Fundo Espanhol para o Alcance dos Objetivos do Milênio  
FUNAI- Fundação Nacional do Índio  
FUNASA- Fundação Nacional de Saúde  
GMTCCN- Grupo de Mulheres Ticuna da Comunidade Cidade Nova  
GT- Grupo de Trabalho  
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDASSI- Instituto de Desenvolvimento e Assistência a Saúde e as Sociedades Indígenas  
ISCOS- Instituto Sindical para a Cooperação ao Desenvolvimento  
INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
MEB- Movimento de Educação de Base  
MINC- Ministério da Cultura  
MINTER- Ministério do Interior  
MMA- Ministério do Meio Ambiente  
MN- Museu Nacional  
MRE- Ministério das Relações Exteriores  
MSF- Médicos Sem Fronteira

NESPI- Núcleo de Estudos em Saúde dos Povos Indígenas  
OIT- Organização Internacional do Trabalho  
OGPTB- Organização Geral dos Professores Ticuna Bilingue  
OGCCIPC- Organização Geral dos Caciques das Comunidades Indígenas do Povo Kokama  
OGMITAS- Organização Geral das Mulheres Indígenas Ticuna do Alto Solimões  
OMITTAS- Organização da Missão Indígena da Tribo Ticuna no Alto Solimões  
OMSPT- Organização dos Monitores de Saúde do Povo Ticuna  
ONG's- Organização Não-Governamental  
OPAN- Operação Anchieta  
OPAS- Organização Pan-Americana da Saúde  
OSPTAS- Organização de Saúde do Povo Ticuna do Alto Solimões  
OTM- Organização Toü Maü  
OTMM- Organização Toü Maü y Meü  
PA- Procedimento Administrativo  
PC- Programa Conjunto  
PCN- Projeto Calha Norte  
PDA- Projetos Demonstrativos  
PDPI- Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas  
PETI- Programa de Estudos sobre as Terras Indígenas no Brasil  
PI- Peça de Informação  
PI- Posto Indígena  
PIN- Programa de Integração Nacional  
PIT- Posto Indígena Ticuna  
PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PPG7- Programa Piloto de Proteção as Florestas Tropicais do Brasil  
PPTAL- Programa Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas na Amazônia Legal  
PRM-TBT- Procuradoria da República no Município de Tabatinga  
SEBRAE- Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenos Empresário  
SPI- Serviço de Proteção ao Índio  
SEPLAM- Secretaria de Planejamento  
SESAI- Secretaria Especial de Saúde Indígena  
SESP- Serviço Especial de Saúde Pública  
SUCAM- Superintendência de Campanhas de Saúde Pública  
TCC- Trabalho de Conclusão de Curso  
UA- Universidade do Amazonas  
UFRJ- Universidade Federal do Rio de Janeiro  
UNI- União das Nações Indígenas  
UNICEF- Fundação das Nações Unidas para a Infância  
VIDC- Vienna Institute for Development and Cooperation  
WWF- World Wildlife Foundation

## LISTA DE FIGURAS

|   |    |
|---|----|
| <b>Figura 1:</b> Estrutura do DSEI- Alto Solimões no ano de 2003..... | 94 |
|---|----|

## LISTA DE TABELAS

|   |     |
|---|-----|
| <b>Tabela 1:</b> Organizações e Associações Ticuna criadas entre as décadas de 1980 e 1990..... | 71  |
| <b>Tabela 2:</b> Organizações e Associações Ticuna criadas entre os anos de 2000 a 2006.....    | 78  |
| <b>Tabela 3:</b> Mudanças no Orçamento do Convênio 034/01.....                                  | 85  |
| <b>Tabela 4:</b> Comunidades indígenas e etnias a serem atendidas pelo Convênio OTM/FUNASA..... | 86  |
| <b>Tabela 5:</b> Repasses das Parcelas do Convênio 1423/04- CGTT/FUNASA.....                    | 93  |
| <b>Tabela 6:</b> Orçamento do PC por Agência em USD.....  | 105 |

## RESUMO

A presente dissertação trata da configuração etnopolítica Ticuna a partir da formação das unidades políticas internas ao Movimento Indígena, entendendo que a idéia de unidade política entre os Ticuna nunca foi de fato uma realidade, até mesmo quando da luta pela demarcação dos seus principais territórios. O que efetivamente ocorreu durante anos entre as décadas de 1970-1980 foi uma virtual união que se expressava “por uma única voz” no interior de um Movimento Indígena que tinha consciência de que as diferenças e conflitos internos deviam dar lugar a luta em torno de um objetivo comum: a demarcação da terra. No entanto, com a demarcação física e jurídica dos seis principais territórios étnicos Ticuna (Eware I e II, Lago Beruri, Porto Espiritual, Betânia e Vui-Uata-In e/ou Nova Itália) no ano de 1993, o final da década de 1990 e princípio do século XXI foram seguidos da criação de uma multiplicidade de organizações e associações políticas Ticuna- orientadas para os mais variados campos de ação política. Em muitos casos essas mesmas organizações e associações passaram a se chocar, pois concorriam/concorrem entre si projetos e convênios. Contudo, o que é produzido politicamente entre os índios Ticuna atualmente é justamente um conjunto de micropolíticas operadas por uma multiplicidade de organizações e associações Ticuna. Diante dessas disputas por projetos e convênios, esteve presente a necessidade de institucionalização dos mecanismos de ação política (organizações e associações), fato que acabou por lançar as lideranças e dirigentes Ticuna no campo do exercício jurídico de maneira direta, algo que acarretou uma série de benefícios, mas que por outro lado, como no caso do CGTT no convênio com a FUNASA, desencadeou um processo de inadimplência que em muitas de suas faces acabou por abalar o prestígio de muitas lideranças e dirigentes Ticuna que historicamente estiveram na linha de frente do Movimento Indígena Ticuna.

Palavras Chaves: Povo Ticuna, etnopolítica, movimento indígena, associativismo, institucionalização.

## **ABSTRACT**

This dissertation is concerned with the Ticuna ethno-politics configuration from the formation of internal political units in the indigenous social movement, understanding that the idea of political unity among the Ticuna people was never a reality in fact, even when they struggled for the lands demarcation. Actually, what really occurred during all the 1970-1980 decade, while the fight for the lands regularization was a virtual union expressed “by one voice” inside of an indigenous social movement that had consciousness that differences and internal conflicts should give rise to a common objective: the land demarcation. However, with the legal and physical demarcation of the six main Ticuna ethnic territory (Ewara I and II, Lago Beruri, Porto Espiritual, Betânia and Vui-Uata-In and/or Nova Itália), the end of the 1990 decade and the early XXI century was followed by the creation of a multiplicity of Ticuna social organizations and political associations, guided to several fields of political action. In many cases, these same organizations and associations began to clash by competing for the same projects and government agreements. However, what is politically produced among Ticuna Indians is currently a set of micropolitics conducted by a multiplicity of Ticuna’s organizations and associations. Given the disputes by projects and government agreements there was the necessity of institutionalization for the political mechanisms of action (organization and associations), this fact eventually launched the Ticuna leaders and chiefs straight to the field of legal activity, causing a series of benefits, but on the other side- as in the case of CGTT organization during the health agreement with FUNASA- triggered an indebtedness process, which in many ways affected the prestige of several Ticuna leaders and chiefs that historically had been in the forefront of Ticuna indigenous movement.

**Key-words:** Ticuna people, ethno-politics, indigenous social movement, political association, institutionalization.

## SUMÁRIO

|  |     |
|--|-----|
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....  | 15  |
| <b>CAPÍTULO 1: A construção da política indígena Ticuna no Alto Solimões</b> .....   | 26  |
| 1.1 De ações políticas isoladas a constituição de uma união das lideranças Ticuna em torno de um objetivo comum.....   | 26  |
| 1.2 Construindo redes e operacionalizando as demandas: a criação do CGTT, OGPTB e OMSPT.....   | 39  |
| <b>CAPÍTULO 2: A institucionalização do movimento indígena Ticuna e o redimensionamento das articulações políticas</b> .....   | 64  |
| 2.1 A multiplicação de organizações/associações políticas Ticuna no pós-demarcação de 1993.....  | 65  |
| <b>CAPÍTULO 3: Assumindo convênios, gerindo financiamentos: o convênio entre o CGTT e a FUNASA como um caso exemplar da institucionalização do movimento indígena Ticuna</b> ..... | 81  |
| 3.1 A implantação do DSEI-AS e as articulações políticas dos dirigentes das organizações políticas Ticuna em torno dos convênios da saúde.....                                     | 81  |
| 3.2 Experimentando e aprendendo: os desafios enfrentados pelo CGTT na condução de ações políticas no campo da saúde.....   | 88  |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....  | 99  |
| <b>REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....  | 113 |

## INTRODUÇÃO

Como parte integrante e indispensável do corpo de uma etnografia está a descrição das relações tecidas entre pesquisador e agentes pesquisados. E aqui no caso deste trabalho, opto por iniciar a apresentação da presente dissertação indicando a maneira como este tema de pesquisa veio a se colocar como projeto de mestrado, apontando como as relações com os agentes acabaram por influenciar diretamente na estrutura deste trabalho.

Desde a graduação venho trabalhando com a etnologia produzida sobre os índios Ticuna. Nos anos de 2010 e 2011, realizei um levantamento bibliográfico sobre a etnologia dos índios Ticuna produzida ao longo do século XX- dentro de um projeto de Iniciação Científica (PIBIC) intitulado “Ticuna do século XX: para uma perspectiva do contato- PIB-H/0082/2010”- no qual pude identificar as múltiplas situações históricas e processos políticos pelos quais o povo Ticuna havia passado.

Aproveitando a leitura dos textos no bojo do projeto de iniciação científica, enveredei-me no projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) por um interesse de pesquisa pautado numa reflexão sobre “Os rumos do movimento indígena Ticuna no Brasil: o papel das organizações nesse percurso”, tema que me convidava a refletir sobre o papel que organizações como o Conselho Geral da Tribo Ticuna (CGTT), Organização Geral dos Professores Ticuna Bilingue (OGPTB) e a Organização dos Monitores de Saúde do Povo Ticuna (OMSPT) haviam desempenhado dentro do movimento indígena Ticuna na luta pela demarcação da terra, saúde e educação indígena.

Se na graduação o interesse de pesquisa voltava-se basicamente para três organizações políticas Ticuna que atuavam em três campos distintos, mas que se entrecruzam, na presente dissertação o ponto central é justamente o período do pós-demarcação dos principais territórios étnicos Ticuna realizado no ano de 1993.

No entanto, muitas problemáticas se impõem quando nos encontramos no seio de um campo político que cotidianamente passa por processos de reconstrução como é o caso do movimento indígena Ticuna- entendido aqui como um modo de ação política permeado por uma polifonia de vozes e de interesses- que no princípio deveriam se unir em torno de um objetivo comum e que anulasse, pelo menos por um tempo, os muitos conflitos que eram parte e são constituintes do mesmo, mas que deveriam dá espaço à produção de uma “única voz”.

Quando digo que muitas problemáticas se impõem e/ou reorientam nossas propostas de pesquisa, quero dizer com isso que nossos interesses se chocam muitas vezes com disputas internas e vozes dissidentes (no interior dos grupos que estudamos) que produzem “projetos” políticos que expressam interesses análogos entre si e em relação à proposta de pesquisa do antropólogo.

Nas primeiras visitas ao campo em fevereiro de 2014, conversei com lideranças Ticuna que ainda não havia conhecido quando realizei meu primeiro trabalho de campo na graduação no ano de 2010.

Por indicação de lideranças que já conhecia, pude conversar com o senhor Reinaldo Otaviano do Carmo (liderança ligada ao campo de educação), senhora Isabel Francisco Fernandes (liderança que ajudou a fundar a Organização Geral das Mulheres Indígenas Ticuna do Alto Solimões- OGMITAS), João Vasquez (um dos primeiros Agentes Indígenas de Saúde Ticuna- AIS; responsável pela criação da Organização dos Monitores de Saúde do Povo Ticuna- OMSPT), Alírio Mendes (um dos fundadores da Organização Geral dos Professores Ticuna Bilingue- OGPTB), Sansão Ricardo Flores (atual presidente da OGPTB), Paulo Honorato Mendes (atual presidente da Federação das organizações dos Caciques e Comunidades Indígenas da Tribo Ticuna- FOCCITT), José Honorato Mendes (AIS de Umariçu II) e dona Hilda Félix (uma das fundadoras da Associação das Mulheres Indígenas Ticuna- AMIT).

Ao apresentar o projeto de mestrado a todas essas lideranças, fui surpreendido com um interesse em comum que aproximava em certa medida muitas lideranças que historicamente estiveram inseridas em projetos políticos distintos. O fato era que tais lideranças me diziam que recuperar os processos políticos e determinados acontecimentos relativos à indicação de capitão de comunidade, lutas isoladas de capitães pela terra em suas comunidades, participação em reuniões e assembléias locais e nacionais, viagens a Brasília e outras cidades e indicar os agentes e agências pró-índio parceiros no início do movimento etc, são fundamentais para se pensar a nova fase que o movimento indígena tem vivido desde a institucionalização do mesmo.

Diante dessa experiência das lideranças tive que operar uma longa e complicada negociação com os mesmos, na medida que uma recusa de minha parte em aceitar tal proposta seria inevitavelmente a inviabilização do trabalho de campo. No entanto, a aceitação de tal proposta exigia todo um repensar o projeto de mestrado.

Mesmo sabendo que aceitar tal exigência trar-me-ia conseqüências um tanto complicadas do ponto de vista do tempo necessário para tal mudança, aceitei a exigência das

lideranças e acabei por enxergar nessa proposta algo que havia descartado inconscientemente que era o fato de a construção de uma política indígena Ticuna, fundamental para a demarcação da terra, estivesse mais recuada do que a década de 1970, podendo ser remontada a década de 1940, quando da implantação do primeiro Posto Indígena (PI) na região do Alto Solimões.

Ainda que cada liderança Ticuna tenha seus próprios interesses na recuperação desses processos, algo que para a presente pesquisa tornou-se um elemento a mais na reflexão sobre os arranjos e redes políticas constituídas pelas lideranças e dirigentes de organizações e associações políticas Ticuna, cabe ao pesquisador analisar a partir de que ponto/posição cada um desses agentes está/estão atuando no campo do movimento indígena.

Nesse sentido, a reflexão realizada nesta dissertação faz uso de um conjunto de conceitos que são evocados na medida em que os dados etnográficos assinalam a necessidade de utilização dos mesmos.

Portanto, encarar o campo etnográfico como sendo “um campo de areia movediça significa lançar mão sob um terreno cheio de oscilações, tropeços e conflitos” (BACHELARD, 1996, p.25) em que o antropólogo deve assentar-se e estabelecer continuamente suas indagações a fim de que supere as incertezas e obscuridades de um campo em contínua mudança.

Ante um campo etnográfico, cada ator social ocupa uma posição específica, e aqui inclui o antropólogo, mas não imóvel. Essa mesma posição lhe possibilita enxergar a sociedade e as relações a sua volta de uma determinada maneira. O antropólogo nesse universo deve moldar-se às mudanças de posicionamentos dos atores sociais do qual a sua pesquisa se propõe analisar.

A partir do momento que passei a me inserir no universo das relações políticas de lideranças e dirigentes Ticuna, ocorreu aquilo que James Clifford chama de “encontro intercultural loquaz e sobredeterminado, atravessado por relações de poder e propósitos pessoais” (1998, p.21). Contudo, esse “encontro etnográfico”<sup>1</sup> (OLIVEIRA, 2006, p.24) nos termos de Roberto Cardoso é operado pelos agentes do encontro etnográfico e obedece a um

---

<sup>1</sup> A rigor, não há verdadeira interação entre nativo e pesquisador, porquanto na utilização daquele como informante, o etnógrafo não cria condições de efetivo diálogo. A relação não é dialógica. Ao passo que transformando esse informante em “interlocutor”, uma nova modalidade de relacionamento pode- e deve – ter lugar. Essa relação dialógica- cujas conseqüências epistemológicas, todavia, não cabem aqui desenvolver- guarda pelo menos uma grande superioridade sobre os procedimentos tradicionais de entrevistas. Faz com que os horizontes semânticos em confronto- o do pesquisado e o do nativo- abram-se um ao outro, de maneira a transformar um tal confronto em um verdadeiro “encontro etnográfico”. (vide OLIVEIRA, 2006, p.24)

conjunto de estratégias, de diálogos, que não se resumem ao encontro em si, mas evocam fatores atuais e passados que em alguma medida são determinantes para a aceitação ou não do antropólogo.

Embora já tivesse realizado uma pesquisa com as organizações Ticuna, ainda que tendo como ponto de partida um outro marco, já havia criado condições de diálogos com esses agentes na medida em que me envolvia-me na assessoria de determinadas ações políticas locais. No entanto, as entrevistas realizadas nesse primeiro trabalho davam-me a falsa impressão de interação com os agentes. Porém, para que um encontro etnográfico constitua-se efetivamente enquanto uma “fusão de horizontes é preciso que o pesquisador tenha a habilidade de ouvir o nativo e por ele ser igualmente ouvido” (OLIVEIRA, 2006, p.24).

Por meio das entrevistas etnográficas trabalhamos com relatos orais e aqui “não significa produzir uma história de vida, ou tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma seqüência de acontecimentos com significado e direção” (BOURDIEU, 2006, p.105) bem determinados. Trata-se, todavia, de refletir mediante um conjunto de interconexão entre diversos discursos, agentes e os universos pelos quais eles passaram e estão inseridos, e a partir de então promover um exame analítico que leve em consideração a fluidez desses fatores enquanto um entrelaçamento de relações.

Embora como antropólogo que procura enveredar-se pelos mais diversos circuitos de relações que para a presente pesquisa seja indispensável, o que foi dado a saber e observar relativo a presente pesquisa passou é claro pelo acompanhamento sempre atento dos agentes da pesquisa (lideranças Ticuna), já que o acesso a determinados agentes e informações correspondeu sempre aos interesses atuais destes últimos.

E em se tratando de representações e ações dos agentes da pesquisa, fui imediatamente levado a conduzir uma análise interpretativa dos posicionamentos, que obedece aos contextos sociais e políticos pelos quais eles estiveram/estão inseridos. Como o caso aqui analisado trata da presença de lideranças e dirigentes Ticuna, que, a luz das parcerias, conduzem o movimento indígena e suas organizações e associações próprias. A “genealogia”<sup>2</sup> que realizamos dos saberes inerentes a esses agentes “estabelece a constituição dos saberes privilegiando as interrelações discursivas e sua articulação com as instituições” (FOUCAULT, 1979, p.x), num movimento em que a teia de relações mais gerais não podem ser descartadas ou analisadas *in separado*.

---

<sup>2</sup> É isto que eu chamaria de genealogia, isto é, uma forma de história que dê conta dos saberes, dos discursos, dos domínios de objetos, etc., sem ter que se referir a um sujeito, seja ele transcendente com relação ao campo de acontecimentos, seja perseguindo sua identidade vazia ao longo da história. (FOUCAULT, 1979, p.7)

Uma das propostas desta dissertação é traçar uma análise do campo político que envolve/envolve os líderes e organizações Ticuna, num movimento que preconiza uma reflexão das interações existentes entre os mais distintos agentes e agências que compõem as arenas políticas aqui analisadas. Em vez de promover uma abordagem que estabeleça uma separação entre os eventos históricos que caracterizaram/caracterizam o universo social e político do povo Ticuna, optamos por tratar tais eventos de maneira inter-relacionada, já que cada um deixa resíduos que permitem uma apropriação pelos atores que compõem os mais variados campos e situações históricas.

Vislumbrando uma análise que orienta-se por entre os campos e arenas políticas que operam e são operadas pelos distintos agentes da cena política, instauramos uma reflexão que toma os líderes Ticuna nas suas atuações nos mais variados campos e arenas, “entendendo que suas participações em campos múltiplos implica uma participação ativa” (TURNER, 2008, p.120) e que os fazem agir em cada campo dispo de elementos adquiridos em um e que o acompanha em outros, já que cada arena política em que uma liderança Ticuna se inscreve o municia de uma carga de elementos políticos que lhes dá a oportunidade de estabelecer relações mais estratégicas com o “outro”.

Embora no início do movimento houvesse uma expressa aliança política com membros da Igreja Católica através da Operação Anchieta (OPAN), Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e com pesquisadores e instituições pró-índio, havia a necessidade da promoção de uma nova forma de modalidade de ação política em um formato em que o Estado encarasse como legítima no ingresso a luta por direitos coletivos.

A partir do ano de 1975, a liderança Pedro Inácio Pinheiro, então eleito capitão-geral, convoca uma reunião com os capitães das comunidades Ticuna a ser realizada na comunidade de Vendaval, onde seria discutida uma nova modalidade de organização política que os possibilitava traçar um diálogo com o Estado de uma forma que não ferisse a legislação nacional<sup>3</sup>. O poder para a realização dessa I Reunião dos Capitães das comunidades Ticuna investido na figura de Pedro Inácio Pinheiro só foi possível graças a um interesse coletivo existente relativo a demarcação da terra e, pelo fato dessa mobilização está inserida “dentro dos limites de certas tradições sociais e inovações que obedeciam a condições locais”. (GLUCKMAN, 2010, p.256)

---

<sup>3</sup> O dispositivo de regulamentação jurídica a determinados direitos reconhecidos aos povos indígenas do qual Pedro Inácio se reporta é a Lei 6.001- Estatuto do Índio de 1973.

Quando a liderança Pedro Inácio é sagrada capitão-geral do povo Ticuna (isso em 1982), o papel que passou a ser desempenhado pelo mesmo não estava descolado das situações políticas e sociais mais gerais, pelo contrário, como afirma Michel Foucault:

É preciso se livrar do sujeito constituinte, livrar-se do próprio sujeito, isto é, chegar a uma análise que possa dar conta da constituição do sujeito na trama histórica. É isto que eu chamaria de genealogia, isto é, uma forma de história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objetos, etc., sem ter que se referir a um sujeito, seja ele transcendente com relação ao campo de acontecimentos, seja perseguindo sua identidade vazia ao longo da história. (1979, p.7)

Diante do processo que levou a sociedade Ticuna a criar a figurado capitão-geral, temos o exemplo de “Hidalgo que assumiu em Celaya o título de capitão-geral da América” (TURNER, 2008, p.101). No caso de Hidalgo a sua promoção a capitão-geral da América se deu por conta da necessidade expressa de organização de um exército para a revolução, ao passo que, no caso dos índios Ticuna, a indicação de Pedro Inácio a capitão-geral resultava de um processo de mobilização política que girava em torno da demarcação da terra e passava a ser conduzida por um movimento político carente de uma liderança que tivesse uma reconhecida experiência de convivência em meio aos “brancos”, como era o caso de Pedro Inácio que havia morado junto a Quirino Mafra- antigo patrão seringalista da região.

Portanto, a figura do capitão-geral era expressamente um recurso interno que visava promover uma articulação política que pudesse ser operada e/ou conduzida por um mediador do próprio grupo.

Mesmo diante de uma efervescência social e política com um caráter de “comunidade”, o que se observou no ano de 1979 foi uma expressa manifestação interna de posicionamentos discordantes quanto a demarcação dos territórios reivindicados. Tal fato nos demonstra a dimensão política que ronda o espectro das relações que envolviam/envolvem as várias comunidades e lideranças, em que as lideranças egocentradas ou diluídas num determinado grupo são importantes indicadores de uma trama social que se desenvolve não em uma única direção, mas em direções distintas e operadas por projetos também distintos.

Ao tratar de posicionamentos, estamos diante de uma gama de “pontos de vista que devem ser apreendidos enquanto tal e relacionados as posições dos respectivos agentes na estrutura”. (BOURDIEU, 2004, p.152)

Porém, dado que nós construímos o espaço social, sabemos que nesse pontos de vista são, como a própria palavra diz, visões tomadas a partir de um ponto, isto é, a partir de uma determinada posição no espaço social. E sabemos também que os pontos de vista diferentes, e mesmo antagônicos, já que os pontos de vista dependem do ponto a partir do qual são tomadas, já que a visão que cada agente tem do espaço depende de sua posição nesse espaço. (BOURDIEU, 2004, p.157)

A aparente comunhão política em torno da demarcação da terra não anulou os conflitos existentes no interior do grupo. As diferenças em suas práticas religiosas e políticas davam espaço “a uma celebração de um assunto de interesse comum” (GLUCKMAN, 2010, p.2580) em que o discurso que lhes apresentava tinha como princípio “falar por uma única voz”, apresentando-se para o Estado e sociedade civil como uma “comunidade”. Uma condição imprescindível para a produção dessa comunidade passava por um “regime de verdade, por uma política geral de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros”. (FOUCAULT, 1979, p.12)

Como consequência de todo um processo de “acontecimentos com suas redes específicas em níveis distintos de relações que se engendram uns a partir dos outros” (FOUCAULT, 1979, p.5) resultou assim em uma forte teia de relações políticas que davam sustentação ao nascente Conselho Geral da Tribo Ticuna (CGTT).

Cabe recordar que mesmo sendo o território o elemento chave para lutas posteriores, no caso dos Ticuna, outras demandas corriam paralelamente à reivindicação pelo território, tratava-se da educação escolar, um tema que sempre esteve presente nas assembleias, sobretudo pelo fato de muitas lideranças do movimento serem monitores bilíngues e depois professores indígenas.

Produzir uma análise dos fatores que possibilitaram a multiplicação das organizações/associações políticas Ticuna exige um retorno a situações históricas em que as lideranças e dirigentes do movimento indígena Ticuna produziram aquilo que Pierre Bourdieu chama de *habitus*: “O *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista) o *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postura-, mas sim o de um agente em ação”. (BOURDIEU, 2007, p.61)

As noções de *campo*, enquanto “espaço social de relações objetivas” (BOURDIEU, 2007, p.64), de *arena* “enquanto arcabouço- seja ele institucionalizado ou não- que funciona manifestamente como um cenário para a interação antagonística cujo intuito é chegar a uma decisão publicamente reconhecida” (TURNER, 2008, p.123), e as “múltiplas relações de poder” (FOUCAULT, 1979, p.179) são os conceitos chaves que orientam a análise na presente dissertação.

Sendo assim, mesmo que o foco desta pesquisa não seja uma descrição pormenorizada das situações históricas pelas quais os Ticuna passaram, já que autores como João Pacheco de Oliveira (1977 & 1988) e Roberto Cardoso de Oliveira (1996) se ocuparam deste tema e produziram uma extensa análise das relações interétnicas no Alto Solimões. No entanto,

algumas destas situações históricas<sup>4</sup> produziram um ambiente social e político que foram fundamentais para uma mobilização política das lideranças Ticuna em torno de um objetivo comum no início do movimento e de articulações políticas que após a demarcação física dos principais territórios Ticuna, em 1993, deu espaço a uma multiplicidade de organizações e associações orientadas para os mais diversos campos de atuação.

Portanto, o primeiro capítulo desta dissertação surgiu a partir dos interesses dos próprios agentes da pesquisa, na medida em que um repensar o próprio movimento indígena Ticuna, pressupõe na visão das lideranças e dirigentes de organizações/associações, recordar determinados acontecimentos passados, na medida em que os mesmos os ajudam a refletir sobre os erros cometidos em décadas anteriores e que no presente tais erros e/ou determinadas posições não venham a ser tomadas para que as expectativas atuais não resultem em fracasso.

O interesse das lideranças Ticuna em se apropriar de um conjunto de acontecimentos passados, acabou por me apresentar uma abordagem do movimento indígena Ticuna antes não percebida como fundamental para uma reflexão sobre a maneira como a política indígena Ticuna foi construindo-se desde a implantação de um Posto Indígena (PI), em 1942, no município de Tabatinga. Política fundamental para que no ano de 1993 o povo indígena Ticuna viesse a comemorar a demarcação de seus principais territórios étnicos.

Em vez de tomar como ponto de partida as Assembleias Gerais propriamente ditas, parto daquilo que possibilitou a criação de um universo político capaz de viabilizar a consolidação de um movimento etnopolítico Ticuna em torno da demarcação do território, bem como da implantação de uma educação escolar diferenciada e uma atenção a saúde mais qualificada. Sendo assim, os diversos embates dos capitães, de diferentes comunidades, com os padrões seringalistas, madeireiros e demais agentes dos poderes políticos e econômicos locais e, posteriormente em 1971 com a chegada do movimento messiânico da Irmandade da Cruz, são os primeiros reflexos de ações políticas que a cada situação histórica foi se intensificando na medida em que as lideranças compreendiam que existia a necessidade de uma “união das lideranças” em torno de um objetivo comum.

Com isso, o primeiro capítulo desta dissertação versa sobre uma reflexão de como o Estado passou a atuar, através de uma “política indigenista”, na região do Alto Solimões. Indicando que após um longo processo de submissão servil no regime do seringal, um grande número de lideranças Ticuna começaram a promover lutas contra os padrões seringalistas. E

---

<sup>4</sup> A implantação dos Postos Ticuna (PIT's) desde o ano de 1942; o advento do Movimento da Santa Cruz de 1971; Projeto Tükuna de 1974-75; Projeto Calha Norte de 1985; Massacre do Capacete em 1988; ECO 92; Implantação do Distrito Sanitário Especial Indígena- DSEI/AS e outros.

ainda que tais lutas fossem isoladas, já se tinha a partir de então um conjunto de resistências junto aos poderes políticos e econômicos locais.

No entanto, enquanto um número significativo de lideranças se esforçava para montar uma expressiva ofensiva contra os poderes políticos e econômicos locais, haviam por outro lado posicionamentos de índios Ticuna contrários a essa mobilização política. Muito embora seja mais confortável afirmar que tais desencontros se tratavam de conflitos internos, é preferível encaminhar a análise a outros circuitos de relações que (para além desses primeiros) silenciosamente, ainda que os agentes tivessem consciência dos fatores que implicavam uma não adoção do movimento, promoviam entraves a uma articulação política mais global.

Os fatores que impediam uma mobilização mais universal no princípio do movimento diziam respeito basicamente as relações de compadrio a que muitas famílias Ticuna estavam submetidas junto aos padrões seringalistas, regatões, políticos locais e de relações clientelistas/paternalistas com o próprio órgão indigenista (FUNAI) que na época intervinha nas reuniões alegando que “era proibido falar em demarcação de terra indígena” naquela região de fronteira política, fazendo uso sempre que necessário dos aparelhos de poder revestidos da condição de portadores legítimos do uso da força delegada pelo Estado, no caso a Polícia Federal e o Exército de Fronteira (CFSOL).

Do final da década de 1970 e início de 1980 até a demarcação física dos principais territórios Ticuna no ano de 1993, havia basicamente três organizações de expressão política que atuavam em três campos de ação intrinsecamente interligados via as lideranças que compunham o cenário da política indígena Ticuna, a saber: Conselho Geral da Tribo Ticuna (CGTT)<sup>5</sup> de 1982; Organização dos Professores Ticuna Bilingue (OGPTB)<sup>6</sup> de 1986 e a Organização dos Monitores de Saúde do Povo Ticuna (OMSPT)<sup>7</sup> de 1990.

---

<sup>5</sup> Após as duas reuniões dos capitães de 1980 e 1981 (OLIVEIRA FILHO, 2000, p.204) um conjunto de lideranças organizadas pelos capitães (um número de 70 capitães) das comunidades Ticuna, juntamente com professores bilíngües, lideranças ligadas a movimentos religiosos criam no ano de 1982 na comunidade de Campo Alegre, pertencente ao município de São Paulo de Olivença, o Conselho Geral da Tribo Ticuna (CGTT).

<sup>6</sup> No ano de 1983, cerca de 52 monitores bilíngue se reuniram durante três dias de discussões na comunidade de Santa Inês no município de São Paulo de Olivença. Nesse encontro foram basicamente acordados os temas relativos aos convênios com as Prefeituras locais, com a FUNAI, a contratação e os salários que deveriam ser pago a eles. Como consequência dessa primeira Assembléia Geral relativa a educação escolar, 64 professores e 44 caciques oriundos das cidades de Benjamin Constant, Tabatinga, São Paulo de Oliveira, Amaturá, Santo Antônio do Içá e Tonantins, criam entre os dias 8 e 10 de dezembro de 1986 a Organização dos Professores Ticuna Bilingue (OGPTB) na comunidade do Paraná do Ribeiro.

<sup>7</sup> Após os primeiros treinamentos para os Agentes Indígena de Saúde- AIS/Tikúna, como resultado do convênio firmado entre CGTT, a Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro e o Núcleo de Estudos em Saúde dos Povos Indígenas (NESPI) da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) (ERTHAL, 2005, p.201), os recém formados Agentes Indígenas de Saúde Ticuna (AIS) realizam uma Assembléia Geral no dia 11 de fevereiro de 1990 no Bairro Independente pertencente a comunidade de Campo Alegre, no município de São Paulo de Olivença, criando a Organização dos Monitores de Saúde do Povo Ticuna. Elegendo João Vasquez como presidente, Tertulino Mendes como vice-presidente e Wildo Moçambite como secretário.

Embora essas duas últimas organizações tenham sido fundadas por meio atuação de lideranças ligadas ao CGTT, e é claro com a participação ativa de professores Ticuna (até então chamados monitores bilíngüe) e os recém formados Agentes Indígenas de Saúde (AIS), isso não significou que a rede de alianças existentes implicou numa reprodução automática de suas malhas. Em certa medida isso ocorreu, mas a partir de então havia uma necessidade expressa de consolidar novos arranjos políticos que pudessem vislumbrar um campo político capaz de sustentar esses novos movimentos pela educação e pela saúde.

Ainda que houvesse muitos conflitos entre lideranças e comunidades em relação a demarcação da terra, a composição de poderes entre as mesmas, aliado a agentes e agências externas criou-se um universo de estratégias que possibilitaram manifestos discursos falados por uma “única voz”, estrategicamente proferidos em determinados encontros e contextos, que visavam uma legitimação interna e externa, em um movimento que orientava-se por uma agenda política debatida nas Assembleia Gerais- realizadas com mais intensidade e articulação política a partir da década de 1980 nas comunidades mais emblemáticas do ponto de vista da mobilização política de lideranças e da história vivenciada pelas mesmas dentro do regime do barracão.

O que passou a canalizar todos esses elementos foi o Conselho Geral da Tribo Ticuna (CGTT), uma organização que passava a desempenhar o papel de um dispositivo político para o diálogo com o Estado, atuando de início, primordialmente, em ações voltas para a defesa do território.

Após a sua criação, em 1982, o CGTT assume a partir do ano de 1997 uma personalidade jurídica e passa desde então a desempenhar um papel importante em outros campos como em projetos e convênios ligados à educação, saúde, desenvolvimento sustentável, vigilância do território e posteriormente assumindo o gerenciamento de convênios, como por exemplo, aquele firmado com a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) nos anos de 2002 e 2004.

O capítulo dois, por sua vez, trata de uma reflexão sobre o processo de multiplicação de organizações e associações políticas Ticuna ocorrido após a demarcação física e jurídica das seis principais áreas Ticuna no ano de 1993. Entendendo que a realização da ECO/92 na cidade do Rio de Janeiro foi fundamental para a ampliação do balcão de ofertas de financiamentos voltados para os povos indígenas presentes em território nacional. Tanto que a demarcação dos territórios Ticuna contou com o financiamento do Governo da Áustria através do Vienna Institute for Development and Cooperation (VIDC), Centro Magüta/CGTT e FUNAI, caracterizada como uma relação tripartite.

A multiplicação de organizações/associações políticas Ticuna após a demarcação de uma parcela significativa dos territórios étnicos Ticuna ainda carece de uma reflexão que se fundamente sob uma base de dados etnográficos atualizados que conduza a pesquisa a uma análise que permita assinalar os múltiplos fatores que influenciaram a criação de novas organizações/associações desde o ano de 1993 até os dias atuais, bem como as implicações dessa multiplicidade de organizações e associações que passaram a atuar em campos iguais e/ou múltiplos.

O terceiro e último capítulo trata do convênio da saúde firmado entre CGTT e FUNASA nos anos de 2002 e 2004, entendendo que este caso exemplar e emblemático dispõe de muitos elementos para se pensar as implicações do processo de institucionalização do movimento indígena Ticuna. Ao passo que dentro desse processo as lideranças e dirigentes ligadas ao CGTT passaram a ter que lidar com novas formas de ação política.

## **CAPÍTULO 1: A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA INDÍGENA TICUNA NO ALTO SOLIMÕES**

### **11. De ações políticas isoladas a constituição de uma união das lideranças Ticuna em torno de um objetivo comum**

Neste primeiro capítulo da dissertação dedico esforços para apontamentos que indicam os fatores que de maneira direta ou indireta proporcionaram a construção de uma política indígena Ticuna voltada para a luta de direitos coletivos, que passaram a ser reivindicados com maior intensidade e maturidade política a partir do princípio da década de 1980. Não se trata, ao pé da letra, de uma historicização dos processos sociais e políticos pelos quais os Ticuna passaram, mas trata-se antes e uma análise de “*acontecimentos*”<sup>8</sup> nos termos de Michel Foucault (1979) e de “*situação histórica*”<sup>9</sup> que segundo João Pacheco de Oliveira (2012, p.18) “define-se pela capacidade de determinados agentes (instituições e organizações) produziram uma certa ordem política por meio da imposição de interesses, valores e padrões organizativos aos outros componentes da cena política”.

Diferentemente de outros espaços territoriais, como a região do Estado do Acre, que contaram com a força de trabalho de migrantes vindos do nordeste do país para a construção e sustentação dos empreendimentos seringalistas na Amazônia, no Alto Rio Solimões o braço que sustentou os diversos seringais que passaram a ser montados nessa região foi maciçamente o braço de índios Ticuna.

Esse processo de ocupação progressiva de pequenos e vastos seringais nativos na região do Alto Solimões se processou de maneira criminosa, onde a organização social dos povos ali presentes, mais especificamente dos índios Ticuna, precisava ser descaracterizada para que fosse colocada em seu lugar uma nova forma de ocupação territorial e de distribuição das

---

<sup>8</sup> Não se trata de colocar tudo num certo plano, que seria o do acontecimentos, mas de considerar que existe todo um escalonamento de tipos de acontecimentos diferentes que não têm o mesmo alcance, a mesma amplitude cronológica, nem a mesma capacidade de produzir efeitos (...) O problema é ao mesmo tempo distinguir os acontecimentos, diferenciar as redes e os níveis a que pertencem e reconstruir os fios que os ligam e que fazem com que se engendrem, uns a partir dos outros. (FOUCAULT, 1979, p.5)

<sup>9</sup> A noção de situação histórica não se confunde com a ideia historicista de “fases” ou “etapas”, que correspondem a uma descrição de momentos no tempo e permitiriam singularizar uma descrição generalizada e abstrata compreendida em termos de um esquema evolutivo suposto como necessário. (OLIVEIRA FILHO, 2012, p.18: b)

famílias num formato em que o “patrão” tivesse o pleno controle sobre os corpos dos “seringueiros”.

Desde a constituição de uma política indigenista mais efetiva (levando em consideração anos anteriores) a partir do ano de 1942, ainda com o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), a região do Alto Solimões passou a contar com a presença de um Posto Indígena Ticuna (PIT) no município de Tabatinga<sup>10</sup>. Esse PIT passou a ser um espaço por excelência de refúgio e esperança<sup>11</sup> de muitos índios Ticuna que viviam em territórios dominados pelos padrões seringalistas e/ou que viviam aprisionados nas cabeceiras dos igarapés.

Três anos após a implantação do referido PIT, o ano de 1945 é emblemático pelo fato de ser o período em que os índios Ticuna migraram com uma intensidade alarmante para as proximidades do posto que passaria a funcionar em uma fazenda que havia sido vendida ao SPI. Um dos fatores que influenciou esse deslocamento para o novo PIT foi sem dúvida o advento das visões de um jovem Ticuna, que anunciava a necessidade urgente de todos os Ticuna irem para essa área a fim de se salvarem da tão próxima chegada de uma “enchente de águas ferventes que mataria todos os seres vivos”<sup>12</sup>.

Muitos índios Ticuna que recrutavam seus pares ou disseminavam notícias de que era necessário o deslocamento para as proximidades do PIT, apresentavam-se para os funcionários do órgão indigenista como lideranças internas ao grupo que possuíam a habilidade de reunir um grande contingente de seus pares diante de fatores que poderiam os atingir coletivamente. Tais agentes foram absorvidos pelo órgão tutor como peças indispensáveis na realização do projeto de incorporação gradativa desses índios ao convívio nacional e conseqüentemente na lógica de trabalho ocidental levada a cabo pelo PIT por meio das “roças do posto”<sup>13</sup>

<sup>10</sup> A presença do antigo forte militar de Tabatinga, situado à pequena distância do P.I “Ticunas”, sempre serviu para dar apoio às ações policiais dos funcionários do Serviço de Proteção aos Índios, tornando relativamente viável a defesa dos interesses indígenas. (OLIVEIRA, 1972, p.55)

<sup>11</sup> Por outro lado, a conseqüente perda de poder e autoridade dos seringalistas, afrouxou-lhes um pouco o controle sobre a tribo, mas não a ponto de devolver ao grupo indígena a autonomia perdida. Criam-se algumas válvulas com a instalação, em 1942, do Posto Indígena do Serviço de Proteção aos Índios, onde os Tukúna foragidos dos seringais contavam com a acolhida e proteção certa. (...) Atribuir ao Posto Indígena- localizado em Mariuauçu- a causa para a situação relativamente “boa” dos índios que estão sob a supervisão, seria simplificar por demais o problema. É certo que o Posto Indígena desempenha um papel significativo, de modo a permitir, ao menos, a liberação de umas duas dezenas de famílias do seringal. (OLIVEIRA, 1972, p.54 e 57).

<sup>12</sup> No ano de 1946 correu a voz entre os Tikuna de Takana, Belém do Solimões e adjacências, de que em breve uma enchente de águas ferventes dizimaria tudo, escapando da catástrofe somente as terras do Posto Indígena “Ticunas”, de Mariuauçu. (ORO, 1977, p.98)

<sup>13</sup> As roças do Posto foram uma iniciativa dos funcionários do SPI de tentar mobilizar trabalho indígena através de uma remuneração em diárias (pagas algumas vezes em dinheiro, outras em produtos), nada tendo a ver com as práticas agrícolas dos Ticuna. Tratava-se de algo motivado e dirigido pelos brancos, onde a produção da roça ficava sob o controle direto do Posto. Nesse sentido assemelha-se de fato aos roçados que esporadicamente os padrões decidiam promover nas imediações do barracão, usando o trabalho indígena para alguns cultivos

Ainda que as relações entre funcionários do órgão indigenista e determinados agentes Ticuna se expressasse em termos um tanto que patronais e, produzissem conseqüentemente alguns conflitos internos, tal fato permitiu a formação de um conjunto de articulações políticas internas aos Ticuna que mesmo reduzindo-se a pequenos grupos e famílias aliadas a tais agentes, viabilizou a consolidação de novos arranjos sociais e políticos que aos poucos caminhavam para um desvencilhamento gradual do subjugo dos “patrões” seringalistas.

Mesmo que a atuação do SPI via PIT se resumisse aos arredores da reserva (Terra Indígena) conhecida atualmente como Umariáçu, a simples presença de funcionários do órgão indigenista, muitos deles avessos aos mandos dos patrões da região apresentavam-se para esses últimos como complicados entraves a manutenção de suas formas de apropriação/expropriação violenta da força de trabalho dos índios Ticuna.

A implantação de uma atuação política mais efetiva do órgão responsável pela aplicação da política indigenista na região do Alto Solimões sempre teve que lidar com as pressões dos poderes políticos e econômicos locais em distintos contextos e contando sempre com uma inconsistências financeira e apoio político das instancias máximas de poder de Estado ainda muito ligadas aos seus agentes de Estado localizados na região do Alto Solimões<sup>14</sup>.

Ainda que houvesse estreitos laços entre determinados funcionários do órgão indigenista oficial e os poderes econômicos e políticos locais (e em muitos casos tais funcionários eram parentes diretos dos “patrões” seringalistas, regatões e políticos locais), a implantação dos PIT's em contextos distintos introduziu novas ordens de relações entre índios, patrões locais e funcionários do órgão indigenista, exigindo dos agentes presentes nessas situações históricas a habilidade de promover novas estratégias e arranjos políticos e sociais capazes de lhes assegurar uma posição confortável na teia de relações de poder existente.

Uma das estratégias para a descaracterização étnica dos índios Ticuna levada a cabo pelos patrões seringalistas e comerciantes (regatões) locais, era a produção de uma categoria social que inclina-se para a invisibilização da identidade étnica Ticuna, procurando tornar esses índios uma coletividade desprovida de um caráter étnico singular e, portanto, impossibilitá-los de desfrutarem de uma assistência de Estado diferenciada. Ao se depararem

---

comerciais (cana-de-açúcar e arroz) ou mesmo para uma lavoura de subsistência destinada a suprir seringueiros regionais sediados em propriedades daquele mesmo patrão. A novidade não era portanto a iniciativa, mas sim o relacionamento que aí era instituído com índios, sem a presença dos mecanismos de exploração e intimidação utilizados costumeiramente pelo barracão. (OLIVEIRA FILHO, 1988, p.163)

<sup>14</sup> Os agentes de Estado aqui mencionados são os próprios patrões seringalistas, por serem pessoas que tiveram a incumbência de produzir um modelo econômico na região do Alto Solimões com o incentivo e financiamento do governo, para a ocupação dessa parte do Brasil até então falsamente propagandeada pelo Estado como um “vazio demográfico”. Uma estratégia que visava legitimar a sua ocupação.

com a categorização “caboclo” que já havia sido disseminada por entre os não-índios habitantes dos centros urbanos da região do Alto Solimões, os Ticuna a incorporaram manobrando a mesma a seus próprios interesses, já que a “negação” da identidade étnica Ticuna nos centros urbanos garantia o acesso às cidades sem muitas complicações.

O caboclo é, num certo sentido, a própria negação do Tukúna; noutra, a sua própria afirmação em oposição ao branco. E para uma compreensão cabal da história do caboclo e de seu destino, torna-se indispensável numa referência à sociedade dos brancos e do mundo que esta promete aos Tukúna. (OLIVEIRA, 1996, p.141)

O termo caboclo mesmo sendo uma categorização social criada pelos não-índios da região para criar um campo de invisibilização da identidade étnica Ticuna e ainda como meio legítimo a apropriação do território desses índios e a negação de direitos diferenciados, implicava por outro lado uma manobra estratégica operada pelos índios Ticuna na criação de um ambiente social e político mais confortável a sua sobrevivência física e cultural diante dos centros urbanos no Alto Solimões até a superação da situação histórica vigente.

No entanto, a partir da década de 1960, a Amazônia torna-se uma região de segurança nacional, pelo fato de abrigar longas faixas de fronteiras geopolíticas com o Peru e Colômbia e, é claro, por ter ao longo dessas fronteiras imensos territórios habitados pelos índios Ticuna que por sua vez despertavam no imaginário dos militares o terror dos separatismos indígena. Com a progressiva descaracterização do valor da borracha no mercado internacional e dos poderes de mando dos patrões seringalistas no Alto Solimões, o Estado nacional passou a investir em outro formato de “controle dos corpos” na região, sendo assim, “a tendência que parece existir é de substituir a antiga elite política, saída de seringalistas, madeireiros e comerciantes por quadro burocráticos mais capacitados para o exercício de tarefas administrativas”. (OLIVEIRA FILHO, 1987, p.212)

Embora a extinção do SPI tenha ocorrido para dar espaço à nascente Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que passou a existir constitucionalmente a partir do ano de 1967, com novas orientações políticas. As relações patronais com os índios, a aliança sempre renovada com o Comando de Fronteira do Alto Solimões (CFSOL) e um fecundo reinventar-se diante das situações sociais e políticas no Alto Solimões sempre foi uma marca do órgão indigenista.

Os avanços e retrocessos da atuação da FUNAI na assistência real aos índios Ticuna pôde ser vista em distintos contextos políticos e sociais em que o jogo de forças nos níveis locais e nacional encaminhavam o órgão indigenista para um determinado horizonte, por vezes aproximando-se dos índios (fazendo uso sempre de estratégias patronais e clientelistas), por outras, distanciando-se destes últimos e aliando-se aos poderes políticos e econômicos locais. Essa “gangorra” da qual o órgão indigenista era peça central, só vai pender de maneira

acentuada àqueles a quem a mesma foi criada a partir do momento em que as lideranças Ticuna promoveram articulações políticas que extrapolam o plano interno (as comunidades Ticuna) e as fronteiras nacionais. Como resultado dessa atuação, toda uma rede de aliados/parceiros foi sendo construída ao longo da luta pela demarcação de seus principais territórios, assumindo e/ou ocupando cada um destes um papel específico na cooperação para a efetivação e atendimento das demandas acordadas nos encontros entre lideranças Ticuna.

Cabe recordar que uma mobilização social e política Ticuna mais articulada em torno das lideranças elegidas pelo próprio povo se deram no ano de 1971 com o advento de um movimento messiânico de cunho salvacionista, conhecido na região como Movimento da Santa Cruz, na época liderado por José Francisco da Cruz (ou simplesmente Irmão José), que chegou ao Alto Solimões anunciando o fim do mundo e garantindo aqueles que o seguissem a salvação.

Na medida em que as notícias sobre a vinda do messias se espalhavam pelo interior dos altos igarapés, ocorria uma efervescência social muito expressiva em torno das expectativas alimentadas com o que se disseminava sobre os poderes do mesmo. Diante dessa nova situação histórica havia a necessidade expressa de indicação de uma liderança interna que pudesse mediar o diálogo com o messias. Nesse momento os índios Ticuna que habitavam a área por nome Vendaval indicaram Pedro Inácio Pinheiro (Ngematücü) como o mediador<sup>15</sup>. A indicação de Pedro Inácio estava intimamente ligada à experiência que ele havia adquirido no convívio direto com o patrão seringalista Quirino Mafra na década de 1950, quando este último o “adota” após o falecimento de sua mãe.

Quando no ano de 1972 a caravana da Irmandade da Cruz chega finalmente no Alto Solimões, Pedro Inácio já havia saído da cidade de Letícia na Colômbia onde morava com sua esposa para ir encontrar o messias e entender melhor “qual era a sua missão” na região, e acaba encontrando o irmão José na comunidade Nova Itália no município de Amaturá. Como bem relata Pedro Inácio “nesse tempo que o tio de minha esposa foi lá na Colômbia, onde a gente mora e dizendo que chegou o Messias, o pai, Yoi”.

O movimento da Santa Cruz possibilitou aos Ticuna a concentração em grandes aglomerados populacionais que cotidianamente passaram a fazer frente aos mandos dos padrões seringalistas. Mesmo com a existência de muitos casos de clientelismo e relações de compadrio entre padrões seringalistas, lideranças e famílias Ticuna, bem como a apropriação

---

<sup>15</sup> Cabe lembrar que a indicação de Pedro Inácio Pinheiro foi uma das muitas que se sucederam nas diferentes comunidades, onde cada localidade elegia suas próprias lideranças para o diálogo com o messias, inexistindo assim uma única liderança diante do movimento religioso da Santa Cruz.

da estrutura administrativa da irmandade pelos patrões, que como afirma Pedro Inácio “o patrão pegor a cruz, plantou e aí ficou com o povo pra amança o povo pra trabalhar pra ele”. No entanto, havia um ambiente muito promissor quanto à criação de uma rede de relações políticas internas voltadas para a ruptura definitiva das relações de poder até então desfavoráveis aos índios Ticuna.

E em 1972 que o Irmão José passou por aqui. Então o irmão José também ajudou um pouco de contribuir na organização do Povo Ticuna, porque o povo Ticuna que morava nos igarapés e estavam espalhados e que quando ouviram falar que ele pregava, ele pregava o século XX e que tinha que se preparar porque o fim do mundo ia se aproximando, então o pessoal foi aí chegando ao lado dele. Onde ele plantava uma cruz aí formava uma comunidade. (Informação Verbal, Santo Cruz Mariano Clemente, liderança ligada a OGPTB e CGTT)

Mesmo que os cargos mais altos na hierarquia de poder da Irmandade estivessem sob a posse dos patrões e comerciantes locais, as outras posições nessa hierarquia eram ocupadas por lideranças Ticuna, até então reconhecidas como capitães. Mesmo que a posição ocupada estivesse no interior da estrutura hierárquica da Santa Cruz, as comunidades de qualquer maneira estavam representadas na figura dos capitães ali presentes.

Desde a chegada do movimento messiânico da Santa Cruz, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) percebeu o potencial que o mesmo carregava na promoção de atração dos índios ao “convívio nacional” pela via da religião, por ser este um movimento messiânico<sup>16</sup> muito semelhante a outros desencadeados no próprio seio da sociedade Ticuna. Como o caráter religioso da Irmandade era acompanhado de um simbolismo nacionalista muito forte, podendo ser visto nos cantos e vestes, o órgão indigenista nunca se opôs a presença da irmandade em meio aos Ticuna, pelo contrário, os funcionários do órgão se apropriavam do movimento para poder atuar de maneira mais efetiva sobre as condições de atração desses índios ao convívio nacional. Para tanto, o órgão indigenista elegia “capitães” Ticuna, que mantinham com eles relações mais próximas, como veículos de consolidação de um projeto

---

<sup>16</sup> Segundo Mauricio Vinha de Queiroz, até 1961 ocorreram sete surtos messiânicos entre os Tükúna. O primeiro se deu no início do século XX no Peru, que reuniu índios Tükúna do lado brasileiro e peruano; o segundo ocorreu cerca de dez anos depois através de um jovem chamado Aureliano do rio Jacapurá; o terceiro por volta de 1932 em Atiparaná; o quarto em 1938/39 no igarapé São Jerônimo; o quinto no mesmo igarapé em 1941 com a jovem “nora’né”; o ocorreu em 1946 onde correu voz entre os Tükúna de Takana, Belém do Solimões e adjacências, de que em breve uma enchente de águas ferventes dizimaria tudo, escapando da catástrofe somente as terras do Posto Indígena “Ticunas” de Mariaçu; o sétimo movimento messiânico descrito por Mauricio V. de Queiróz, (1963: 51) deu-se nos anos de 1956/1961, no alto rio Assacaia, lugar onde morava Ciríaco, um xamã com poderes de cura. (ORO, 1977, p.96-99)

indigenista orientado para a incorporação gradativa dos índios à “comunidade imaginada” entendida como “nação Brasil”.

Se por um lado tal posicionamento implicou um afastamento com um de seus maiores aliados historicamente na fronteira, o Comando de Fronteira do Alto Solimões (CFSOL) que mantinha estreitos laços com a Igreja Católica na região, por outro, a indicação de capitães na comunidade de Umariáçu, lugar onde estava situado o PIT, reforçou alguns conflitos internos por permitir a composição de unidades políticas bem localizadas no interior da comunidade. Após as primeiras indicações de capitães pelo Exército e órgão indigenista, outras se seguiram, mas obedecendo aos próprios critérios das comunidades para eleição dos mesmos.

Em lugar de encaminhar a análise a noção de faccionalismo, é preferível promover uma reflexão em que o surgimento de muitas unidades políticas expressam antes uma multiplicidade de vozes e interesses que compõem as arenas políticas e sociais internas aos Ticuna, com participação expressa de agentes e agências externas que integram o campo político indígena e indigenista local e extra local.

As vinculações com o Exército, com o órgão indigenista oficial, Igreja Católica, Missão Batista, Movimento da Santa Cruz e outras instituições e agentes, possibilitaram as nascentes lideranças Ticuna operar distintas alianças que em contextos também distintos convergiram para a instauração de uma etnopolítica Ticuna com um caráter altamente polifônico e não necessariamente faccionalista, pois se remetermos tais práticas a esse último caráter estaríamos reduzindo, em certa, todo um campo de ações e atuações políticas muito complexas, com expressões as mais variadas, responsáveis por aquilo que no final da década de 1970 e princípio de 1980 ficaria conhecido como movimento indígena Ticuna.

Cabe recordar que um dos mais conhecidos e emblemáticos capitães do povo Ticuna, que se têm notícias, foi indicado pelo Exército e FUNAI em 1968 na comunidade de Umariáçu. Tratava-se de Santiago Mariano Fernandes. O precursor de toda uma geração de lideranças que viria a se formar no seio das famílias Mariano e Fernandes.

Aí onde começou o nome de capitão foi no Umariáçu. Quem deu esse nome foi o Exército, com os coronéis... Era o Santiago. Deram pra ele o chapéu de capitão...tudo é do capitão. Em Umariáçu ele é respeitado, todos nós daqui respeitava ele. (Informação verbal, Nino Fernandes, diretor do Museu Magüta)

A liderança exercida por Santiago Mariano Fernandes estava intimamente ligada ao simbolismo prático expresso nas vestimentas militares por ele usada. O que de positivo pode-se aproveitar dessa sua condição foi o livre acesso o trânsito por entre os militares do CFSOL e conseqüentemente na FUNAI, possibilitando assim a construção de novos diálogos interculturais, ainda que manobras de maneira silenciosa pelos agentes envolvidos e

orientados para metas distintas, regidos por outras variáveis que resultavam da posição que o capitão Ticuna passava a ocupar nessa trama de relações.

Outro capitão que veio a substituir Santiago na comunidade de Umariáçu foi Paulo Cruz<sup>17</sup>, uma liderança controversa em relação à luta pela demarcação da terra, pois como o mesmo ocupava uma posição de “funcionário” da FUNAI não queria se envolver no nascente movimento indígena Ticuna, posicionando-se contra o movimento e, atuando como um defensor da FUNAI diante de seus pares.

Concomitante a chegada de Paulo Cruz a comunidade de Umariáçu no início da década de 1970, tem-se notícias de que a família Mendes Gabriel sai da comunidade de Orique e passa a residir nessa primeira. Paulo Cruz tinha algum parentesco com a família Mendes, que temos mais tarde se tornaria uma força política bastante conhecida entre os Ticuna, e isso resultou pouco tempo depois na promoção política de uma família que seria fundamental na luta pela demarcação da terra, tendo em vista os muitos agentes e agências a ela ligados que contribuíram significativamente para a construção de todo um arco de alianças políticas em prol de um objetivo comum que era a demarcação da terra.

No ano de 1974, Pedro Inácio ao saber da presença de uma comissão de pesquisadores no município de Tabatinga realiza uma longa viagem a remo da comunidade de Vendaval até este município a fim de encontrar a tal comissão. Ao chegar nas dependências da FUNAI, Pedro Inácio encontra apenas Paulo Cruz, o então capitão da comunidade de Umariáçu que ocupava uma posição de “funcionário” do órgão indigenista oficial. Nesse encontro Pedro Inácio relata a Paulo Cruz todo o sofrimento vivenciado por seu povo por conta das espoliações praticadas pelo seringalista “Birota” da família Mafra. Após ouvir todo o relato de Pedro Inácio, Paulo Cruz se ausentando de quaisquer possíveis vinculações com um provável movimento político que viesse atingir o órgão indigenista oficial, por ser “funcionário” do órgão, afirma a Pedro Inácio que existe um Estatuto do Índio pelo qual as lideranças podem se apoiar para reivindicarem direitos, no entanto, pediu que Pedro Inácio procurasse uma comissão da FUNAI que estava andando pela área a fim de obter melhores informações.

Nesse tempo o capitão de Umariáçu era Paulo Cruz. Aí a gente teve com ele, e ele contou pra nós a história porque ele é capitão de Umariáçu. Aí eu contei pra ele o que estava acontecendo. Aí ele disse pra nós: “faz isso, e isso assim. A lei que ta vigorando aí é a

<sup>17</sup> Contam que o Manoel Ponciano e Paulo Cruz conseguiram convencer o chefe do Posto, Sr. Bernardo Müller Filho, o Berezinho, de que o Santiago estava cansado e que já não prestava mais. Para evitar romper com a norma de que o cargo de capitão era vitalício, eles resolveram “dar férias de um mês” para o Santiago. Foi o próprio Manoel Ponciano que noticiou isso a Santiago que, aborrecido, foi ver com o chefe do Posto, tendo a confirmação da notícia. Ele então viajou, foi visitar uns parentes no Peru. Ao voltar o Paulo já estava como novo capitão e não quis mais entregar o cargo. Havia sido feita uma reunião e o Berezinho havia mencionado três nomes para a comunidade escolher entre eles: o João Fortes, o Anacleto e o Paulo, tendo sido este último o preferido. (OLIVEIRA FILHO, 1988, p.248)

Legislação Estatuto do Índio”. Aí quando voltei pra Vendaval eu contei pro povo sobre isso, e por aí nós se baseamos. Aí que o povo me escolheu pra ser capitão de Vendaval. (Informação verbal, Pedro Inácio Pinheiro, presidente do CGTT)

Ao retornar para a comunidade de Vendaval, Pedro Inácio só conseguiu encontrar a tal comissão de pesquisadores (estes responsáveis pelo senso demográfico Ticuna de 1974) indicada por Paulo Cruz no último dia de recenseamento que estava sendo realizado na comunidade de Vendaval. Ao encontrar a comissão Pedro Inácio aproveita a ocasião e faz uma série de denúncias quanto à figura do “patrão” seringalista diante de seu povo na comunidade de Vendaval.

O encontro entre Pedro Inácio, Paulo Cruz e a comissão responsável pelo recenseamento das áreas Ticuna veio a ser somado à implantação de um grande projeto indigenista levado a cabo por antropólogos (coordenados por João Pacheco de Oliveira) contratados pela FUNAI, voltado para as áreas indígenas Ticuna com a finalidade de expandir a atuação do órgão indigenista para além dos arredores da comunidade de Umariáçu no ano de 1975.

Para algumas lideranças Ticuna com Paulo Honorato Mendes, o processo de mobilização política Ticuna se inicia efetivamente com a proposta de implantação e execução do “Projeto Tükúna” coordenado por João Pacheco de Oliveira. Paulo Mendes diz que “a luta pela terra se deu pelo descobrimento de um projeto que tinha para as comunidades indígenas aqui do Solimões”. O projeto que a liderança Paulo Mendes se refere tratava-se segundo João Pacheco de Oliveira:

Da importância assumida pela Amazônia nos planejamentos governamentais que se refletia na possibilidade de captação de recursos do Programa de Integração Nacional (PIN) para atender às populações indígenas que habitassem a área de construção da Transamazônica e da Perimetral Norte. Isso daria ao órgão indigenista uma base econômica que lhe permitiria expandir e elevar qualitativamente seu nível de atuação no Alto Solimões. O primeiro passo a ser dado como condição imprescindível a qualquer planejamento futuro seria obter um conhecimento mais amplo da população indígena da região e da magnitude de suas necessidades. Isso foi realizado através de um recenseamento da população Tükuna, onde ficou estabelecida sua distribuição espacial, seu volume populacional e condições sócio-econômicas. (OLIVEIRA FILHO, 1987, p.216-217)

A proposta de implantação de um “Projeto Tükúna” na região do Alto Solimões além de procurar promover um redimensionamento da política indigenista até então levada a cabo na região, visava antes disso implantar ao longo das fronteiras geopolíticas com o Peru e Colômbia uma vigilância das fronteiras sob os auspícios do Conselho Nacional de Segurança (CNS). Isso tornava-se possível graças a um empenho político dos aparelhos de Estado na região (Exército e FUNAI basicamente), com a implantação após quase três décadas do primeiro PIT em 1942 no município de Tabatinga, próximo a área de Umariáçu.

No ano de 1975 é instalado o PIT Vendaval, como consequência de um processo de corte de repasses para a região norte onde seria implantado o Projeto Calha Norte (PCN), que redundou na construção de um projeto menos ambicioso e mais localizado e estrategicamente pensado pelos pesquisadores e lideranças Ticuna envolvidas, por ser aquela uma área que durante muito tempo sofreu com as espoliações de uma geração de seringalistas<sup>18</sup> muito poderosos na região.

Como consequência da promoção da Amazônia como zona de segurança nacional, vários PIT's foram criados e instalados em áreas estrategicamente militares, ano após ano, como “Nova Itália em (1976), Campo Alegre (1977), Feijoal (1978), Betânia (1979) e Belém do Solimões em (1981)” (OLIVEIRA FILHO, 1988, p.19). Antes de serem postos de atenção aos Ticuna os PIT's foram instalados em territórios estratégicos do ponto de vista militar e serviam antes como postos de vigilância das fronteiras.

(...) o poder tutelar exclui ao criar postos indígenas aos quais os povos autóctones deveriam (re/a)correr e junto aos quais deveriam se segregar. Ao mesmo tempo, porém, inclui coletividade e terras numa rede nacional de vigilância e controle, ténue que o seja, a partir de um centro de poder. Unidade de ação locais da agência de governo dos índios, o termo posto-léxico cujos variados significados evocam as idéias de sistema hierárquico e de ação militar- insinua um dispositivo de poder cuja ação deveria gerar, pelo tratamento supostamente segregado das populações às quais destinava a atender, porções separadas do espaço interior estabelecido pelos limites internacionais do Estado nacional brasileiro. (LIMA, 2012, p.801)

O Projeto Piloto Vendaval foi elaborado de abril a julho de 1975 (OLIVEIRA FILHO, 1987, p.217) e pressupunha um plano integrado de ações nos campos da educação, saúde e promoção econômica. Esse exercício de ação indigenista precisava contar com um apoio financeiro menos oneroso em relação ao Projeto Tükúna. Se a Amazônia deixava de ser o foco de ação do Programa de Integração Nacional (PIN), sofrendo cotidianamente com cortes de repasses financeiros, por outro lado, surgia a atuação de cunho antropológico e menos indigenista nos termos do órgão indigenista oficial, de um grupo de pesquisadores coordenados por João Pacheco de Oliveira que juntamente com as lideranças Ticuna somavam forças na tentativa de produzir um novo contexto de relações interétnicas no Alto Solimões mais favorável a sobrevivência física e cultural destes últimos.

A aproximação de muitas lideranças Ticuna com os pesquisadores responsáveis pela aplicação do Projeto Piloto Vendaval, implicou a construção de uma rede de relações políticas que tinham muitas das suas demandas canalizadas na figura desses pesquisadores,

---

<sup>18</sup> Segundo João Pacheco de Oliveira Filho (1988, p.70-76) “o irmão mais velho, Romualdo Souza Mafra, foi o primeiro membro da família a desenvolver atividades extrativas no Alto Solimões, adquirido sua primeira gleba por nome Belém e obteve tempos depois outras glebas no interior do Igarapé Belém ou Caldeirão e Tacana. Com sua morte em 1929 quem tomara de conta de suas terras e adquirirá muitas outras foram Manoel Souza Mafra, irmão de Romualdo Mafra e pai do mais conhecido seringalista da região entre os Ticuna, Quirino Mafra.

principalmente via o antropólogo João Pacheco de Oliveira. A ampliação do leque de alianças políticas que aos poucos foi se moldando a cada situação histórica, era operada por um conjunto de lideranças Ticuna no diálogo com diferentes agentes e agências diretamente envolvidas nos contextos políticos e sociais locais, que a seus modos contribuíram para a superação do sistema de dominação do seringal.

Dois fatores contribuíram para que as lideranças que estavam na linha de frente do nascente movimento indígena Ticuna disseminassem notícias sobre seus direitos coletivos outorgados em forma de Lei no recente Estatuto do Índio. O primeiro tratava-se do encontro entre Pedro Inácio e Paulo Cruz (antigo funcionário da FUNAI-Tabatinga), momento em que Pedro Inácio tem o primeiro contato com a Lei 6.001 de 1973. O segundo diz respeito ao encontro com os pesquisadores responsáveis pelo Projeto Piloto Vendaval, espaço de diálogo onde muitos dos aparatos jurídicos nacionais e internacionais relativos aos povos indígenas eram expostos às lideranças indígenas.

Ainda que as principais alianças tecidas entre as lideranças e pesquisadores se constituíssem como bons indicativos de um processo político em curso que ganhava forma e força cotidianamente, havia a necessidade de participação em um encontro nacional entre povos indígenas que garantisse um troca de experiências entre lideranças do nascente movimento indígena no Brasil.

O que oportunizou a participação de lideranças Ticuna em um encontro desse porte foi a reunião realizada na comunidade de Porto Cordeirinho no ano de 1978, organizada por Nino Fernandes, Robertinho Bastos e Paulo Mendes. Contando com a participação de um número de 20 capitães de comunidades Ticuna. Essa reunião segundo Nino Fernandes “era pra conversar sobre como as lideranças iam fazer pra se organizar. Mais aí teve um vazamento, não sei quem que falou isso, pra algum ouvido da FUNAI. Aí a FUNAI bateu lá com nós, quando nós estávamos lá reunidos, com policial, em 78”.

A intervenção que a FUNAI realizou nessa reunião refletia bem a relação que o órgão indigenista tinha com os povos indígenas na região do Alto Solimões. Ainda muito atrelada ao imaginário indigenista da época do SPI, a FUNAI não enxergava as lideranças indígenas como agentes políticos capazes de reivindicar seus próprios direitos. Ela entendia que quem detinha o exercício de porta-voz dos povos indígenas e, portanto de tutela, era aquela a quem o Estado havia delegado tal função, ou seja, ela própria.

Como “a FUNAI falava que era proibido falar de demarcação de terra de índio, terra indígena” (Informação verbal, Nino Fernandes), esse encontro foi interrompido para que as lideranças que estavam ali presente fossem prestar “esclarecimentos” na delegacia da polícia

militar no município de Benjamin Constant. Ao chegar um número significativo de índios Ticuna nas dependências da delegacia, o então delegado perguntou o que havia levado os mesmo a delegacia. Ao relatar que eles foram encaminhados à delegacia por estarem realizando uma reunião, as lideranças foram surpreendidas pelo posicionamento do delegado, pois este último afirmou que o que eles estavam fazendo era legítimo.

Aí o que fizeram, levaram nós daqui pra Polícia Militar, e nós fomos lá da um depoimento porque nós fizemos essa reunião. Nós chegamos aqui na delegacia, nós dissemos que não estávamos fazendo nada, aí o delegado entendeu também: “se vocês não estão fazendo nada, porque que mandaram vocês. Eu mesmo não vou prender vocês, porque a reunião é direito de vocês, porque vocês estão querendo fazer, é direito de vocês, eu posso compreender”. (Informação verbal, Nino Fernandes)

Quando as lideranças Ticuna foram liberadas no final da tarde após o depoimento de todos eles, na volta para a comunidade de Porto Cordeirinho dando continuidade à reunião, indicaram Pedro Inácio Pinheiro e Paulo Mendes para participar de uma Assembleia Indígena que seria realizada na cidade Aquidauana no Mato Grosso do Sul no ano seguinte, em 1979.

Esse episódio demonstra a intensificação da mobilização política Ticuna em torno da luta por direitos coletivos, já que a partir do ano de 1978 a demarcação da terra estava acompanhada de uma por uma educação escolar mais qualificada e uma atenção a saúde mais efetiva. Nessa época havia um número considerável de professores Ticuna com experiências adquiridas no convívio em meio aos não-índios nos centros urbanos do Alto Solimões como consequência da participação em cursos de formação de professores como o Projeto Rondon em parceria com o Campus Avançado<sup>19</sup>.

Esse projeto era pra 15 anos, pra formar professores aqui do município de Benjamin Constant. Então nessa época, em 79, esse curso na época era para professores Leigos Rurais, junto com o Campus Avançado. (Informação verbal, Santo Cruz Mariano, liderança ligada a OGPTB e funcionário da FUNAI)

A escolha de Pedro Inácio<sup>20</sup> evidencia o peso político que essa lideranças havia conquistado desde as suas primeiras ações com a chegada da Irmandade da Cruz. Como afirma a liderança Santo Cruz “Pedrinho se fez liderança”. E a indicação de Paulo Mendes resultava da sua inserção política entre as principais lideranças e pelo peso político carregado no sobrenome da família que vem desde Paulo Cruz.

<sup>19</sup> Os cursos realizados, até então, pelos índios que ministravam aulas na época, reduziram-se à Capacitação para professores Leigos Rurais oferecido pelo Projeto Rondon desde 1976, à curta capacitação já referida ministrada por uma pedagoga e lingüista da FUNAI, em 1978, para a elaboração da cartilha bilíngüe “Tutu”, e um brevíssimo curso ministrado pelo MEB aos que seriam alfabetizadores de adultos. (PALADINO, 2006, p.83)

<sup>20</sup> Como muitos professores Ticuna não poderiam se ausentar das comunidades por conta das atividades escolares, tal fato dentre outros acabou que, de certa maneira, condicionando a escolha de Pedro Inácio Pinheiro e Paulo Mendes. O primeiro, pelo fato de já ter uma significativa experiência de articulação política interna e de diálogo com agentes externos. E o segundo por ter estreitos laços com membros da Igreja Católica via Prelazia do Alto Solimões, CIMI e OPAN, importantíssimos parceiros que possibilitaram a viagem a esse encontro, arcando com todas as despesas referentes a passagens, hospedagens, alimentação e é claro com orientações através de seus missionários e indigenistas como Sílvio Cavuscens (OPAN) e Arlindo Leite (CIMI).

Embora as relações interétnicas no Alto Solimões tenham sido produzidas por conjuntos de agentes orientados para metas distintas, a que se considerar que as diferentes situações históricas, acompanhadas sempre de conflitos, implicaram na construção de uma política indígena Ticuna- articulada e operada por lideranças que surgiam na cena social e política do Alto Solimões- ocupando diferentes posições e articulando arranjos políticos capazes de se colocarem como meios para reduzir as espoliações sofridas pelo povo Ticuna, a luz sempre da manutenção de uma posição política privilegiada que garantisse o controle sobre determinados recursos, disputados no interior de uma “comunidade” política operada por uma multiplicidade de vozes e de agentes multissituados, algo que a bastante tempo tem sido uma marca registrada das lideranças Ticuna e de seus arranjos políticos.

Ao tratar de posicionamentos, estamos diante de uma Gam de “pontos de vista que vem ser apreendidos enquanto tal e relacionados a posições dos respectivos agentes na estrutura”. (BOURDIEU, 2004, p.152)

Porém, dado que nós construímos o espaço social, sabemos que esses pontos de vista são, como a própria palavra diz, visões tomadas a partir de um ponto, isto é, a partir de uma determinada posição no espaço social. E sabemos também que os pontos de vista diferentes, e mesmo antagônicos, já que os pontos de vista dependem do ponto a partir do qual são tomados, já que a visão que cada agente tem do espaço depende de sua posição nesse espaço. (BOURDIEU, 2004, p.157)

Diante da união das lideranças Ticuna em prol de um objetivo comum e indiferenciado, que estava acima de qualquer conflito interno, que passava a ser concretizado junto a agentes e agências pró-índio, era regido publicamente desde o princípio por Pedro Inácio Pinheiro que contava com a participação ativa de Adércio Custódio Manoel de Campo Alegre, Pedro Severiano de Belém do Solimões, Robertinho Bastos de Porto Cordeirinho, Armando Guedes Batalha de Santa Clara, Manoel Saldanha de Nova Itália, Manoel Rozindo de Betânia, Aureliano Mendes de Orique, Pedro Mendes de Orique, Paulo Mendes de Orique, Nino Fernandes de Filadélfia, Constantino Ramos Lopes de São Francisco, Santo Cruz Mariano Clemente de Lauro Sodré e, já na década de 1980 surgem outras lideranças como Manoel Jonas (o Manduca) da comunidade Cajari, Alfredo Santiago de Vendaval, José Demétrio e Cecílio Félix de Feijoal, Soares Suzano Bastos de Filadélfia, Milton Arcaño de Campo Alegre e tantos outros que de maneira singular contribuíram para a superação do regime do seringal e para a posse jurídica de muitos territórios indígenas Ticuna indispensáveis a sua sobrevivência física e cultural.

A discussão que se segue neste capítulo diz respeito a mobilização política Ticuna em torno de um projeto comum e indiferenciado que era operado por um conjunto de lideranças Ticuna, aliadas a um conjunto de agentes e agências indispensáveis num processo de luta que

se estenderá por toda a década de 1980 e princípio do ano de 1990, onde se verá concretizado a demarcação física e jurídica de seus principais territórios. É justamente na década de 1980 que se exige das lideranças Ticuna uma articulação política em torno de um modelo organização e ação política alheia a suas práticas internas, mas imprescindíveis para a viabilização das demandas acordadas nas primeiras assembleias gerais que ocorrerão a partir do ano de 1980 na comunidade de Campo Alegre pertencente ao município de Santo Antônio do Içá, com a criação do CGTT.

## **1.2 Construindo a rede e operacionalizando as demandas: a criação do CGTT, OGPTB e OMSPT.**

Olha, a importância do CGTT pela luta é porque de vez enquanto ele reunia os caciques lá naquela casa, lá em Benjamin. Aquela casa é dos caciques, o Magüta. Ele acompanhou a gente, que nós era o cabeça né. A gente orientou bastante a turma pelos direitos dos indígenas, pelo direito mesmo, pela Lei. E naquela época a gente só falava daquela Lei da FUNAI de número 6.001 de 1973, o Estatuto do Índio. E por aí a gente se baseou pra criar o CGTT. Então a importância foi essa. Teve um avanço grande da unificação das lideranças. (Informação verbal, Paulo Honorato Mendes, atual presidente da Federação das Organizações dos Caciques e Comunidades Ticuna- FOCCIT)

Após a participação na Assembleia Indígena ocorrida na cidade de Aquidauana no Estado do Mato Grosso do Sul, que se tornou possível graças ao apoio financeiro da Operação Anchieta (OPAN), Pedro Inácio Pinheiro e Paulo Mendes retornam para as suas comunidades, respectivamente Vendaval e Umariáçu, divulgando as notícias sobre os direitos indígenas “garantidos” pelo Estado brasileiro.

A troca de experiências entre as lideranças indígenas nos encontros nacionais do movimento indígena no Brasil funcionava como meios de compartilhamento de situações sociais e políticas vivenciadas pelas sociedades indígenas, resultando na produção de uma política indígena manifestamente operada por um conjunto de lideranças indígenas multissituadas e articuladas ativamente a múltiplos arranjos políticos que viabilizavam a consolidação de um universo de diálogos com o Estado que pudesse convergir no acatamento por este último das muitas demandas levadas pelos povos indígenas.

Ao retornar a comunidade de Umariáçu enfatizando a necessidade de uma mobilização política da comunidade em torno de um projeto comum e indiferenciado relativo a demarcação de seus principais territórios, Paulo Mendes convoca uma reunião que tinha como ponto principal da agenda política que começava a se construir, a luta pela demarcação da terra. No entanto, como ele mesmo afirma “o Umariáçu dizia que não queria a demarcação

*da terra na época por causa do negócio de religião que falava que quando a gente fosse morrer não levava a terra”.*

Pedro Inácio, por sua vez, confrontava-se com posicionamentos distintos quanto a demarcação da terra, que exigiam estratégias diferentes para contornar essas diferenças, na medida em que ele procurava promover uma unificação das lideranças presentes tanto na comunidade de Vendaval, quanto nas muitas outras localizadas nas margens do Alto Rio Solimões e nas cabeceiras dos igarapés que estavam vinculadas a determinados universos religiosos (movimento Batista, Santa Cruz e Igreja Católica), políticos e econômicos da região. Outros fatores que se juntavam a esses universos diziam respeito às relações de compadrio, aviamento e dos horrores do regime do seringal que ainda se faziam muito presentes e vivos na memória coletiva de muitos índios Ticuna.

Após a participação de Pedro Inácio e Paulo Mendes na assembleia indígena em Aquidauana, Pedro Inácio viaja em um pequeno barco com um motor de popa para solicitar aos capitães e diversas lideranças das comunidades Ticuna que eles mobilizassem seu povo para a realização de uma grande assembleia a ser realizada na comunidade de Campo Alegre-lugar estratégico por ser um território próximo aos lugares míticos e por concentrar um número considerável de índios Ticuna ansiosos por se desvencilharem de uma vez por todas de toda uma geração de seringalistas.

Ainda que o universo político interno das comunidades Ticuna não fosse o ideal para a integração das lideranças e comunidades em torno de um objetivo comum, já estava assinalada a necessidade urgente de uma mobilização política Ticuna capaz de se constituir como a principal referência de luta diante do Estado e dos poderes políticos e econômicos locais.

Como resultado de todo um processo de articulação política interna e externa levada a cabo pelas lideranças do nascente movimento indígena Ticuna, encabeçada por Pedro Inácio Pinheiro, por quase todo o ano de 1980, no dia 11 de novembro de 1980 é realizada a I Assembléia Geral do Povo Ticuna, composta por um número significativo de capitães e professores de distintas comunidades. Nessa primeira assembléia geral foram discutidos temas que iam além da demarcação da terra, como a saúde, educação e invasão de terras. Mesmo que a demarcação da terra fosse o foco principal de luta das lideranças do movimento, outros temas corriam paralelamente, pois se tratavam de campos de atuação indispensáveis na consolidação de uma autonomia e na possibilidade da administração dos rumos da sociedade Ticuna.

É muita gente que vieram participar, pra mim é 60 naquele tempo. Lá que nós fomos discutir, organizar, como nós íamos organizar, o que nós estávamos querendo, onde que nós estávamos querendo chegar. Aí nessa assembléia de 1980, aí nós conseguimos organizar mais, nós falamos sobre a demarcação da terra, a saúde, a educação e invasão. (Informação verbal, Nino Fernandes) Na primeira assembléia nós se reunimos num grupo de 70 pessoas em Campo Alegre, onde nós criamos aquela música Wewerütche. Essa música foi criada por Pedro Inácio e Adércio Custódio. Essa música falava nos direitos indígenas, direito a saúde. Cobrando direitos e, falava em união. (Informação verbal, Paulo Mendes, presidente da Federação dos Caciques e Comunidades Indígenas Ticuna- FOCCIT)

A bandeira de luta do movimento indígena Ticuna carecia de um aparato político e simbólico capaz de produzir uma efetiva atuação política frente ao Estado e a própria sociedade Ticuna, legitimando assim as ações das lideranças do movimento. O canto que é mencionado acima é um bom indicativo da atuação das lideranças do movimento para a construção de um arco de alianças interna que se enveredava numa modalidade de ação política que necessitava de uma base política sólida e fluida.

Nessa assembléia de 1980 os capitães das comunidades que se empenharam na construção dos mapas referentes aos limites de suas terras, como resultado das viagens de Pedro Inácio e de uma comitiva de lideranças que se deslocaram do município de Tabatinga até a área do Uatí-Paraná e que argumentavam a necessidade de formulação dos mapas das áreas, reuniram os desenhos das áreas esboçadas a fim de propor um mapa com as terras indígenas Ticuna a serem demarcadas.

O mapa saiu. Nós saímos aqui de Tabatinga num peque-peque que tinha hora que o bicho parava e parecia que num ia pegar nunca mais, 'aquele chinês velho'. A gente fez a viagem daqui de Tabatinga até Uatí-Paraná entrando né. (Informação verbal, Paulo Mendes, presidente da FOCCIT)

Aí em Campo Alegre a gente discutimo já com todos os capitães o problema da terra, pra vê como que a gente podia fazer o desenho. Cada cacique tem que desenhar como tem que ser sua área. (Informação verbal, Pedro Inácio Pinheiro, presidente do Conselho geral da Tribo Ticuna- CGTT)

No início do ano seguinte, em 1981, a comissão eleita na assembleia de 1980 tinha por incumbência “viajar a Brasília e entregar ao presidente da FUNAI<sup>21</sup> a proposta dos Ticuna” (OLIVEIRA FILHO, 2012, 204) de demarcação das terras. Os três capitães que compuseram essa comitiva foram Pedro Inácio Pinheiro de Vendaval, Adércio Custódio Manoel de Campo Alegre e José Demétrio da comunidade de Feijoal. A indicação dessas três lideranças estava ligada a atuação política dos mesmos no nascente movimento indígena Ticuna e indica muito bem que por eles pertencerem a três comunidades que gozavam de densidades demográficas significativas e por elas abrigarem um número expressivo de índios Ticuna contrários a demarcação, havia a necessidade de atração dessas comunidades, via capitães, para a consolidação de um projeto comum que pudesse se colocar acima das diferenças internas.

<sup>21</sup> Nessa época o presidente da FUNAI era Paulo Moreira Leal.

Como consequência das alianças das lideranças do movimento Ticuna com membros de agências indigenistas como a OPAN, CIMI<sup>22</sup>, Prelazia do Alto Solimões, de instituições de financiamento como a OXFAM/Brasil, ICCO, Pão para o Mundo, Amigos da Terra, de pesquisadores vinculados ao Museu Nacional e outros profissionais e indigenistas ligados a outras instituições como a instituição suíça- Medecins Sans Frontières passava a consolidar-se um arco de alianças políticas fundamentais no processo de mediação e diálogo com os dispositivos de poder do Estado.

E aí quando foi em 81 fui pra São Paulo do Sul<sup>23</sup>, eu, Pedro Inácio e finado Robertinho, a gente foi pro encontro dos bispos, uma Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB, em 81. E lá nós criamos a UNI- União das Nações Indígenas, onde o Marcos Terena um colega lá de Mato Grosso foi eleito, e o Álvaro Tucano do Rio Negro foi eleito vice dele e o secretário foi Lino Miranha de Tefé do rio Arini- Médio Solimões. E aí depois eu fiquei com a maior Tribo do Brasil. Fiquei representado nacional, e aí a gente continuou brigando pela terra. (Informação verbal, Paulo Mendes, presidente da FOCCIT)

Diante desse quadro de alianças políticas internas e externas, três lideranças Ticuna, respectivamente Pedro Inácio Pinheiro, Paulo Mendes e Robertinho Bastos foram indicados a participarem de um Encontro Nacional dos Povos Indígenas no Brasil organizado pela União das Nações Indígenas (UNI) na cidade de São Paulo no ano de 1981<sup>24</sup>. Na ocasião a participação das lideranças Ticuna resultava do apoio do CIMI na pessoa de Arlindo Leite e da OPAN via Sílvio Cavuscens- um suíço indigenista fundamental na ampliação do leque de alianças políticas Ticuna para além das fronteiras nacionais. As palavras a seguir da liderança Paulo Mendes indica a importância do CIMI na viabilização e legitimação de uma política indígena Ticuna com um caráter político que extrapolava os níveis políticos locais.

O CIMI ajudou no transporte, hospedaria, alimentação e depois na orientação, ‘os caminhos por onde buscar’, com quem tinha que falar<sup>25</sup>. E depois ajudou também já pro exterior, como pedir recurso lá no exterior. (Informação verbal, Paulo Mendes, presidente da FOCCIT)

A visibilidade que as lideranças Ticuna passaram a ter com a ocupação de uma posição no quadro geral de um organismo político indígena de âmbito nacional permitia a

<sup>22</sup> A Igreja Católica foi o propulsor inicial para a formação de uma consciência pan-indígena. O Conselho Indigenista Missionário- CIMI- foi criado em 1972 dentro da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB- e passou a ser um dos segmentos mais militantes. O CIMI surgiu do profundo engajamento de membros da Igreja com a Teologia da Libertação, segundo os moldes que também inspiraram as Comunidades Eclesiais de Base em centros urbanos e a Comissão Pastoral da Terra no campo. (RAMOS, 1997, p.2)

<sup>23</sup> A expressão São Paulo do Sul indica um movimento de diferenciação em relação a cidade de São Paulo de Olivença.

<sup>24</sup> Naquela ocasião, foi eleito como presidente o Terena Mariano Marcos e como vice-presidente o Tucano Álvaro Sampaio. A representatividade desta reunião, que contou com 73 participantes de 32 tribos foi colocada em questão por uma assembleia indígena realizada em Aquidauana, MS. (FAULHABER, 1998, p.39)

<sup>25</sup> Dois anos depois de criado, o CIMI organizou a primeira de uma longa série de assembleias indígenas. Fornecendo ou financiando meios de transporte, alimentação e hospedagem, os missionários conseguiram reunir pela primeira vez representantes de diversos grupos indígenas em um único local com o objetivo de expor cada índio às experiências interétnicas dos demais e, regressando a sua comunidade, transmiti-las a seu próprio povo. (RAMOS, 1997, p.2)

consolidação de um movimento indígena Ticuna amparado num organismo de alcance nacional e internacional. A participação política nesses espaços pressupunha uma participação ativa desses agentes onde eles passavam a se constituir enquanto protagonistas de sua própria história.

Apesar de todo o campo político que estava sendo operado no Brasil pelos povos indígenas desde a década de 1970, pela figura das lideranças<sup>26</sup>, o Estado ainda não encarava as lideranças do movimento indígena como agentes políticos capazes de assumirem a difícil tarefa outorgada e executada por um aparelho de Estado (a FUNAI no caso) na condução de uma série de atividades voltadas para a atenção aos povos indígenas.

No caso dos índios Ticuna, quem assumiu a difícil tarefa de conduzir a luta política das lideranças pela demarcação da terra, da saúde e educação escolar foi o Conselho Geral da Tribo Ticuna (CGTT). Essa organização foi criada no ano de 1982 na comunidade de Vendaval no município de Santo Antônio do Içá na II Assembléia Geral do Povo Ticuna, organizada por Pedro Inácio Pinheiro, Adércio Custódio, Paulo Mendes e por um conjunto de capitães e professores Ticuna que estavam envolvidos direta e indiretamente nas reuniões que resultaram na constituição do CGTT.

A instituição que possibilitou o encontro das muitas lideranças nessa segunda assembléia foi a OXFAM/Brasil, através de um pequeno projeto elaborado pelo antropólogo João Pacheco de Oliveira juntamente com as lideranças do movimento. Como bem ressalta a liderança Paulo Mendes *“a OXFAM ajudou no recurso pra gente fazer a articulação. Pra viagem pro pessoal ir pra reunião, chegar e buscar o outro pra conversar”*.

Como a Nova Constituição Federal só viria a se concretizar juridicamente em 1988, até então as lideranças indígenas não se constituíam como “meios legais” no ingresso na luta por direitos coletivos, por isso se fazia necessária uma mobilização política num modelo organizativo que pudesse ser encarado pelo Estado como legítimo na condução de ações políticas que expressavam não o interesse de particulares (no caso as lideranças), mas o de coletividades que se faziam representadas nesse novo dispositivo político-jurídico, que estava sob o domínio das sociedades indígenas e de seus assessores indigenistas.

Mesmo que esse novo modo de ação política possibilitasse o atendimento a determinadas demandas das sociedades indígenas no Brasil, o confronto que este formato organizativo desencadeou em relação as formas locais de organização política, encaminharam

---

<sup>26</sup> Para contraponerse a los blancos, algunas categorías de utilización bastante fluida se convierten em roles de uso común, como “lideranças” (liderazgos) y “autoridades indígenas”, bien como instituciones complejas y ambivalentes como “comovimiento” y “organización indígena”. (OLIVEIRA, 2006, p.128-129)

de maneira variada as ações das lideranças que se esforçavam por se envolver dentro de um universo de atuação política um tanto distinto, e não divergentes, de suas práticas locais.

Como bem recorda a liderança Nino Fernandes “*João Pacheco de Oliveira e André Villas Boas*<sup>27</sup> foram importantes pra criação do CGTT”. Embora saibamos da fundamental importância dos múltiplos assessores indigenistas para a consolidação do(s) movimento(s) indígena(s) no Brasil, e é claro no caso dos índios Ticuna, não se trata de retirar o protagonismo político das lideranças, já que quem promovia a articulação no interior das comunidades, acionava os parceiros em determinados contextos e estava na linha de frente diante do Estado e dos múltiplos poderes políticos e econômicos locais eram as lideranças indígenas. Os assessores, todavia, eram/são acionados na medida em que o acesso a determinadas informações e esclarecimentos sobre os dispositivos jurídicos que os afetavam/afetam, bem como o acesso a instituições de financiamento se fazia/faz necessário.

A seguir, destaco a fala de duas lideranças que estiveram diretamente envolvidas na realização da II Assembléia Geral do Povo Ticuna. Esses discursos indicam a intenção e utilização que o CGTT passaria a desempenhar em nome do povo Ticuna.

Então a nossa tendência pra se organizar é pra que o indígena mermo tomasse de conta do seu povo. Essa é a política que até hoje nós tamo querendo. Essa autonomia geral que nós queremos hoje, é que a gente não quer que o não-indígena fique falando pela gente. Essa é a nossa política. (Informação verbal, Paulo Mendes, presidente da FOCCIT)

Aí em 82 nós criamos o CGTT, pra nos organizarmos, pra gente ter mais força pra começar a organização, aí nós criamos a organização. (Informação verbal, Nino Fernandes)

Nessa assembléia Pedro Inácio foi eleito capitão-geral do povo Ticuna<sup>28</sup> (e coordenador do CGTT), Aureliano Mendes foi eleito vice-capitão e Reinaldo Otaviano do Carmo e Nino Fernandes ficaram na secretaria da organização por conta da condição de professores que os mesmos desempenhavam e que, portanto, dispunham de uma maior habilidade de escrita e elaboração de documentos em língua portuguesa. Como bem ressalta Regina Erthal “o CGTT surge com a necessidade de uma coordenação para uma ação comum de defesa do território, implicando na criação de novos papéis que remetiam à representação de interesses do grupo junto às agências de Estado e da Sociedade Civil” (2006, p.222).

Diante do processo que levou a sociedade Ticuna a criar a figura do capitão-geral, temos o exemplo de “Hidalgo que assumiu em Celaya o título de capitão-geral da América” (TURNER, 2008, p.101). No caso de Hidalgo a sua promoção a capitão-geral da América foi possível graças a uma necessidade expressa de organização de um exército para a revolução, ao passo que, no

<sup>27</sup> André Villas Boas era um antigo chefe de Posto Indígena Ticuna da comunidade de Vendaval.

<sup>28</sup> O papel de Capitão-Geral do Conselho Geral da Tribo Ticuna tem, grosso modo, equivalência ao de um ministro das relações exteriores que, com poderes delegados, tem a função restrita de encaminhar e acompanhar as questões gerais do povo Ticuna, junto às agências do Estado e da Sociedade Civil relacionadas a problemas que afetem o grupo. (OLIVEIRA FILHO & LIMA, Povos Indígenas no Brasil- CEDI, 1987/88/89/90, p.241)

caso dos índios Ticuna, a indicação de Pedro Inácio a capitão-geral resultava de um processo de mobilização política que girava entorno da demarcação da terra que passava a ser conduzida por um movimento político carente de uma liderança que tivesse uma reconhecida experiência de convivência em meio aos “brancos”, como era o caso de Pedro Inácio que havia morado junto a Quirino Mafra, antigo patrão seringalista da região. Portanto, a figura do capitão-geral era expressamente um recurso interno que visava promover uma articulação política que pudesse ser operada e/ou conduzida por um mediador do próprio grupo.

Como resultado da pressão de lideranças Ticuna junto ao órgão indigenista (FUNAI), ainda no ano de 1982 durante os meses de janeiro e fevereiro, a FUNAI envia à região do Alto Solimões um Grupo de Trabalho (GT) coordenado por João Pacheco de Oliveira, pesquisador que foi indicado por já possuir uma experiência de campo junto a esses índios e por ter produzido um material<sup>29</sup> muito importante para a condução do processo de demarcação.

Apesar de todas as investidas do GT/82 em produzir uma proposta de demarcação das terras Ticuna em consonância com as propostas das comunidades Ticuna, que pressupunham uma “área contínua na margem esquerda, de Umariáçu ao rio Puritê com cerca de 590.000ha e outra na margem direita com 250.000ha e duas outras com 93.000ha (São Leopoldo) e 49.000ha (Santo Antônio, Bom Caminho, Lauro Sodré e Porto espiritual)” (ERTHAL & ALMEIDA, 2004, p.150). O jogo de forças existente entre os aparelhos de poder do Estado, mais especificamente entre a FUNAI, o Ministério do Interior e do Conselho de Segurança Nacional, determinavam o caminho que o processo de demarcação tomaria diante dessas disputas.

Os avanços, retrocessos e paralisações quanto à demarcação dos principais territórios Ticuna “foi contraposto a um processo de pressão das lideranças por toda a década de 80 e ainda na ampliação de seu arco de articulações políticas” (ERTHAL, 2006, p.222), que se moldava obedecendo sempre ao conjunto de atores e interesses diretamente ligados quanto à demarcação de suas terras.

O que alterou de maneira significativa um avanço na demarcação das terras Ticuna foi à promulgação do decreto 88.118 de 1983 “que veio mudar a instância de decisão quanto a criação de terras indígenas” (OLIVEIRA FILHO, 2012, p.205), onde o encaminhamento de decisões quanto a demarcação de terras indígenas passaria não tão somente pelo presidente da

---

<sup>29</sup> A contratação de João Pacheco de Oliveira Filho para coordenar o Grupo de Trabalho (GT) responsável pela pesquisa junto aos índios Ticuna, a fim de elaborar um estudo detalhado sobre a presença desses índios nos locais reivindicados se deu como consequência da já defendida dissertação de 1977 que tratava de uma extensa pesquisa sobre a história do povo indígena Ticuna na região do Alto Solimões.

FUNAI, mas por um conjunto de técnicos advindos dos quadros de funcionários do Ministério do Interior e do Conselho Nacional de Segurança (CNS).

Como as terras reivindicadas pelos índios Ticuna eram objetos de múltiplos interesses do Estado e dos poderes políticos e econômicos locais (que em certa medida estavam ligados umbilicalmente), as lideranças ligadas ao CGTT se viam envolvidas por um campo político com muitas facetas, exigindo dos mesmos uma atuação política ativa e mutável diante dos agentes e agências que os cercavam.

As muitas aproximações e distanciamentos entre o órgão indigenista oficial e o Exército de Fronteira, refletia-se na atuação política diante dos povos indígenas da região, onde este último afigurava-se ora como “parceiro” ora como entraves, a consolidação de um projeto indígena de autonomia. Apesar de o Exército e a FUNAI serem por excelência dispositivos de poder e dominação e não simplesmente de veículos que asseguram a soberania nacional. Diante desse quadro político, concordo com Michel Foucault de que “o discurso do direito” escamoteia a ideia de dominação sobre a noção de soberania.

Afirmar que a soberania é o problema central do direito nas sociedades ocidentais implica, no fundo, dizer que o discurso e a técnica do direito tiveram basicamente a função de dissolver o fato da dominação dentro do poder para, em seu lugar, fazer aparecer duas coisas: por um lado, os direitos legítimos da soberania e, por outro, a obrigação legal da obediência. (...) Nos últimos anos, o meu projeto geral consistiu, no fundo, em inverter a direção da análise do discurso do direito a partir da Idade Média. Procurei fazer o inverso: fazer sobressair o fato da dominação no seu íntimo e em sua brutalidade e a partir daí mostrar não só como o direito é, de modo geral, o instrumento dessa dominação – o que é consenso – mas também como, até que ponto e sob que forma o direito (e quando eu digo direito não penso simplesmente na lei, mas no conjunto de aparelhos, instituições e regulamentos que aplicam o direito) põe em prática, veicula relações que não são relações de soberania e sim de dominação. (FOUCAULT, 1979, p.181)

Um fato que veio a se confrontar com a criação do Projeto Calha Norte (no caso dos índios Ticuna) foi conduzido por uma comitiva de lideranças Ticuna, eleita em uma reunião de capitães realizada na comunidade de Betânia no ano de 1984, momento em que se intensificava a reivindicação pela demarcação das terras Ticuna num formato de faixas de terras contínuas, algo muito criticado pelos militares pelo fato da região do Alto Solimões está encravada numa região de tríplice fronteira geopolítica, entre o Brasil, Peru e Colômbia. Como relata a liderança Paulo Mendes, foi acordada a “decisão de que teria que ir um grande número de representantes para Manaus cobrando a FUNAI, pra demarcar a terra. Naquele tempo o governo criou um ‘grupão’<sup>30</sup>.

Ainda que os muitos dispositivos jurídicos elaborados pelo Estado para reorientar a prática indigenista quanto à demarcação de terras indígenas no Brasil, se apresentasse para os

<sup>30</sup> O grupão do qual a liderança Paulo Mendes se refere trata-se do Grupo Interministerial criado no ano de 1985 pelos militares ligado ao Conselho Nacional de Segurança (CNS).

militares como insuficientes na condução de demarcação de terras indígenas nas regiões de fronteira, já no ano de 1985 os militares na figura do “Secretário-Geral do Conselho Nacional de Segurança o Gal. Bayma Denis” (OLIVEIRA FILHO, 1990, p.17) criam o Projeto Calha Norte.

O seu ponto de partida declarado é a Exposição de Motivos 018/85, elaborado pelo Gal. Bayma Denis, Secretário-Geral do Conselho Nacional de Segurança, cargo que acumulou com a função de Ministro Chefe da Casa Militar da Presidência da República que approve a constituição de um Grupo de Trabalho Interministerial com a tarefa de elaborar diretrizes e subsídios à ação governamental na “região ao norte das calhas dos Rios Solimões e Amazonas”, visando superar as “grandes dificuldades impostas pelo meio ambiente ao desenvolvimento, promovendo a “sua efetiva integração no contexto nacional”. Segundo a EM 018, a incumbência deste Grupo de Trabalho seria consolidar e apresentar “um Plano para o desenvolvimento da região”, sendo integrado por representantes da Secretaria de Planejamento (SEPLAN), do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e do Ministério do Interior (MINTER), além do próprio CSN. (OLIVEIRA FILHO, 1990, p.17)

Muitas das promessas do órgão indigenista de que a demarcação das terras Ticuna seria efetivada, refletindo-se na contratação de grupos de pesquisadores habilitados para tal exercício, bem como a visita de um presidente<sup>31</sup> às áreas Ticuna reivindicadas, foram as formas explícitas utilizadas pelo Estado para dizer a sociedade Ticuna que havia uma disposição do mesmo em atender as demandas da sociedade Ticuna levadas a cabo por seus porta-vozes. Na realidade, o que se pôde ver foi que o Estado fazia uso de um conjunto de estratégias políticas que visavam o entorpecimento do processo de demarcação das terras reivindicadas pelos Ticuna.

Quando os militares assumem a linha de frente quanto à demarcação de terras indígenas surge a necessidade de novas articulações internas e externas por parte das lideranças e dos assessores indigenistas que viabilizassem a consolidação da demarcação nos moldes reivindicados pelas comunidades. Propor novas vias de ações e atuações frente ao Estado era necessário, já que o perfil até então assumido pelas lideranças do movimento já não surtiavam os efeitos desejados.

Um caso que ilustra bem essa mudança de perfil na figura de algumas lideranças Ticuna pôde ser presenciada na posição que Armando Guedes Batalha da comunidade de Santa Clara, após a mudança no cargo de presidente da FUNAI, tomou quanto ao posicionamento do representante do Conselho Nacional de Segurança na pessoa do Coronel Antônio Carlos Carneiro da Silva, em uma reunião realizada na Esplanada dos Ministérios em Brasília em 1987. O teor desse encontro tratava-se das negociações quanto a mudança no formato de demarcação das terras indígenas, saindo da idéia de terras contínuas para a categorização de “colônias indígenas”. Essas últimas sendo rodeadas por “Florestas Nacionais”.

---

<sup>31</sup> Um conflito de maior gravidade ocorreu no domingo do carnaval de 1985, quando o então presidente da FUNAI, Nelson Marabuto, visitou a aldeia de Umariçu e, com a presença do comandante da guarnição de fronteiras (CFSOL), comunicou aos líderes indígenas ali reunidos que a FUNAI havia concluído os seus estudos de delimitação e que a proposta de criação das áreas Ticunas já havia sido oficialmente encaminhada às instâncias superiores do governo. A reunião terminou festivamente pois, além das notícias trazidas, era a primeira vez que um presidente da FUNAI visitava as aldeias Ticuna (OLIVEIRA FILHO, 2012, p.206)

A seguir cito um trecho da fala de Pedro Inácio Pinheiro de uma entrevista realizada por Fábio Vaz Ribeiro de Almeida e Lino João de Oliveira Neves, contido no livro “As vozes do Mundo”. A fala de Pedro Inácio ilustra bem todo o ambiente no qual Armando Guedes Batalha posiciona-se de uma maneira um tanto análoga a de seus colegas líderes.

Isso foi no tempo que já tava bem legal o estudo, né! 84 a 86, nesse período. Então aí a gente teve lá, com mais dois lideranças, o Armando Guedes Batalha, de lá de Santa Clara. A gente tivemos com ele no Ministério, né! Com o coronel, que era de segurança da faixa de fronteira. Então a gente teve que aceitá, a opinião dele. Que opinião dele tinha que a gente tem que aceitá. Que ele não ia aceitá nossa opinião da gente, porque ele que sabe... “Ticuna, não sabe, não sei o que...”. Aí ele começou a explicá isso pra gente. Aí ele disse que a terra ia sê florestal e não sei o que mais outro... Deu dois nome de terra, né. E que, onde, a terra indígena, seria feito a demarcação assim como “terra florestal” e a demarcação da terra indígena em “colônia indígena”. Aí a gente dissemos que não: “Nós não queremos a terra em colônia. Nós queremos que seja “terra indígena”, não ‘colônia indígena’. Então ele disse: “Se for assim...”. O coronel falou assim: “Então se você não aceitá meu opinião – e que você ta dando opinião de você – eu não vou a opinião de vocês, porque vocês não aceitaram meu opinião. Então a terra que vocês pede, terra indígena, isso você pode voltá, você pode morrer nessa terra, que você nunca mais vai conseguir essa terra”. Assim ele diz, né! Então aí nesse momento que o Coronel falô... Aí nesse momento o Armando Guedes, levanto da cadera e disse: “Coronel, já que você não quer da terra pro Ticuna, então a gente vamo na porrada...”. Ele bateu na mesa... na frente do Coronel, né! Aí o Coronel se afastou, assim com medo do Armando, né! Aí alguém da segurança dele, veio pra perto calmá, porque o Armando tava meio brabo, né! (Pedro Inácio Pinheiro, 2009).

Vale ressaltar que desde o início da luta pela demarcação da terra o povo Ticuna teve que lidar com as pressões políticas locais, sejam aquelas levada a cabo pelo órgão indigenista (FUNAI) ou por pressões dos poderes políticos e econômicos locais. Tal fato se refletia cotidianamente ou em contextos de instabilidades nas relações entre índios e autoridades “que a partir de um ponto de vista oficial, aliado a um discurso administrativo que determinam as diretrizes, ordens e prescrições” (BOURDIEU, 2004, p.164) onde as pessoas envolvidas nesse universo político deveriam seguir, mediante a premissa de que estavam/estão diante de um ponto de vista oficial.

A recusa em aceitar a demarcação no formato de colônias indígenas é que por um lado vários lugares importantes do ponto de vista cultural, cosmológico e de sobrevivência física (lagos e igarapés) ficariam fora das áreas propostas pelos Ticuna, e por outro lado se acirraria os conflitos com os não-indígenas que viviam próximos as comunidades Ticuna e que por ventura utilizariam os lagos e igarapés, imprescindíveis aos Ticuna, para alimentar os setores comerciais do pescado e madeireiro dos municípios do Alto Solimões e da cidade colombiana de Letícia (um grande centro financiador da pesca predatória fundamentalmente dos peixes de couro que saem do mercado colombiano para alimentar os restaurantes dos Estado Unidos e outros países da Europa).

No princípio do ano de 1986, as lideranças Ticuna tiveram que lidar com as novas propostas de demarcações de suas terras segundo os auspícios dos militares representantes do

Projeto Calha Norte, nesse momento os militares lançavam a proposta de demarcação de terras Ticuna que estavam mais distantes das zonas de fronteira e mais próximas ao município de Benjamin Constant. Tratava-se de um conjunto de quatro áreas Ticuna, respectivamente, Bom Intento, Porto Espiritual, Santo Antônio e São Leopoldo. No entanto como essas áreas, do ponto de vista cultural e cosmológico não ocupavam a mesma posição que as seis áreas próximas ao lugar do mito de origem Ticuna, as mesmas foram colocadas em um segundo plano tendo em vista a dimensão cultural e cosmológica imbricada nas áreas próximas ao igarapé Eware.

Se antes do Projeto Calha Norte eram os poderes políticos e econômicos locais que determinavam os rumos e a velocidade com que os processos de demarcações eram dirigidos e administrados pela FUNAI, desde então são os militares que sob o discurso de “soberania nacional” impõem novos tratamentos ao campo das demarcações de terras indígenas, forçando as lideranças do movimento indígena e os assessores indigenistas a traçarem novas estratégias que visassem reverter esse quadro, bem como tecer uma rede que agregasse novos agentes e agências capazes de garantir a demarcação das terras Ticuna segundo os interesses dos próprios indígenas.

Entretanto, como reação às inúmeras investidas dos poderes políticos e econômicos locais e dos aparelhos de poder de Estado (FUNAI e Exército) que incidiam sobre as propostas de demarcações das seis terras indígenas Ticuna, Evare I e II, Lago Beruri, Porto Espiritual, Betânia e Vui-Uata-In (Nova Itália), e que procuravam obstaculizar as demarcações físicas e jurídicas das respectivas áreas indígenas acima citadas, um conjunto de lideranças ligadas ao CGTT (capitães, professores, líderes religiosos e outros) em parceria com seus assessores indigenistas criam no ano de 1986 o Centro de Documentação e Pesquisas do Alto Solimões (CDPAS), uma organização que mesmo evocando um caráter de abrangência tão amplo quanto a região do Alto Solimões visava no fim das contas se apresentar como um dispositivo jurídico a serviço dos interesses dos índios Ticuna, tanto que sua estrutura organizacional era composta por um Conselho Indígena com lideranças majoritariamente advindas do CGTT.

Cabe recordar que a presença de pesquisadores em meio as lideranças indígenas Ticuna foram importantíssimas na construção de uma política indígena Ticuna que era antes produto de uma relação dialética muito complexa que envolviam uma variedade de projetos políticos, que à luz de um interesse comum deveriam reunir-se num único projeto político, fundamental para a consolidação de novas agendas políticas no interior de uma sociedade marcadamente polifônica do ponto de vista político.

Embora o Centro Magüta se apresentasse como um espaço jurídico e político fundamental no redimensionamento das ações, dos diálogos e articulações políticas que envolviam lideranças indígenas, assessores indigenistas e instituições de financiamento para a viabilização de demandas acordadas nas assembleias gerais, muitas outras iniciativas também contribuíram para a consolidação de um projeto político que tinha como pano de fundo uma multiplicidade de situações históricas que contaram sempre com a participação ativa de lideranças Ticuna.

Uma das iniciativas que produziram um ambiente político fundamental na promoção de uma valorização da cultura indígena Ticuna, bem como da produção de uma identidade étnica Ticuna que procurava anular a categorização caboclo até então utilizada pelos regionais para invisibilizar a identidade étnica Ticuna e portanto inviabilizar o atendimento aos direitos dos índios Ticuna, foi a produção de um projeto que segundo João Pacheco de Oliveira Filho foi pensado com “vistas a chamar atenção para a riqueza do patrimônio cultural dos Ticuna” (2012, p.206)

Pesquisadores do Museu Nacional, através de um pequeno projeto do Ministerio da Cultura, vieram a editar em 1985, o mito de origem deste povo em português e em sua própria língua. O livro, intitulado *Torü Düü Ügü* (“Nosso povo”), envolveu jovens professores Ticunas<sup>32</sup>, que realizaram a transcrição e tradução dos longos mitos contados por velhos moradores, o texto sendo ilustrado com desenhos feitos por indígenas. (OLIVEIRA FILHO, 2012, p.206)

Para além das Assembléias Gerais organizadas pelo CGTT, o prédio do Centro Magüta que havia sido construído com recursos do Ministério da Justiça (OLIVEIRA FILHO, 2012, p.207) passava a ser um novo lócus de encontros e debates entre as lideranças do movimento ligadas ao CGTT, estreitando ainda mais as relações políticas com os assessores indigenistas.

A criação do Centro Magüta<sup>33</sup> era uma sinalização clara de que a solução para os problemas até então enfrentados pelas lideranças Ticuna deveria está associada ao universo jurídico, encarado pelo Estado como uma forma legítima no ingresso na luta por direitos. É claro que tais iniciativas não poderiam desempenhar exercícios políticos a encargo do Estado.

<sup>32</sup> Os professores que estiveram diretamente envolvidos na produção do livro *Torü Düü Ügü* foram Nino Fernandes, Reinaldo Otaviano do Carmo, Quintino Emílio Marques, Miguel Firmino e José Tenazor.

<sup>33</sup> Em 1987 o Centro Magüta recebeu o apoio de duas agencias filantrópicas- a ICCO, da Holanda e a OXFAM/Brasil- para os seus projetos, saindo de sua antiga sede e adquirindo um terreno, onde edificou ao fundo um amplo escritório e alojamento em madeira, em que eram realizadas as reuniões menores do CGTT e da OGPTB. Uma entidade italiana, Amigos da Terra, financiou a instalação de quinze radiotransmissores, distribuídos pelo CGTT entre as aldeias mais ameaçadas por invasores, sendo todo o sistema operado exclusivamente por lideranças indígenas e tendo sua unidade central em Benjamin Constant, na sede do Centro Magüta, onde Nino Fernandes mantinha-se em contato diário com o capitão-geral e os capitães do CGTT. Uma canoa de alumínio 40HP e um motor de centro completavam assim um programa de proteção e vigilância das terras indígenas controlado pelos dirigentes do CGTT. (OLIVEIRA FILHO, 2012, p.210)

Um fato que chamou bastante a atenção quanto a avaliação pelo Estado da presença e atuação de assessores indigenistas em meio aos povos indígenas ocorreu durante toda a divulgação, nos diversos formatos de informação, do Massacre do Capacete ocorrido em 28 de março de 1988, numa região em que uma das famílias mais poderosas do Alto Solimões havia se instalado. Tratava-se do madeireiro e “fazendeiro” Oscar Castelo Branco. Um fato lamentável que trazia à tona todo um passado tão presente no cotidiano dos povos indígenas no Brasil.

Por pressão dos poderes locais que acionavam as mais distintas instâncias de poder local e nacional, o Estado na tentativa de reverter o conjunto de acusações que pairavam sobre a ineficiência política da FUNAI na região e sobre a figura dos madeireiros e comerciantes que viviam em meio aos índios Ticuna, argumentava que parte significativa da ocorrência do assassinato de 14 índios Ticuna<sup>34</sup> era culpa dos assessores indigenistas ligados ao recém criado Centro Magüta, que aos olhos do Estado os mesmos insuflavam os índios ao embate com os “patrões” da região, indicando que o acirramento dos conflitos na região se dava por conta desse fato e, ficava desde então proibida a entrada de qualquer membro do CDPAS em qualquer área indígena do país. Essa atitude foi tomada pelo então presidente da FUNAI Romero Jucá Filho, que pediu auxílio ao diretor geral da polícia federal, Romeu Tuma, para que esta decisão fosse cumprida.

Para além do CGTT, um conjunto de capitães e professores ligados ao CGTT se reúnem em uma Assembléia Geral em 1983 na aldeia Santa Inês pertencente ao município de São Paulo de Olivença, reunindo cerca de 52 monitores bilíngües, durante três dias de discussões para tratar de temas relativos aos convênios com as prefeituras locais, com a FUNAI, a contratação de professores Ticuna, assim como os salários que deveriam ser pago a eles. Vale ressaltar como afirma Mariana Paladino (2006, p.67) “que pela primeira vez os Ticuna que davam aulas em três municípios do Alto Solimões (Benjamin Constant, Tabatinga e São Paulo de Olivença) e que na época eram chamados monitores bilíngües, haviam se reunido para discutir questões inerentes a educação escolar indígena”.

A Assembleia Geral que ocorreu em 1983, apesar dos encontros e desencontros vivenciados pelos líderes Ticuna que estavam vinculados e aliados a múltiplos agentes e agências na época, foi uma tentativa que tinha como pretensão mudar o panorama relativo ao pagamento que era oferecido aos monitores bilíngües pelas Prefeituras locais. Apenas alguns

---

<sup>34</sup> Segundo informações colhidas em conversas informais com alguns índios Ticuna e com moradores da cidade de Benjamin Constant o número de mortos no Massacre do Capacete foi muito superior ao que se propagandeou na mídia impressa.

poucos professores recebiam remuneração, exceto aqueles monitores pertencentes ao município de Benjamin Constant que em princípios do ano de 1978 haviam firmado um convênio com o Campus Avançado do Alto Solimões e a FUNAI, sendo que esta última era quem repassava o dinheiro à Prefeitura municipal.

Com respeito à situação de professores dos outros municípios, alguns poucos recebiam alguma remuneração a partir da sua vinculação com a Prelazia, o MEB ou a Igreja Batista, os quais conseguiam para eles contratos com as prefeituras; no entanto, esses contratos eram instáveis e dependiam das relações dos índios com aqueles agentes e deste com os políticos do momento. (PALADINO, 2006, p.70)

Uma das tendências gerais a não realização de seus objetivos pelo Estado nacional e governo local, era a mobilização de organismos bilaterais, ONGs, instituições de fomento e entre outras, que pudessem dar respostas imediatas a seus anseios. Isso significa que eles cotidianamente expandiam suas redes de relações e alianças, num movimento que tendia a se fortalecer a cada convênio.

Porém, é no ano de 1986 que os professores Ticuna irão instituir de forma materializada a Organização dos Professores Ticuna Bilíngüe (OGPTB), dentro de um quadro político mais amplo que correspondia a um período em que as lideranças do movimento indígena Ticuna e seus assessores indigenistas se viam envolvidos por um campo político instaurado pela implantação do Projeto Calha Norte que exigia dos mesmos a criação de dispositivos de diálogos com o Estado e com instituições de fomento nacionais e internacionais. Como os índios Ticuna não se apresentavam para o Estado como partes legítimas no ingresso a luta jurídica por direitos coletivos, quem assumiu essa tarefa foi o Centro Magüta, uma entidade civil sem fins lucrativos que atuava mediante as demandas emanadas do CGTT e da recente OGPTB.

A OGPTB passava a desempenhar um papel decisivo na implantação e consolidação de escolas orientadas para o diálogo entre o “conhecimento tradicional Ticuna” e o “conhecimento ocidental”, num movimento que tendia a revitalizar a identidade étnica Ticuna, pelo fato de muitas de suas marcas culturais passarem a estar presentes no ambiente escolar e atingirem assim as gerações dos mais jovens. A artista plástica e pesquisadora Jussara Gomes Gruber contribuiu de maneira decisiva na construção e operacionalização dessa organização, dando o suporte necessário na elaboração do estatuto e de projetos a serem desempenhados pela mesma.

A OGPTB foi fundada por 64 professores e 44 caciques oriundos das cidades de Benjamin Constant, Tabatinga, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Içá e Tonantins, entre os dias 8 e 10 de dezembro de 1986, sendo essa reunião realizada na

comunidade Paraná do Ribeiro. Nesse instante, foi de suma importância a participação e apoio de Pedro Inácio Pinheiro, capitão-geral e presidente do CGTT na época.

Nessa assembleia geral, tratou-se logo de eleger a Diretoria da nascente Organização dos Professores Ticuna Bilíngüe (OGPTB), para tanto se candidataram nove professores Ticuna, a saber, Nino Fernandes, Alírio Mendes de Moraes, Reinaldo Otaviano do Carmo, Jordão Flores, Erâncio Pereira Guedes, Santo Cruz Mariano Clemente, Francisco Julião Ferreira e Quintino Emílio Marques. Os cerca de 108 professores e caciques presentes elegeram o professor Nino Fernandes para o cargo de presidente e Alírio Mendes como vice.

Ainda que o enquadramento numa lógica que é encarada pelo Estado como legítima no ingresso a reivindicações de direitos coletivos seja necessária, sabemos que o “Estado contribui para a unificação do mercado cultural, ao unificar todos os códigos jurídicos, lingüístico, métrico - e ao realizar a homogeneização das formas de comunicação, especialmente a burocrática” (BOURDIEU, 1996, p.105), fazendo uso de seus “aparelhos estatizados, isto é, dos dispositivos administrativos de poder destinados a anular a heterogeneidade histórico-cultural à imagem de homogeneidade fornecida pela idéia de uma nação” (LIMA, 1995, p.129) que se imagina enquanto uma comunidade, que “sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal” (ANDERSON, 2008, p.34).

A eleição do professor Nino Fernandes esteve intimamente ligada ao peso político de sua família, que vinha desde o capitão Santiago Fernandes da comunidade de Umariáçu, as alianças que ele estabeleceu com outras famílias, a sua vinculação a atores externos e é claro por conta da sua participação ativa no movimento indígena Ticuna em prol do território. Isso significa que em momentos de “escolha” para ocupação de cargos de chefia entre os Ticuna, tem-se um universo repleto de articulações políticas imbricadas num campo de relações de poder e discursos altamente dinâmicos e mutáveis.

A OGPTB, assim como o CGTT, ainda não possuía um prédio fixo, mais uma vez o prédio do Centro de Documentação do Alto Solimões- Centro Magüta, localizado na Avenida Castelo Branco, no município de Benjamin Constant irá ser a sua sede. Só a partir de 11 de janeiro de 1988 que os membros da OGPTB irão elaborar um Regimento Interno, relativos às questões que tinham como princípio dar apoio e sustentação à organização, às escolas e aos professores das comunidades Ticuna. No ano seguinte, em 1989 e 1991, o professor Alírio Mendes assume a organização, sendo que em setembro deste último ano o professor Nino Fernandes reassume a presidência a partir de uma reunião realizada na comunidade de Feijoal. Mas desta vez o professor Carlindo Macário Manduca é o novo vice-presidente.

Com o reconhecimento oficial do monitor bilíngüe como um sujeito capaz de conduzir o ensino em suas comunidades a partir da Constituição Federal de 1988, a OGPTB passa a incluir em sua agenda discussões e reivindicações acerca de currículos escolares diferenciados que atendessem a realidade do povo Ticuna.

Apesar dos professores Ticuna já contarem com um dispositivo de diálogo com o Estado já estabelecido, havia contudo a necessidade de dirigir os rumos do campo da educação escolar de maneira um tanto descolada do CGTT e Centro Magüta. Para tanto, os professores Ticuna em parceria com Jussara Gruber criam o Centro de Formação de Professores Ticuna-Torü Nguépataü (que traduzido ao português significa “Nossa Casa de Estudos”), construído no ano de 1993 na aldeia de Filadélfia na terra indígena Santo Antônio.

A construção desse Centro se deu graças aos recursos doados pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola-FIDA. Como na ocasião o Centro e a OGPTB não possuíam personalidade jurídica, o recurso acima citado foi repassado à conta do Centro Magüta, mas sendo administrado pela OGPTB. Para os professores Ticuna, a simples criação do Centro de Formação não era o suficiente, era preciso, além disso, formular um Estatuto que lhes garantisse a condução dos rumos da educação escolar levada ao povo Ticuna, sendo ela mesma responsável por firmar os convênios com instituições de fomento. Essa proposta se viabilizou, portanto, em maio de 1994, sendo o Estatuto registrado no Cartório do 1º Ofício da Comarca de Benjamin Constant/AM.

Com a criação de uma nova forma de mobilização política e social, instaura-se um universo de relações internas que em uma de suas expressões produziu conflitos geracionais, sobretudo quando se trata de poder e prestígio impregnado na figura das novas e antigas lideranças. Seguindo as formulações de Nobert Elias sobre poder e prestígio atentamos para o caráter duplo da utilização e legitimação do prestígio na sociedade.

Na verdade, o maior ou menor prestígio de que uma pessoa dispõe numa formação social é a expressão do seu peso no equilíbrio multipolar das tensões que percorrem o seu grupo, da sua possibilidade de exercer influência sobre outros ou de ser obrigado a vergar-se à influência dos outros. (ELIAS, 1995, p.75)

Assim como ocorreu no caso dos capitães ligados ao CGTT, no início do movimento, que tinham poder e legitimidade para falar em nome de seu povo muito restrito as suas comunidades de origem e alianças, no caso dos professores Ticuna ligados à OGPTB os conflitos giravam em torno de acusações de que o acesso aos projetos e os cursos de formação dependiam da indicação dos dirigentes da organização, alegando os primeiros de que o poder de decisão dos dirigentes se restringe as suas comunidades, na medida em que se trava uma disputa pela apropriação de um poder político impresso na organização.

No mesmo ano em que a OGPTB foi criada, a FUNAI no município de Tabatinga por meio de uma “política de proteção da fronteira” implementada pelo Projeto Calha Norte, “recebeu 80 vagas de professores para as escolas indígenas” (OLIVEIRA FILHO, 2012, p.208). Nesse momento os professores Ticuna que estavam organizados através da OGPTB realizaram uma reunião na comunidade Paraná do Ribeiro para decidir quais seriam os professores que iriam ocupar as vagas oferecidas pela FUNAI.

Mesmo que a oferta das 80 vagas de professores realizada pela FUNAI fosse encarada como conseqüência da pressão das lideranças ligadas ao CGTT e a recente OGPTB, uma atenuante, ainda que silenciosa, estava como pano de fundo dessa ação política da FUNAI, tratava-se de uma estratégia que propunha um engessamento da atuação política das lideranças ligadas no campo da educação, já que as principais lideranças do movimento passaram a estar de maneira direta atreladas às decisões emanadas do órgão indigenista oficial, mantidas dentro de um circuito de relações políticas que procurava lançar as lideranças num universo de dependências muito característico do órgão indigenista como forma de manobrar os sujeitos alvos de suas políticas. No entanto, o órgão indigenista não contava que essa iniciativa viria a consolidar um movimento indígena Ticuna no campo da educação escolar. Como afirma João Pacheco de Oliveira (2012, p.208), “ao invés de fragmentar a unidade dos indígenas e criar interesses e vozes dissidentes, a contratação ampla de monitores bilíngues contribuiu para uma rápida consolidação da OGPTB, que estabeleceu uma agenda propositiva e deu sentido positivo à atuação dos novos servidores”.

Dois anos após a criação da OGPTB, mais precisamente no dia 28 de março de 1988, o povo Ticuna juntamente com as lideranças do movimento receberam notícias de um Massacre que havia vitimado um número de 14 índios Ticuna na área de São Leopoldo no igarapé do Capacete. Com a constatação da veracidade das notícias que haviam chegado às demais comunidades Ticuna e no prédio do Centro Magüta na cidade de Benjamin Constant, as lideranças ligadas ao CGTT foram até a comunidade de São Leopoldo para conversar com os sobreviventes sobre as causas que levaram o madeireiro e “fazendeiro” Oscar Castelo Branco a tramar uma emboscada juntamente com um número de 11 a 20 homens nas margens do Solimões.

Mesmo que os líderes do CGTT soubessem dos problemas enfrentados pelos moradores das comunidades próximas ao igarapé capacete em relação ao madeireiro, a não aceitação do fato como verdade estava ligada ao fato de que a FUNAI-Tabatinga já havia convocado todos os não-índios que viviam nas cercanias da área de São Leopoldo para serem notificados da

demarcação daquela área, bem como do cálculo que seria realizado quanto às benfeitorias realizadas no local para fins de indenizações.

Ao confirmar os fatos, as lideranças ligadas ao CGTT montaram uma comitiva que tinha a princípio o papel de divulgar o genocídio que havia ocorrido com uma parcela do povo Ticuna na área São Leopoldo. Na ida a Brasília<sup>35</sup> para cobrar atitude da FUNAI quanto ao Massacre do Capacete, a comitiva de lideranças Ticuna foi até Brasília pressionar o presidente do órgão indigenista, Romero Jucá, para que ele acionasse outros aparelhos de poder de Estado como a Polícia Federal na pessoa de seu coordenador Romeu Tuma para investigar o Massacre do Capacete como ficou conhecido na mídia, a fim de punir todos os capangas de Oscar Castelo Branco, e o próprio.

Embora as lideranças do movimento indígena Ticuna já estivessem montado uma articulação política bastante consistente no campo político do movimento indígena no Brasil, foi de suma importância o apoio dado pela União das Nações Indígenas por intermédio do seu presidente na época, Ailton Krenak, quem acompanhou a comitiva de lideranças Ticuna que se deslocaram até Brasília para pressionar a FUNAI e mobilizar os veículos de imprensa televisiva e impressa nacional e internacional para que os acusados fossem punidos. O apoio dado pela UNI ao conjunto de lideranças Ticuna desde o Massacre do Capacete teve outro capítulo de aproximação quando da proposta do convênio entre a OGPTB e o MINC (que tinha como Ministro Celso Furtado), que contou com a participação de Ailton Krenak.

Como uma espécie de retaliação a ida de três professores Ticuna contratados pela FUNAI no ano de 1986 à presidência da FUNAI em Brasília e, é claro, por terem tornado público na mídia nacional e principalmente internacional a conduta e atuação do órgão indigenista oficial em relação às áreas reivindicadas, que por motivos políticos existentes entre os poderes políticos e econômicos locais e o Estado inviabilizavam a demarcação física e jurídica das terras Ticuna acirrando assim os conflitos entre índios e não-índios na região do

---

<sup>35</sup> Cronologia do inquérito policial ao processo judicial: 28-03-88- dia do massacre; 29-03-88 tem início o inquérito policial; 05-04-88 uma comissão de 6 Ticuna viaja a Brasília para buscar providências; 06 a 07-04-88 tomados os depoimentos dos agressores; 19-04-88 decreto de prisão preventiva de Oscar Castelo Branco e os 10 outros envolvidos no conflito; 21-04-88 PF prende apenas 7 agressores: Castelo Branco e outros 3 estão desaparecidos; 17-05-88 advogado de defesa impetra habeas-corpus em favor dos acusados; 17-06-88 é concluído o Inquérito Policial e remetido para a Justiça Federal no Amazonas; 23- 06-88 a Justiça Federal se declara incompetente e remete os autos do Inquérito Policial para a Justiça do Estado do Amazonas. O advogado de defesa reconduz o pedido de habeas-corpus à Justiça do Estado do Amazonas; 12-08-88 o Ministério Público do Estado do Amazonas formaliza denúncia contra os acusados e arrola testemunhas de acusação (fase instrutória do Processo).

Em junho de 1989, o Processo saiu de sua fase instrutória, onde foram ouvidas as testemunhas de defesa e as de acusação. Em meados de 1990, já tendo ouvido as vítimas, os acusados foram pronunciados mas não recorreram. O promotor já ofereceu o libelo, isto é, o resumo da acusação que vai ser feita no Tribunal do júri que, até agora, ainda está sendo intimado (**dez/90**). (OLIVEIRA FILHO & LIMA In. POVOS INDÍGENAS NO BRASIL 1987/88/89/90 – CEDI)

Alto Solimões, foram demitidos as principais lideranças ligadas a OGPTB, tratava-se do professor Nino Fernandes (presidente da OGPTB na época), Alírio Mendes (vice-presidente) e José Tenasor (supervisor).

Mesmo que o massacre do capacete (como ficou conhecido) se apresentasse para os índios Ticuna como um episódio que trazia à tona a imagem dos patrões da época dos seringais, o mesmo pôde ser utilizado como um meio de pôr em cheque os muitos problemas que os povos indígenas enfrentavam em relação à intrusão de invasores não indígenas em suas terras, influenciando diretamente na redação da nova Constituição Federal de 1988, explicitando a necessidade de um redimensionamento das políticas indigenistas vigentes levada a cabo pela FUNAI.

Esse mesmo acontecimento tão negativo aos Ticuna e que eles procuravam apagar de suas memórias evidenciou o poder de organização política das lideranças do movimento Ticuna, pois os dirigentes do Conselho Geral da Tribo Ticuna (CGTT) firmaram um convênio com a Faculdade de Medicina da UFRJ, e desse convênio ficou estabelecido pela Universidade que no princípio do ano de 1989 um grupo de médicos e pesquisadores realizariam um “diagnóstico de saúde do povo Ticuna”.

Aí fizeram convênio com Universidade e o Conselho Geral da Tribo Tikuna na época, 88 a 89. Então nesse pedido o convenio que foi feito no mesmo ano(...) de Rio de Janeiro vieram uma equipe de médicos e profissionais pra fazer uma pesquisa de todo Alto Solimões para verificar qual era as doenças que atingiam o povo Ticuna. Aí quando eles estavam nas aldeia eles falaram que poderia ter um ou dois já pra participar de um curso, na época eles chamavam Monitor de Saúde. (José Araújo Mendes- Agente Indígena de Saúde da comunidade Umariçu II)

Ainda no ano de 1989, mais precisamente no mês de setembro, essa mesma equipe da UFRJ, após ter constatado quais eram as doenças que afetavam os Ticuna, iniciam um Curso de Capacitação para Monitores de Saúde no mês de outubro. A partir dessa iniciativa da faculdade de medicina da UFRJ, as “comunidades escolheram” os monitores que iriam participar do curso. Nesse instante as comunidades deram preferência aquelas pessoas que tinham uma “*educação escolar mais avançada*”, como afirma o AIS José Araújo Mendes, “*aqueles que eram mais avançados*”. No entanto, como afirma Abreu Bruno (2006, p.43), “neste caso, a expressão “comunidade Ticuna” não permite identificar as relações de poder que envolveram a indicação dos candidatos à formação”, já que as escolhas dependiam da posição que determinada pessoa ocupava no conjunto de relações políticas internas às comunidades e também em relação as suas principais lideranças local, sejam elas ligadas direta ou indiretamente às organizações existentes, principalmente o CGTT. Vale ressaltar que

a indicação para participar dos cursos de capacitação estava permeada de negociações, de poder, legitimidade e prestígio intra-étnico.

A indicação de um número considerável de agentes de saúde das comunidades pertencentes ao município de São Paulo de Olivença demonstra muito bem, ainda que de maneira não muito explícita aos olhos do estudioso, o poder político das lideranças do movimento que em sua grande maioria provinham desse município.

O curso de capacitação para Agentes de Saúde Indígena Ticuna ministrado pela equipe de médicos da UFRJ “por meio de convênios que envolveram as lideranças indígenas do CGTT, a Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro e o Núcleo de Estudos em Saúde dos Povos Indígenas (NESPI) da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)” (ERTHAL, 2005, p.201), foi basicamente dividido em duas etapas, sendo que a primeira compreendeu um período de 90 dias de aulas teóricas no município de Benjamin Constant/AM. E num segundo momento as aulas práticas foram realizadas na comunidade de Vendaval durante 15 dias. Após receberem as orientações para diagnóstico e procedimentos para o tratamento de algumas epidemias, os Agentes foram orientados pela então equipe e por dirigentes da OGPTB e CGTT (estes últimos já engajados em outros modelos de organização) “*para que nós pudesse formar uma organização própria já para cuidar só da saúde indígena do povo Ticuna*” (José Araújo Mendes- AIS da comunidade Umariçu II).

Aí naquela data mesmo nós marcamos e aconteceu um curso pra formação de agente de saúde. Curso aqui em Benjamin. Naquele ano nós movimentamos no mês de agosto e setembro trinta dias de curso pra agentes de saúde. Aí nós viajamos pro Rio de Janeiro né. Nós entramos em contato com o pessoal da universidade da UFRJ. Aí nós fizemos um tipo de convênio né. Aí eles responderam a gente, aí no mês de setembro já teve resposta pra mês de outubro. Aí nós já temos uma sala aí no Museu Magüta. Nós convidamos trinta pessoas pra treinar como (fazer o curso) de agente de saúde. Trinta dias e aí mais quinze dias na área. Aí fez dois ou três anos aí nós tava bem preparado. (Informação Verbal, João Vásquez, ex-presidente da Organização dos Monitores de Saúde do Povo Ticuna- OMSPT)

Tendo como pano de fundo todo esse itinerário vivenciado pelo povo Ticuna, repleto de alianças, negociações, divisões, conflitos gerados a partir de interesses e/ou projetos políticos diversos, é que um conjunto de lideranças ligadas ao CGTT, OGPTB e através de seus recém formados Agentes Indígenas de Saúde (AIS) realizam uma Assembleia Geral no dia 11 de fevereiro de 1990, no Bairro Independente pertencente a comunidade de Campo Alegre no município de São Paulo de Olivença. Nessa reunião, evidencia-se as articulações e mobilizações políticas do povo Ticuna, sendo que a partir dessa Assembléia fica estabelecida a criação da Organização dos Monitores de Saúde do Povo Ticuna (OMSPT), elegendo João Vasquez como presidente, Tertulino Mendes como vice-presidente e Wildo Moçambite como secretário.

Segundo a liderança João Vásquez, sobre a criação da OMSPT ele afirma que *“primeiro nós fizemos reunião em Vendaval em 1989 aí daquele ano mermo nós levamo pra no outro ano pra Campo Alegre no Bairro Independente, lá que nós criamo mermo assim com sigla, com ata e estatuto. Tudo nós fizemos lá já saiu pronto, aí nós corrigimos aqui em Benjamin”*. Juntamente com João Vásquez estiveram desde o início Tertulino Mendes da comunidade de Umariçu, Hildo Moçambite que mora atualmente em São Paulo de Olivença e Otásio Araújo da comunidade Porto Espiritual.

Esse segmento que funda a OMSPT, ainda que vinculados a fortes lideranças do CGTT, não visava apenas a resolução de problemas recorrentes no campo da saúde, mas ideologicamente em termos reais utilizaria a organização como um instrumento capaz de lhes proporcionar a ocupação de cargos diferenciados e um status também diferenciado.

Apesar de todos os impasses que giravam em torno das organizações Ticuna, a OMSPT a partir do ano de 1990, data de sua criação, vai atuar especialmente no mapeamento das doenças e das condições em que se encontravam o seu povo. Dessa forma, os Agentes Indígenas de Saúde (AIS) constituíam-se como excelentes mediadores entre o povo Ticuna e o órgão responsável pela condução das políticas de atenção à saúde indígena, na época a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), já que suas atividades proporcionavam uma visibilidade maior sobre os problemas vivenciados pelos Ticuna.

Quando o Estado se fazia omissos as reivindicações dos AIS (mobilizados através da OMSPT), ocorriam atitudes mais contundentes por parte destes, utilizando os mais variados meios que pudessem pressionar o Estado a fim de que este viesse atender as suas demandas. Em muitos casos houve a ocupação de prédios da FUNAI, FUNASA, com acusações e ameaças diretas aos seus dirigentes. Ficando evidente que quando a via formal, institucionalizada de uma Organização não surte efeito, eles recorrem ao embate direto para verem atendidos seus objetivos.

Ainda que os Agentes Indígenas de Saúde Ticuna fossem encarados pelo Estado como simples “meios de assegurar uma presença constante dos recursos que poderiam ser oferecidos pela medicina ocidental, por meio de uma mediação indígena” (ERTHAL, 2005, p.199) a sociedade Ticuna passou a entender que os serviços prestados e desempenhados pelos AIS eram indispensáveis tendo em vista a inconsistência e inoperância da atuação do órgão responsável pela atenção a saúde indígena, na época a FUNASA. Mas por conta dos conflitos entre os dois aparelhos de Estado que se digladiavam para ter o controle sobre a atenção à saúde indígena, no ano de 1994, como consequência de um decreto e da Resolução 2/1994 a atenção à saúde indígena volta a ser administrada e executada pela FUNAI.

Desde a criação da OMSPT os AIS vinculados a essa organização contaram com a assessoria de Paulo Roberto de Abreu Bruno, Jussara Gomes Gruber e com o apoio de instituições internacionais como a Manos Unidas da Espanha, ICCO da Holanda e Medecins Sans Frontières da Holanda, meios fundamentais na consolidação de um movimento voltado para o campo da saúde.

Mesmo com a formação de um quadro de AIS bastante significativo espalhado por diversas comunidades, a OMSPT foi confrontada no ano de 1991 com a epidemia de cólera que ameaçava atingir a região do Alto Solimões, onde os povos ribeirinhos sofreriam com maior intensidade os seus efeitos. Como o número de 32 Agentes Indígenas de Saúde Ticuna (AIS't) não daria conta de atuar na vastidão de comunidades indígenas Ticuna espalhadas ao longo das margens do alto rio Solimões e no interior dos igarapés, a OMSPT procurou expandir o número de AIS privilegiando aquelas comunidades que ainda não dispunham dessa categoria profissional.

Aí começou aquele surto da cólera em 91. Quando em 91 aconteceu isso, aí nós já multipliquemos a quantidade de agente de saúde como 111 pessoas, já abrange até Jutai. Aí incluímos já tudo, pessoal ribeirinho, não-indígena, por causa da epidemia do cólera. Aí trabalhei corri pra ali aí fui pra Brasília e aí encontrei o pessoal do “Médicos sem Fronteiras”, aí ele me perguntou ‘como é que ta, vocês estão pronto pra combater a epidemia da cólera’, aí eu respondi que sim, estou pronto, estou preparado... aí quando vieram ‘aí um borá’ aí eu fui. Eles me deram aula, fumo trabalhar né, nessa epidemia da cólera. Eu consegui. Eu comecei viajar, aí quando veio a epidemia da cólera nós já tava preparado. (Informação Verbal, João Vásquez, ex-presidente da OMSPT)

O início da década de 1990 é tido como o período em que as lideranças do movimento indígena Ticuna, agora articulados política e juridicamente através do CGTT, OGPTB e OMSPT (encarados agora pelo Estado como sujeitos políticos de direito), intensificaram as assembleias gerais, as reuniões locais a fim de não deixar que a sensação de que a garantia da terra já era algo evidente culminar num processo de acomodação das lideranças. Um fato que ilustra bem essa preocupação pode ser visualizado na Assembleia Geral organizada pelo CGTT que durou cerca de três dias no ano de 1991 (5, 6 e 7 de agosto de 1991) onde as lideranças ali reunidas “solicitaram ao então presidente da FUNAI, Sidney Possuelo<sup>36</sup> o envio do processo de demarcação de suas áreas ao Ministro da Justiça, para que fosse implementada de acordo com os estudos já realizados” (ERTHAL & ALMEIDA, 2004, p.152).

---

<sup>36</sup> Paralelamente, mudanças importantes ocorreram na política indigenista brasileira. Na expectativa de hospedar a Conferência Mundial sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, a ocorrer no Rio de Janeiro, em 1992, o governo colocou na presidência da FUNAI um sertanista bastante conhecido (Sidney Possuelo), que promoveu a retirada de garimpeiros da área Yanomami e assinou a criação de dezenas de terras indígenas cujos processos estavam paralisados há muitos anos. Entre estas últimas estavam as terras Ticuna. (OLIVEIRA FILHO, 2012, p.210)

Ainda que o órgão indigenista afirmasse a todo instante que não dispunha da verba necessária para a demarcação das terras reivindicadas pelos Ticuna, as lideranças do movimento juntamente com os assessores indigenistas do Centro Magüta entendiam que a via mais segura e complicada (por conta de uma possível pressão do Estado) para a consolidação da demarcação das seis áreas reivindicadas (Evare I e II, Lago Beruri, Porto Espiritual, Betânia e Vui-Uata-In (Nova Itália) era operar a conjunção de um convênio com um organismo internacional que pudesse financiar a demarcação dessas áreas.

Como no ano de 1992 havia um campo político muito favorável à demarcação de terras indígenas no Brasil, por conta de uma mudança de posicionamento quanto a essas demandas, que se refletiram em parte na indicação de um sertanista à presidência da FUNAI, as lideranças do movimento Ticuna com a assessoria de pesquisadores vinculados ao Centro Magüta viajaram até a cidade do Rio de Janeiro para participarem da Conferência do Rio, conhecida internacionalmente como Eco/92, por saberem que haveriam alguns países, participantes, dispostos a financiar a demarcação de terras indígenas no Brasil. Com isso, em março de 1992, o Centro Magüta firmou um convênio com a FUNAI para que a mesma o autorizasse a buscar recursos no exterior que viabilizasse todo o processo de demarcação das terras Ticuna. Com a autorização concedida, Pedro Inácio Pinheiro, então presidente do CGTT, firmou um convênio com o governo da Áustria por intermédio do seu Primeiro-Ministro ali presente, que de pronto se dispôs a financiar a demarcação das terras reivindicadas que chegaram a ele por meio do relatório de estudo já elaborado que Pedro Inácio havia levado consigo.

Com a garantia de que o governo da Áustria financiaria a autodemarcação das terras Ticuna, o Centro Magüta por ter personalidade jurídica assumiu a condição de administrador e executor de parte significativa das atividades de demarcação. A doação dos U\$ 500.000.000.00 foi repassada ao Centro Magüta por meio do Vienna Institute for Development and Cooperation (VIDC). Todo esse processo que segundo João Pacheco de Oliveira Filho (2012, p.212) se deu através de “uma complicada engenharia institucional, com um convênio trilateral”, contou com a supervisão técnica da FUNAI assim como o andamento nos procedimentos jurídicos necessários à configuração jurídico-legal das terras a serem demarcadas.

Todo o processo de demarcação foi acompanhado pelas lideranças de cada área a ser demarcada, sob a coordenação do CGTT<sup>37</sup>, um processo que pode ser encarado como pioneiro na categorização de autodemarcação. Segundo Regina Erthal e Fábio Vaz Ribeiro de Almeida (2004, p.245), “essa foi a primeira demarcação realizada com a conjugação de recursos da cooperação internacional e a participação intensa da população indígena interessada”. O que viabilizou o acompanhamento das lideranças do CGTT e das comunidades nos lugares onde foram fincados os pontos geodésio, foi que parte do dinheiro arrecado junto ao governo da Áustria havia sido disponibilizado pelo Centro Magüta para a compra de gasolina, mantimentos e pagamentos de diárias para os indígenas que estivessem acompanhando de perto os trabalhos da empresa ASSERPLAN Engenharia e Consultoria Ltda e dos técnicos da FUNAI.

A escolha da empresa ASSERPLAN indicava a preocupação que o Estado e o Centro Magüta tinham quanto à demarcação de terras indígenas ao longo de fronteiras geopolíticas no Alto Rio Solimões. Como essa empresa já havia realizado a complexa demarcação da maior terra indígena do país, a dos Yanomami no Estado de Roraima, era arriscado contratar uma empresa com pouca experiência e quadro profissional pouco habilitado para realizar uma demarcação do porte dos principais territórios Ticuna, ainda mais pelo fato de abrigar uma multiplicidade de interesses quanto a efetivação jurídica da demarcação.

Diante de todo esse universo político, composto por negociações as mais variadas, as lideranças ligadas ao CGTT se recusavam a receber qualquer tipo de pagamento quanto a aplicação da verba para a demarcação, entendendo como afirma Paulo Mendes que “*na época nós não queria ser pago porque a gente não queria receber nada pra gente ter força de falar*”.

E esquivar-se de qualquer relação assistencialista do ponto de vista econômico junto ao órgão protecionista, tratava-se de uma estratégia política que as lideranças do movimento adotaram tendo em vista outros episódios nos quais eles foram confrontados, como no caso das contratações de 80 professores junto a FUNAI em 1986 que acabaram parte deles sendo despedidos por se envolverem com as denúncias levadas a público após o Massacre do Capacete. Ter voz e a possibilidade de falar sem sofrer retaliações por conta de algum vínculo

---

<sup>37</sup> Uma comissão de 30 capitães Ticuna foi formada, visitando sistematicamente as picadas e derrubadas, fiscalizando os rumos dos trabalhos de demarcação. Duas reuniões de capitães foram realizadas, com a presença da empresa contratada e de técnicos da diretoria fundiária da FUNAI-Brasília, para esclarecimentos de todas as questões relacionadas à demarcação. Extensa documentação em fotos e vídeos foi feita sobre a demarcação Ticuna. Em novembro de 1993, toda a área afinal demarcada foi percorrida pelos dirigentes do CGTT e do CDPAS, sendo celebrada festivamente nas aldeias esta importante vitória dos indígenas. (OLIVEIRA FILHO, 2012, p.212)

com o órgão indigenista, tornava-se uma constante entre as lideranças do movimento até uma incorporação em massa, por parte do Estado, de um número considerável de lideranças no interior da estrutura administrativa de alguns aparelhos de Estado como a FUNAI, a FUNASA e o Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI-AS), como uma forma de silenciar a voz dos líderes do movimento indígena Ticuna.

Com a parceria fundamental entre CGTT e Centro Magüta, durante os quatro meses que durou a demarcação, várias lideranças que estavam com dúvidas quanto aos limites de suas áreas, contavam com o apoio das duas organizações, sendo que qualquer erro detectado logo era corrigido em conjunto com os técnicos da FUNAI envolvidos no processo.

Para que a demarcação ocorresse no prazo desejado foi necessário a construção e/ou improvisação de um espaço que pudesse abrigar os técnicos da FUNAI, da empresa contratada, bem como dos equipamentos necessários para a demarcação física das áreas. Portanto, o Colégio Nossa Senhora da Assunção no município de São Paulo de Olivença constituiu-se como a base onde ficava o responsável pelos trabalhadores braçais responsáveis pela picada e o técnico que tinha como tarefa básica verificar os dados do GPS relativo aos lugares onde deveriam ser colocados os marcos geodésicos.

Cabe recordar que a consolidação da demarcação das seis principais áreas indígenas Ticuna, foi possível graças ao empenho incansável das lideranças que se articularam em torno do Conselho Geral da Tribo Ticuna (CGTT). E sem dúvida nenhuma, o protagonismo político das lideranças Ticuna diante de todo esse processo que se encerra em termos em 1993, é fruto de uma complexa relação política entre lideranças indígenas e assessores indigenistas.

## **CAP. 2 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO MOVIMENTO INDÍGENA TICUNA E O REDIMENSIONAMENTO DAS ARTICULAÇÕES POLÍTICAS**

O balcão de ofertas de financiamentos/apoios voltados para os povos indígenas presentes em território nacional se amplia e diversifica a partir da realização da ECO/92 na cidade do Rio de Janeiro. Momento em que as diretrizes estabelecidas desde a Constituição Federal de 1988 nos artigos 231 e 232, que passou a reconhecer os povos indígenas como agentes políticos e “capazes de se representarem juridicamente por meio de suas organizações, e tiveram seu estatuto de povos reconhecidos por força da ratificação pelo governo brasileiro da Convenção 169 da (OIT)” (LIMA, 2010, p.15), ganham um caráter mais real e aplicável a partir da criação de programas como o Programa Piloto de Proteção as Florestas Tropicais do Brasil (PPG7) que por sua vez estimulou a criação de programas como o PDA- PPTAL- PDPI (contando em parte com grande monta de recursos de países como a Alemanha e Inglaterra) pressupondo o exercício de ações políticas em espaços definidos como fundamentais diante de uma agenda global que propunha ações de cooperação internacional onde os projetos de determinadas organizações e associações políticas indígenas se encaixariam dentro da órbita de atuação dos mesmos.

Como até então as poucas organizações e associações existentes no Brasil ainda não dispunham de personalidades jurídicas próprias, foi fundamental nesse momento a intervenção de assessorias técnicas (desenvolvidas quase que exclusivamente por antropólogos) na formulação de projetos que se definiam a partir de um conjunto de demandas/interesses acordado em assembleias gerais ou em reuniões setoriais, que foram levadas até às organizações, como no caso dos Ticuna- o Centro Magüta.

Desde o desenvolvimento de suas primeiras atividades no ano de 1986, data de sua criação, o Centro Magüta implementava ações num diálogo constante com os capitães das comunidades congregados no CGTT. No entanto, é a partir da década de 1990 que os pesquisadores do Centro Magüta iniciam um processo de habilitação/formação técnica de

várias lideranças e dirigentes do movimento indígena Ticuna para o exercício de atividades que em pouco tempo estaria fazendo parte da rotina desses agentes.

Ainda que a Constituição Federal não possa ser caracterizada como o ponto de partida para um processo organizativo num modelo associativo seguido por muitos povos indígenas desde a década de 1970 no Brasil, é inquestionável o incentivo político-jurídico que os textos dos artigos 231 e 232 atribuíram a tais formatos organizativos, como meios legais de representação política diante do Estado brasileiro.

Os muitos outros mecanismos (PPG7, PDA, PPTAL, PDPI, FUNASA etc.) que surgem no horizonte da atuação política das organizações e associações políticas indígenas e, aqui me refiro mais especificamente ao caso das modalidades associativas Ticuna, têm como pano de fundo a Constituição de 1988, pois é ela que garante que os povos indígenas assumam determinados convênios e/ou sejam financiados por instituições de financiamento nacional e internacional por conta de um status jurídico encarado pelo Estado como legítimo para o exercício de atividades dessa dimensão.

Não devemos perder de vista a singularidade de cada um desses mecanismos (programas), já que os mesmos são operados por legislações distintas e estão envolvidos em um campo de forças também distintos. Contudo, o que se tem, são multiplicidades de arranjos políticos, gerados em contextos bastante distintos, que acabam por ser conduzidos pelas organizações e associações indígenas segundo os interesses de cada um desses arranjos.

No caso dos índios Ticuna aqui analisados, esses processos de barganha de corrida por projetos e convênios nunca estiveram dissociados de conflitos por recursos e controle de representação (algo que gera uma superposição de poder). O estabelecimento de “regimes de verdade” era e ainda é em certa medida uma das muitas estratégias adotadas para se exercer um domínio político no campo dos projetos e convênios. Todavia, a condução dessas negociações foram encabeçadas durante muito tempo pelo CGTT e a Federação dos Caciques e Comunidades Indígenas da Tribo Ticuna (FOCCITT), pelo menos desde o ano de 1997 até aproximadamente o ano de 2004, que é o início de um período de criação de organizações e associações de caráter localizado e um tanto que desvinculadas da polarização política existente entre CGTT e FOCCITT.

## **2.1 A multiplicação de organizações/associações políticas Ticuna no pós demarcação de 1993.**

Após o processo demarcatório das 6 principais áreas Ticuna no ano de 1993, sendo o mesmo operado dentro de uma “relação tripartite”<sup>38</sup> que incluía o governo da Áustria (como financiador) através do Vienna Institute for Development and Cooperation (VIDC), Centro Magüta/CGTT e FUNAI, toda a década de 1990 foi seguida da criação de um conjunto de organizações e associações políticas Ticuna orientadas para os mais variados campos políticos, bem como da aquisição de uma personalidade jurídica por parte da OGPTB, OMSPT e CGTT.

Todavia, alguns acontecimentos, em particular, desencadearam ações políticas que acabaram por fortalecer as atividades de uma determinada organização no seu campo focal. Um exemplo desse tipo foi a chegada da epidemia da cólera no alto Solimões através da fronteira com o Peru, onde os Agentes Indígenas de Saúde Ticuna foram exigidos a se posicionarem profissionalmente e politicamente diante desse acontecimento. Nesse instante a parceria que já havia sido feita, há dois anos, com pesquisadores do NESPI/FIOCRUZ por meio da pesquisadora Maria Regina de Carvalho Erthal resultou no primeiro projeto junto a uma organização Ticuna (no caso a OMSPT) que contou com a participação decisiva do CDPAS, Médicos sem Fronteiras, SUCAM/SESP/NESPI/FIOCRUZ/UFRJ, sendo tal projeto financiado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 1991. Esse acontecimento acabou por fortalecer as atividades dos AIS no interior da OMSPT, elevando o prestígio da organização e o status dos AIS nas comunidades Ticuna.

A partir do instante em que a demarcação das seis principais áreas Ticuna se apresentava como algo quase consolidado no final do ano de 1992, o conjunto de lideranças ligadas ao Centro Magüta via CGTT já expressavam a necessidade de elaboração de “projetos econômicos” junto a FUNAI para a montagem de um efetivo exercício de autonomia dentro de seus territórios. Atendendo ao pedido das lideranças, a Diretoria do Centro Magüta juntamente com o Conselho Indígena Fiscal resolve criar dentro da estrutura administrativa do CDPAS a Assessoria de Desenvolvimento e Meio Ambiente, conduzida a partir de então pelos pesquisadores Fabio Vaz Ribeiro de Almeida (PETI/Museu Nacional/UFRJ) e Deusimar Brasil (Universidade do Amazonas Zootecnista). Uma das atividades desenvolvidas por esses dois pesquisadores foi a formação de Monitores de Desenvolvimento, que viessem a curto prazo assumir a condução de atividades de desenvolvimento nas comunidades Ticuna.

---

<sup>38</sup> A demarcação das áreas Evare I e II, Lago Beruri, Porto Espiritual, Betânia e Vui-Uata-In (Nova Itália) é considerada a pioneira na perspectiva das autodemarcações, já que se deu nesse formato anteriormente a institucionalização do PPTAL.

Dentro dessa proposta inicial de coordenação de uma política voltada para a consolidação de uma modalidade associativa que viesse a se apresentar como indispensável na condução de um projeto de autonomia política Ticuna, trazia à luz projetos exaustivamente produzidos a partir de um íntimo diálogo entre os pesquisadores do CDPAS e os capitães ligados ao CGTT. Um exemplo dos projetos que iniciaram toda uma agenda política do movimento indígena Ticuna (que até então era regido pelo CGTT e OGPTB) relativo a interesses que resultavam fundamentalmente da posse jurídica da terra, foi o “Projeto de etnodesenvolvimento: projeto fauna e flora Ticuna” que contou com o financiamento da WWF/USA e sendo administrado pelo CDPAS-CGTT entre os anos de 1993 e 1994. Ainda no ano de 1994 houve o Primeiro Curso de Construção de Açudes, contando este último com a parceria entre CGTT, CDPAS, UFRJ e UA.

O processo de demarcação desencadeou, paralelamente, uma discussão crítica sobre as propostas de “projetos econômicos” e/ou “comunitários” implementados até então pela FUNAI, frutificando na parceria com o Fundo Mundial para Natureza/WWF-USA para a realização do “Projeto de Etnodesenvolvimento: fauna e flora Ticuna” (1993/94) que propunha um aprofundado levantamento dos diferentes ecossistemas encontrados nas áreas Ticuna e suas potencialidades de desenvolvimento. Mesmo com poucos recursos, o Projeto desenvolveu ainda atividades de qualificação de quadros para a construção e manejo de açudes, através de aulas práticas e teóricas, com especial atenção para a discussão da necessidade de um viés participativo e de proteção ambiental. (ALMEIDA & ERTHAL, 2000, p.200)

Seguindo essa linha de atuação política o CDPAS e CGTT promovem a discussão de um projeto mais ambicioso, pelo fato de poder alcançar um número mais variado de campos de ação política que garantiam ao povo Ticuna a possibilidade de lançar seus interesses dentro de um universo político mais amplo, chamado “Projeto Universo Ticuna: território, saúde e meio ambiente”, dirigido ao Ministério de Ciência e Tecnologia- Projetos de Pesquisa Dirigida (PPD)-PPG7/FINEP. Esse projeto foi aprovado no ano de 1995, contando com um financiamento de R\$ 205.000,00, valor este que pôde ser aplicado desde o suporte às reuniões e assembleias gerais dos capitães Ticuna organizadas pelo CGTT, na realização de um seminário relativo às pesquisas mais atuais sobre os Ticuna até a criação da Associação de Mulheres Ticuna (AMIT). A seguir aponto as atividades desenvolvidas dentro desse grande projeto:

- Seminário: “Os Ticuna Hoje: direções e perspectivas da pesquisa etnológica”- Museu Nacional, 25 a 27 de Maio de 1998.

- Publicação: “Atlas das Terras Ticuna”. Projeto Museu Nacional/FINEP/PPG7- CGTT. Novembro de 1998.

- Catalogação Digital do Acervo de peças Ticuna alocadas no Museu Nacional. Coordenação Guilherme Martins Macedo, 1998.

- Publicação: “Os Ticuna Hoje”- Amazônia em Cadernos nº5. Manaus, Museu Nacional/UA. jan/dez., 1999.

- Lançamento do Vídeo: “Uma Assembleia Ticuna”. Bruno Pacheco de Oliveira. Seminário de Apresentação de Resultados/MCT. Manaus, dezembro de 1999.

A proposta de um projeto do CGTT, em parceria com os assessores Fabio Vaz Ribeiro de Almeida e Regina Erthal, para o campo do “Etnodesenvolvimento e Formação de Gestores Ticuna” no ano de 1999, tornava-se possível graças aos vieses de atuação do Subprograma Projetos Demonstrativo (PDA) que vinculado diretamente ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) “apóia financeiramente iniciativas ou experimentos (“projetos”) comunitários de proteção das áreas de floresta tropical na Amazônia e na Mata Atlântica e ecossistemas associados, e ações destinadas à recuperação e ao manejo de espécies da fauna e da flora dessas regiões”(VERDUM, 2002).

Dentro do projeto “Etnodesenvolvimento e Formação de Gestores Ticuna”<sup>39</sup>, que contou com o financiamento de U\$\$ 207.609,00 haviam quatro objetivos fundamentais que norteavam a execução e proposta política do mesmo, a saber:

- 1º Construção de viveiros e piscicultura;
- 2º O açaí e a vigilância das fronteiras;
- 3º Plantio de tucum e a exploração integrada da capoeira Ticuna e;
- 4º Formação de Gestores.

Esse projeto em especial, veio por em diálogo as muitas comunidades Ticuna que ainda não tinham consciência da dimensão do poder de atuação política do CGTT, vindo a saltar os olhos das lideranças de muitas comunidades tais formas organizativas como meios possíveis para a resolução de problemas internos das comunidades. Somado ao fortalecimento político do CGTT e AMIT, a implementação desse projeto veio a incentivar uma multiplicação de organizações e associações (em especial) que segundo seus idealizadores “projeto da dinheiro”, “projeto é bom”, fazendo surgir com mais força a ideia de que os projetos eram/são a grande saída para os muitos problemas que afetavam/afetam as comunidades assentadas ao longo da margem do Alto Solimões e daquelas situadas no interior dos igarapés. Em pouco

---

<sup>39</sup> O sub-projeto “Construção de Viveiros e Piscicultura” será desenvolvido nas comunidades de São Leopoldo, Nova Esperança e São Francisco do Canimari; o segundo sub-projeto “O Açaí e a Vigilância das Fronteiras” foi formulado pelas comunidades do Evare II; o terceiro sub-projeto “Plantio de Tucum e Exploração Integrada da Capoeira Ticuna” foi definido pelas lideranças femininas das comunidades de Filadélfia e Porto Cordeirinho e o quarto sub-projeto “ Formação de Gestores Ticuna” se propõe a capacitar Ticunas de ambos os sexos, participantes das atividades anteriormente definidas e/ou já integradas nas atividades de gerenciamento do CGTT, para a elaboração e gestão de técnica, financeira e contábil de projetos. (Projeto Etnodesenvolvimento e Formação de Gestores Ticuna, 1999, p.268-269)

tempo eles passariam a ter consciência das muitas implicações que estavam/estão atreladas à formulação, negociação e execução de projetos.

Cabe lembrar que no ano de 1996 a então diretoria do Centro Magüta resolve propor uma mudança significativa na estrutura administrativa da organização, inserindo de uma vez por todas as lideranças indígenas em todas as instâncias consultivas e deliberativas que compunham a instituição. Dentro desse processo de orientação política para que as próprias lideranças indígenas viessem a conduzir seus projetos políticos sem a necessidade de intervenção de espécies de “tutores” pró-índio, criou-se uma atmosfera política que dinamizou todo um processo político que já indicava a criação jurídica de organizações/associações políticas para atuar em campos bem determinados como a educação, saúde, desenvolvimento sustentável, econômico etc.

Alguns meses após o registro do CGTT, em 1997, a diretoria do Centro Magüta composta por pesquisadores e por lideranças indígenas no conselho fiscal, no dia 5 de novembro de 1997, resolve tomar as providências necessárias para a extinção do CDPAS, transferindo todo o seu patrimônio para o CGTT. Essa decisão foi discutida em uma reunião realizada no dia 4 de novembro de 1997 na comunidade de Vendaval.

Essa transferência de gerência e patrimônio do CDPAS para o CGTT veio a fortalecer a ideia de autonomia política do movimento indígena Ticuna. No entanto, criou e/ou reforçou as disputas políticas que giravam em torno do controle político de cargos, recursos e representação no interior do movimento.

Um fato bastante curioso e que nos fornece algumas pistas quanto a mobilização política de determinados grupos políticos Ticuna na condução do movimento indígena foi o período em que o CGTT e a Associação Conselho Geral da Tribo Ticuna (ACGTT) adquirem personalidades jurídicas, momento este que estava intimamente ligado ao episódio acima citado. O registro do CGTT no cartório da Comarca de Benjamin Constant é de 08 de maio de 1997 e da ACGTT é de 12 de maio do mesmo ano<sup>40</sup>.

Porém, o que estava posto em cheque nesse processo era que as lideranças ligadas a ACGTT procuravam promover uma modalidade associativa que tivesse um caráter mais inclusivo que o CGTT, incorporando assim este último baixo a sua coordenação política. Para que essa proposta viesse a se consolidar, o conjunto de lideranças que conduziam diretamente a ACGTT precisavam incluir dentro dessa ação política um grande nome do movimento

---

<sup>40</sup> No dia 12 de maio de 1997 Adércio Custódio Manoel comparece ao Cartório da Comarca de Benjamin Constant para assinar um termo de compromisso, no qual ele se compromete em assumir a Associação Conselho geral da Tribo Ticuna (ACGTT). Após uma reunião realizada na comunidade de Campo Alegre.

indígena Ticuna. Foi quando Adércio Custódio Manoel<sup>41</sup> da comunidade de Campo Alegre foi indicado como presidente da ACGTT.

O que de fato reforçava a proposta política da ACGTT era o trabalho desenvolvido desde o ano de 1992 pela Organização da Missão Indígena da Tribo Ticuna no Alto Solimões (OMITTAS). Uma organização que agregava um setor político muito forte na sociedade Ticuna, que eram os movimentos protestantes, mais especificamente o Batista, articulado por meio de um conjunto de pastores evangélicos de diferentes comunidades, em que cada um deles exerciam em parceria com outros líderes de suas respectivas comunidades um expressivo poder político. Em muitos casos os pastores evangélicos acumulavam posições de liderança que vinha a somar forças com a condição de pastor, como era o caso de muitos destes que exerciam o papel de capitão/cacique em suas comunidades.

Apesar de o fato da transferência do patrimônio do CDPAS para o CGTT fosse pensado pelos pesquisadores como uma forma de atribuir de uma vez por todas a gerência dos projetos aos próprios índios via os dirigentes do CGTT. Além de reforçar o prestígio e controle político exercido pelo mesmo, tal fato acabou fomentando a falsa idéia de que os pesquisadores eram “aliados” do CGTT. Esses discursos passavam a ser operados dentro de uma intencionalidade bastante dirigida e focalizada pelos dirigentes da ACGTT e posteriormente da FOCCITT, que procuravam instaurar uma nova atmosfera política favorável a eles num movimento de superposição de representatividade.

Tendo todos esses elementos como pano de fundo, na década de 1990 surge um conjunto de quatro organizações, sendo elas a Organização dos Monitores de Saúde do Povo Ticuna (OMSPT), Organização da Missão Indígena da Tribo Ticuna do Alto Solimões (OMITTAS), Organização de Saúde do Povo Ticuna do Alto Solimões (OSPTAS) e a Organização Geral das Mulheres Indígenas Ticuna do Alto Solimões (OGMITAS). Duas associações, respectivamente a Associação das Mulheres Indígenas Ticuna (AMIT), que em particular surge dentro de um projeto político do CGTT/CDPAS que planejava a coordenação política de uma multiplicidade de campos que envolviam temas como a educação (conduzida pela OGPTB), a saúde (operada pela OMSPT) e desenvolvimento sustentável e econômico (campo de atuação da AMIT), a Associação Conselho Geral da Tribo Ticuna (ACGTT) que passa a fazer frente aos projetos políticos do CGTT, introduzindo todo um novo “regime de

---

<sup>41</sup> A escolha de Adércio Custódio Manoel para o cargo de presidente da ACGTT estava intimamente ligada a figura de Pedro Inácio Pinheiro (uma liderança que esteve desde a metade do ano 1970 a frente do Movimento indígena Ticuna e, que ajudou a fundar o CGTT em 1982- sendo o seu primeiro coordenador geral). Adércio Custódio ao lado de Pedro Inácio eram as duas lideranças indígenas mais emblemáticas do movimento indígena Ticuna.

verdade” no interior do movimento indígena Ticuna. Além das 4 organizações, e das 2 associações acima citadas, surgem ainda nesse período o Grupo de Mulheres Ticuna da Comunidade Cidade Nova (GMTCCN) e a Federação dos Caciques e Comunidades Indígenas da Tribo Ticuna (FOCCITT).

**Tabela 1**

| <b>Organizações e Associações Ticuna criadas entre as décadas de 1980 a 1990</b> |              |                       |                        |
|--|--------------|-----------------------|------------------------|
| <b>Nome da Organização/associação</b>  | <b>Sigla</b> | <b>Ano de criação</b> | <b>Ano de registro</b> |
| Conselho Geral da Tribo Ticuna   | CGTT         | 1982                  | 1997                   |
| Organização Geral dos Professores Ticuna Bilingue                                | OGPTB        | 1986                  | 1994                   |
| Organização Geral dos Monitores de Saúde do Povo Ticuna                          | OMSPT        | 1990                  | 1990                   |
| Organização da Missão Indígena da Tribo Ticuna no Alto Solimões                  | OMITTAS      | 1992                  | 1994                   |
| Organização dos Monitores de Saúde do Povo Ticuna                                | OSPTAS       | 1994                  | 1994                   |
| Grupo de Mulheres Ticuna da Comunidade Cidade Nova                               | GMTCCN       | 1996                  | 1997                   |
| Associação Conselho Geral da Tribo Ticuna  | ACGTT        | 1997                  | 1997                   |
| Federação dos Caciques e Comunidades Indígenas da Tribo Ticuna                   | FOCCITT      | 1997                  | 1997                   |
| Organização Geral das Mulheres Indígenas Ticuna do Alto Solimões                 | OGMITAS      | 1998                  | 1998                   |
| Associação das Mulheres Indígenas Ticuna   | AMIT         | 1998                  | 1999                   |

Fonte: Cartório da Comarca de Benjamin Constant, 2014.

Vale ressaltar que a única organização de caráter local desse período é a GMTCCN, indicando que a proposta de criação desse grupo de mulheres Ticuna estava um tanto que descolada dos dois projetos políticos mais inclusivos levados a cabo pelo CGTT e ACGTT (esta última vindo a tornar-se posteriormente FOCCITT). Portanto, não seria um exagero afirmar que o GMTCCN é a primeira modalidade associativa que resultava de uma ação

política voltada para os interesses e projetos políticos de uma categoria social de uma comunidade e não da premissa Alto Solimões.

A criação da ACGTT passava a incluir dentro dos horizontes políticos do movimento indígena Ticuna, fatores que até então não se apresentavam de maneira explícita. Tratava-se, contudo, da consolidação de disputas políticas que giravam em torno não simplesmente de redes de alianças políticas, mas do uso de sobrenomes de famílias que tinham uma história política de luta no movimento indígena e, que a partir de então, acionavam tal status para ascenderem politicamente como ponta de lança do movimento, ao passo que determinadas famílias articulavam-se dentro de um projeto político (onde cada uma tinha seus interesses específicos), que tinha como finalidade o status de mais representativa do povo Ticuna.

Nota-se que muitas das organizações que surgem na década de 1990, assim como o CGTT e OGPTB, evocam o status de representação do Alto Solimões, tal fato indicando que a proposta dos arranjos políticos que compunham as mesmas era de garantir o protagonismo e controle político de organizações/associações que viessem a surgir dentro da órbita de suas atuações.

Um exemplo que elucida bem a polifonia de vozes e multiplicidade de projetos políticos no interior do movimento indígena Ticuna, pode ser visualizado na aproximação que a OGPTB realizou com a fundação da ACGTT. Essa aproximação não significava uma contradição política da OGPTB em relação aos laços que ela tinha com o CGTT, pelo contrário, aqui não se trata de contradição, mas de uma proposta de consolidação de um projeto político que viesse a estabelecer de vez a autonomia da OGPTB em relação ao CGTT. Para aquele momento, as ideias trazidas pela ACGTT se apresentavam como mais promissoras para as lideranças que estavam a frente da OGPTB. Cabe lembrar que essa aliança se deu também pelo fato da atual diretoria desta última<sup>42</sup> manter estreitos laços de alianças com as lideranças que conduziam a ACGTT.

Ainda que a OGPTB tivesse sido gestada no seio dos projetos políticos do CGTT, a construção de suas redes de alianças e parcerias com agentes e agências que atuavam no campo da educação, foram moldando seus próprios projetos, um tanto que desvinculados das propostas mais gerais do CGTT, acabando por montar uma agenda própria com interesses bastante direcionados para o campo político da educação indígena.

As aproximações e distanciamentos que envolviam o CGTT e a OGPTB, assim como outras organizações Ticuna, dependiam em grande medida das relações políticas mais

---

<sup>42</sup> Nesse período o diretor da GPTB era Francisco Julião Ferreira, membro da família Julião que mantinha uma relação de aliança com a família Mendes e Susana Bastos.

abrangentes tanto no plano da política junto aos centros urbanos locais, quanto daquela diretamente vinculada aos aparelhos de Estado (FUNAI, FUNASA, SESAI etc), bem como da disputa por projetos, convênios e cargos públicos/políticos disponibilizados por instituições nacionais (Federal, Estadual e Municipal).

Um tanto que diferente do caso da OGPTB, a OMSPT, AMIT e Museu Magüta continuavam sendo orquestrados pelos projetos políticos do CGTT. Cada vez mais as alianças entre determinadas famílias foi se intensificando ao longo da década de 1990, como forma de manutenção de um poder político no movimento, ou de superposição de arranjos políticos sobre outros.

Como a ACGTT vinha sofrendo várias críticas quanto a sua legitimidade jurídica por parte de funcionários do poder judiciário no município de Benjamin Constant, os quais alegavam que a existência da mesma era nula frente ao registro do CGTT, e pelo fato da confusão que gerou as siglas da organização, algo que para algumas lideranças parecia reforçar as atividades e projetos políticos do CGTT. As lideranças e dirigentes que estavam à frente da ACGTT resolvem, cerca de um mês após a criação da mesma, criar a Federação dos Caciques e Comunidades Indígenas da Tribo Ticuna (FOCCITT). Instaurava-se a partir de então um modelo organizativo de ação política que evocava um caráter muito mais abrangente e inclusivo que a ACGTT e o próprio CGTT. Feito isso, todas as organizações e associações já existentes e aquelas que posteriormente viessem a surgir deveriam automaticamente se vincular à federação, atrelando seus interesses abaixo à intervenção política da mesma.

Dentro desse processo político que em vias de construção ainda pressupunha a consolidação de arranjos políticos que resultavam da atuação de lideranças vinculadas ao CGTT e FOCCITT, cabe recordar que o primeiro já havia construído uma significativa rede de relações políticas internas e externas. Por outro lado, a FOCCITT mesmo contando com o apoio de lideranças que se desvincularam do CGTT tecia suas redes de alianças rechaçando a participação de antropólogos em seus projetos, afirmando que os mesmos praticavam relações de “tutela” na relação com os membros do CGTT. Mas tal fato não significava o rechaço a outros segmentos profissionais, missões religiosas e políticos locais do “mundo dos brancos”.

Tendo consciência do peso político historicamente construído pelo CGTT desde a metade da década de 1970, que tinha como suas bases de sustentação política interna a OMSPT, o Museu Magüta, a AMIT e a Associação dos Estudantes Indígenas Ticuna do Alto

Solimões (AEITAS)<sup>43</sup>, portanto espreado por um vasto leque de campos políticos, as lideranças e dirigentes da FOCCITT resolvem seguir um itinerário político semelhante ao do CGTT, criando e incentivando a criação de organizações e associações que viessem a somar forças com a OMITAS e OGPTB (esta última organização que por muitas vezes esteve ligada aos projetos da FOCCITT). É dentro desse macro-projeto político que surgem a OSPTAS<sup>44</sup> (ainda na década de 1990- em 1994), Eware- ACIU (Associação dos Artesãos e Cultura Indígena de Umariçu- 2000), IDASSI (Instituto de Desenvolvimento da Assistência a Saúde e as Sociedades Indígenas), OTMM (Organização Toü Maü y Meü), AEIF (Associação dos Estudantes Indígenas de Feijoal) e AMCIFÜ-ÜMA'TÜNA (Associação das Mulheres da Comunidade Indígena de Feijoal).

No entanto, a OGMITAS<sup>45</sup> vinha na contramão dos projetos políticos do CGTT e FOCCITT, lançando no cenário político do movimento a mulher enquanto agente político. Ainda que as mulheres que estavam à frente da organização estivessem inseridas dentro de espaços políticos dominados pelos homens, que em sua grande maioria eram seus cônjuges, tal fato não impossibilitou a ação política dessas mulheres, que tinham como suporte político a atuação de pastoras evangélicas Batistas que desenvolviam atividades religiosas dentro da comunidade de Filadélfia, mais especificamente entre as mulheres, e que começaram a incentivar a inserção das mesmas nos debates políticos do movimento, via espaço de atuação que culturalmente as mulheres tinham bem demarcados que era/é a construção de artesanato como forma de expressão e manutenção de uma das marcas culturais do povo Ticuna.

Quando as assembléias gerais eram realizadas, as mulheres eram encaradas pelos homens como simples audiências. Na realidade essas mulheres teciam comentários e reflexões acerca dos temas debatidos nesses encontros, viabilizando, a seus modos incipientes, processos de atuação política indireta sem que os homens se apercebessem de tais ações. Basta notar que a OGMITAS evocava o mesmo caráter de abrangência política proposto pelo CGTT e FOCCIT, indicando que tal iniciativa procurava garantir um protagonismo político dentro do movimento indígena.

---

<sup>43</sup> Associação de Estudantes Indígenas Ticuna. Associação formada em sua grande maioria por filhos e parentes próximos das lideranças e dirigentes do CGTT.

<sup>44</sup> Em 1994 Osvaldo Honorato Mendes (um dos primeiros Agentes de Saúde do Povo Ticuna), convoca uma reunião entre os AIS da comunidade de Umariçu para discutirem sobre a criação de uma organização de saúde para o povo indígena Ticuna. Essa proposta foi novamente lançada em uma nova reunião que contou com um grande número de AIS da região e dos dirigentes da OMSPT. A idéia era extinguir a OMSPT e criar em seu lugar a OSPTAS. Essa proposta não foi aceita pelos AIS e dirigentes ligados a OMSPT, pois os mesmos sabiam que o que estava como pano de fundo era tomada de decisões e poder político que ficaria concentrado nas mãos dos AIS de Umariçu

<sup>45</sup> A primeira presidente da OGMITAS foi Lúcia Almeida Vásquez.

As pessoas que criaram a OGMITAS era uma turma de mulheres que trabalhavam com missionários, que fizeram um curso de corte e costura e outros mais. Aí naquele tempo não teve assim uma representação das mulheres que realmente cuidavam da cultura das mulheres pra não esquecer a língua e as tradições. Então elas entraram de acordo pra formar uma organização que no início era só sociedade feminina antigamente. Aí depois passou a ser organização, pra trabalhar assim no geral, com religião, cultura e tradições das mulheres, pra não esquecer a língua Ticuna e também a arte. Aí começou a pensar no direito das mulheres (...). Elas pensavam que naquele tempo as mulheres eram muito submissa. Num tinham direito de falar nas reuniões. Reivindicações dos direitos das mulheres! Então elas começaram a criar, pra elas terem o mesmo direito igual com os homens de reivindicar. (Informação Verbal, Isabel Fernandes- presidente da OGMITAS).

Esse movimento iniciado pela OGMITAS não veio a se consolidar como um projeto político mais global e acabou sendo algo muito circunscrito e limitou-se aquele grupo de mulheres em específico. No entanto, vale apenas lembrar que muitas outras mulheres que estavam organizadas por meio de associações como a AMIT<sup>46</sup> não aderiram a esse movimento pelo fato da existência da mesma está diretamente atrelada à direção política das lideranças masculinas do CGTT. Além desse controle político exercido pelo CGTT sobre as mulheres da AMIT, outras variáveis se juntavam a esse campo de forças, como por exemplo, o alto índice de analfabetismo, pouco domínio do português e uma grande exigência masculina quanto a permanência das mulheres Ticuna no domínio familiar (e longe por conseguinte dos espaços políticos de alianças, acordos e projetos políticos articulados fundamentalmente nas assembleias e reuniões), estratégia esta que impossibilitava a promoção de uma agencialidade da mulher indígena Ticuna nesses espaços de debates políticos mais gerais.

O problema é que aquele pessoal num sabe como é que faz com a organização. Não pensa como vai assumir a organização. O pessoal que não sabe ler, esse daí que é o problema. Depois não sabe como fazer, como é que vai a prestação de conta, pra fazer bem organizado. Não sabe ir pro banco puxar o extrato pra olhar se tem dinheiro ou não. Esse daí que é o problema! (Informação Verbal, Hilda Félix, vicepresidenta da AMIT)

Todavia, desde a criação da OGMITAS, em 1998, que para efeito de registro foi contemporânea ao surgimento da AMIT, até então as mulheres não dispunham de um poder de fala (discurso) nas assembleias gerais e reuniões mais locais. Mesmo que as mulheres da AMIT gozassem de um certo prestígio diante das lideranças e dirigentes do CGTT, isso se devia as articulações que as mesmas teceram com as mulheres pertencentes às comunidades de Otawari, Belém do Solimões, Nova Vida e Enepi, que mantinham entre si estreitos laços de parentesco.

O marco político que vem consolidar um espaço político no qual as mulheres indígenas Ticuna, assim como outras mulheres de outros povos indígenas, produzirão seus próprios canais de interlocução e ação política é justamente a implementação do Projeto

---

<sup>46</sup> A primeira presidente da AMIT foi Carmen Gomes Tamanho.

Demonstrativo dos Povos Indígenas (PDPI)<sup>47</sup>, que surge em 1999, mas que “começa a operar de maneira efetiva em 2002” (GRAMKOW et al, 2007, p.139), que traz para o cenário dos movimentos indígenas no Brasil a pauta de uma agenda global de proteção ambiental aliado a ideia de desenvolvimento sustentável e econômico, inserindo tangencialmente as propostas locais que se enquadrassem dentro da respectiva proposta de “apoiar projetos indígenas sustentáveis em termos ambientais e produtivos” (VALENTE, 2007, p.115).

O surgimento do PDPI<sup>48</sup> em 1999 ampliou o campo de atuação do movimento indígena e, no caso dos Ticuna, as mulheres passaram a ter um espaço político privilegiado de atuação política, já que as atividades desenvolvidas por elas na construção de artesanato abria a possibilidade de direcionarem projetos para o campo do desenvolvimento sustentável (uma noção externa que foi apropriada localmente segundo os interesses dos grupos).

Dois exemplos em particular elucidam a participação de associações de artesanato Ticuna junto ao PDPI. O primeiro caso é da Associação Evare-ACIU de Umariçu II no município de Tabatinga, que surge em 2000 a partir da atuação política de um conjunto de artesãos encabeçados pela liderança Tertulino Mendes, que no ano de sua criação formula um projeto de construção de “Casa de Moça Nova” junto ao SEBRAE, o qual acaba não sendo aprovado por conta de desencontros com o que a priori era exigido pelo PDPI. Com o retorno do projeto, Tertulino Mendes aciona outros agentes que poderiam auxiliá-lo nas adequações exigidas pelo PDPI. Foi então que ele recorreu à pesquisadora Regina Erthal.

Como os pesquisadores do PDPI tinham como uma de suas atribuições o acompanhamento na formulação e execução de projetos por ele financiados, esse projeto de “Casa de Moça Nova” proposto pela Evare-ACIU é novamente enviado ao PDPI, agora com as correções devidas e, no ano de 2003, contou com a assessoria de Érika Nakazono-engenheira florestal.

No entanto, como as lideranças e dirigentes que estavam a frente da Evare-ACIU não tinham nenhuma experiência anterior na gestão de projetos, alguns erros foram cometidos que acabaram por impossibilitar a condução do projeto de maneira satisfatória. A seguir, um

---

<sup>47</sup> Os primeiros projetos governamentais direcionados para povos indígenas no contexto de políticas públicas ambientais no Brasil que contaram com agências internacionais de cooperação ocorreram com a implementação do PPG7, em 1994. Destinado à Amazônia e à Mata Atlântica, o PPG7 é um dos maiores e mais complexos programas multilaterais já elaborados, e envolve atores não só internacionais, mas também nacionais, estaduais, municipais e locais, com o objetivo de implementar ações coordenadas para a proteção de florestas tropicais no Brasil. Em termos financeiros, envolve recursos multilaterais (RFT) e bilaterais, dos quais a Alemanha é o principal doador (cerca de 45% do total). Tanto o PPTAL, quanto o PDPI estão voltados para as terras indígenas da Amazônia Legal.

<sup>48</sup> O PDPI é um projeto do Ministério do Meio Ambiente (MMA), vinculado ao Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA), da Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável (SDS) e, no âmbito da cooperação internacional, como parte do Programa Piloto (ex-PPG7). (ALMEIDA & SEUZA, 2006, p.189)-

trecho de entrevista em que Tertulino discorre sobre os problemas adquiridos na prestação de contas do projeto.

Esse projeto veio, foi aprovado e, aí primeiro caiu o dinheiro. O quê que nós fizemos, eu principalmente como presidente, a gente não acompanhava o orçamento, a planilha. Caia o dinheiro, é pra isso e eu não entendia. E no projeto não constava alimentação, era contrapartida. E eu não sabia o que era contrapartida! Um defeito nosso, meu, na época era isso só. E nunca a gente desviou dinheiro assim. E você sabe né, que a gente assina só cheque. Então o erro era esse. Então, porquê que to falando isso! Volto a repetir de novo, os brancos experimentam a gente, se sabe ou num sabe, pra ter desculpa depois né de: “então esses caras não prestaram conta aqui”! Isso pra mim foi uma bomba. (Informação Verbal, Tertulino Mendes, presidente da Evare-ACIU)

A segunda proposta, mas sendo, no entanto, o primeiro projeto aprovado junto ao PDPI, contando com uma coordenação e plano de atividades muito mais definidas por conta de uma certa experiência com projetos anteriores- ainda que não isento de conflitos e disputas internas, foi o projeto “As mulheres Ticuna tecem sua história com a matéria prima” da Associação das Mulheres Indígenas Ticuna (AMIT), aprovado em 2001 e que contou com a participação das mulheres associadas a OGMITAS.

“Nós tivemos uma parceria com as mulheres da AMIT. Nós fizemos um projeto com o PDPI, que financiou a plantação da matéria-prima, de tucum, arumã, e outras coisas. E nós temos uma roça no centro. Aí terminou esse recurso e aí parou” (Informação Verbal, Isabel Fernandes, presidente da OGMITAS). A fala acima de dona Isabel Fernandes indica que o tempo de execução de um projeto acaba muitas vezes se apresentando mais como uma solução imediatista do que como uma proposta de futuro a longo prazo, encerrando-se tanto a verba destinada ao projeto no fim de execução do mesmo, quanto a continuidade das ações que se vêem um tanto que condicionada ou como extensão das verbas destinadas às etapas do projeto.

Segundo dona Hilda Félix, atual vice-presidente da AMIT, “o pessoal do PDPI ajudou a associação como ela vai trabalhar, como é que vai fazer a associação. Isso que eles ajudaram”. As palavras de dona Hilda apontam para a importância da atuação do PDPI junto às associações de mulheres, no qual eles concentravam-se basicamente nas orientações quanto à lógica de ação política junto a uma instituição de Estado. Por outro lado se concentrarmos a análise apenas na burocracia que rege o projeto, escapara do nosso crivo de análise um dos fatores que se destacam diante de outros e que tornam o projeto realizável ou irrealizável. Trata-se, portanto, das negociações políticas, operadas silenciosamente na maioria das vezes e publicamente em casos mais raros, entre os grupos que compõe a rede maior da associação, que determinam por força de um arranjo político sobre outros, do lugar onde será utilizado

enquanto “espaço de uso coletivo”. Esse “espaço de uso coletivo” após o término do projeto não é nada mais e nada menos do que um espaço de negociações de uso.

Vale ressaltar que negociações desse tipo ou de outras naturezas contendo outras variáveis e interesses análogos, podem ser detectados em outros espaços organizativos que estão para além das associações de artesanato.

Por outro lado, ainda que a tendência acreditada por muitos fosse a vinculação de novas organizações e associações políticas Ticuna na esteira dos projetos políticos do CGTT e FOCCITT, o que na realidade acabou se processando foi a articulação de variados projetos políticos bem localizados, que em alguns casos se esquivavam de relações mais profundas com as duas organizações mais inclusivas do povo Ticuna, por acreditar que uma relação desse tipo poderia resultar numa perda de autonomia política.

Ainda que o CGTT e FOCCITT centralizassem a disposição de ações e projetos políticos no interior do movimento indígena Ticuna, pelo menos diante de algumas organizações e associações, em vez de tal realidade se tornar algo fundamental e único, o que se observou a partir do princípio do século XXI foi a criação de um número variado de organizações e associações políticas Ticuna de várias matizes, que se articulam segundo interesses bem localizados. Ou seja, cada vez mais se introduz a composição de arranjos políticos que resultam de interesses e objetivos circunscritos ao universo das comunidades e não mais da premissa Alto Solimões.

Atualmente o que é produzido politicamente entre os índios Ticuna é justamente um conjunto de micropolíticas operadas por uma multiplicidade de organizações/associações, que procuram mobilizar suas redes de relações políticas de caráter mais local e menos extra local (algo fundamentalmente necessário no princípio do movimento), pois a mobilização de agentes e agências locais mais próximos da realidade vivenciada pelo povo Ticuna, viabiliza um conjunto de intervenções que levam menos tempo para serem efetivadas.

**Tabela 2**

| Organizações e Associações criadas entre os anos de 2000 a 2006 em Benjamin Constant |              |                |                 |
|--|--------------|----------------|-----------------|
| Nome da organização/associação   | Sigla        | Ano de criação | Ano de registro |
| Associação da Comunidade de São Francisco do Bom Intento                             | ACSFBI       | 2001           | 2001            |
| Organização Indígena de São Leopoldo   | OCISL        | 2003           | 2003            |
| Associação das Mulheres Artesãs Ticuna de Porto Cordeirinho                          | MEMATÜ-AMIPC | 2003           | 2004            |
|  |              |                |                 |

|   |                        |      |      |
|---|------------------------|------|------|
| Associação das Mulheres Artesãs de Bom Caminho            | AMATŪ                  | 2003 | 2006 |
| Associação da Comunidade Tikuna de São João de Veneza     | ACTSJV                 | 2005 | 2005 |
| Associação dos Estudantes Indígenas de Feijoal            | AEIF                   | 2005 | 2006 |
| Associação das Mulheres da Comunidade Indígena de Feijoal | AMCIFŪ-ŪMA-TŪNA        | 2006 | 2010 |
| Associação da Comunidade Indígena Ticuna de Guanabara III | CUNE'ĒCŪ-CITCG III     | 2007 | 2007 |
| Associação da Comunidade Indígena Ticuna de Bom Intento   | TCHAIRE' CŪ            | 2009 | 2009 |
| Associação Comunitária de Bom Pastor II                   | ACBP II                | 2010 | 2010 |
| Associação dos Moto-Taxistas Indígenas do Alto Solimões   | AMITIAS-NŪŪ y<br>GAGŪŪ | 2010 | 2010 |
| Associação Igreja Independente de Filadélfia              | AIBIF                  | 2010 | 2010 |
| Associação Igreja Indígena Evangélica de Porto Espiritual | AIIPEPE                | 2010 | 2010 |

Fonte: Cartório da Comarca de Benjamin Constant, 2014.

Consolidar redes locais não significa rechaçar a participação de agentes e agências distantes das comunidades e/ou das categorias sociais e profissionais Ticuna mobilizados através de modelos organizativos que servem antes como canais de negociações, mas pressupõe antes de tudo uma intervenção mais imediata de agentes e agências que estão inseridos dentro dos circuitos de decisões que as afetam diretamente.

Muitas das organizações e associações políticas Ticuna que surgiram ao longo dos anos 2000, não adquiriram personalidade jurídica, pois a proposta é de apenas se apresentar como canais de negociação de demandas e interesses restritos ao universo político e social da comunidade, ou de uma categoria profissional em específico, e que, ao mesmo tempo, não lhes coloque no rol de inadimplência diante do Estado, realidade que atinge um número significativo de organizações e associações Ticuna.

As associações comunitárias, que em sua maioria não possuem sequer registro em cartório, são criadas para se colocarem como canais de negociações políticas diretas, sejam com as prefeituras e agentes locais e/ou com as agências e agentes distantes de seus espaços sociais.

Um outro exemplo de associações que não mantêm, ou melhor, que preferem não manter estreitos laços políticos com aquelas organizações cuja bandeira de luta são os direitos coletivos do povo Ticuna, são as associações dos moto-taxistas, um modo organizativo em

que pesa acima de tudo a luta por espaços de trabalho mais próximos do horizonte de muitos índios Ticuna que não conseguiram formação acadêmica, ou que as têm, mas não dispõem de campos de trabalho em suas comunidades.

No entanto, algo em comum aproxima as associações dos moto-taxistas Ticuna às associações religiosas, que é deter um certo controle/influência sobre a categoria social/profissional que os mesmos compõem. A fim de exercer um controle político sobre outros grupos da mesma categoria que poderiam vir a surgir.

Por fim, recuperando um pouco a discussão referente ao estabelecimento de alianças mais localizadas, algo que desde o princípio tem sido uma característica das organizações e associações políticas Ticuna que surgem no século XXI, tal fato deixou de ser nos últimos anos a tônica das organizações e associações de menor alcance, passando a estar também no horizonte de ação política de lideranças e dirigentes das organizações de maior peso político.

Isso significa dizer que o CGTT, FOCCIT e OGPTB, mais especificamente, têm proposto novas formas de ação política que viabilizem a execução de determinados projetos e o atendimento de determinados interesses, algo que para os dirigentes das mesmas pode ser alcançado, não mais por meio de uma rede de alianças políticas composta por agentes e agências a eles vinculados no princípio do movimento- já que estes últimos se encontram geograficamente muito distantes do campo de ação político mais direto das organizações, mediante a composição de arranjos/alianças e parcerias políticas com instituições e agentes diretamente envolvidos no universo político no Alto Solimões, no qual suas comunidades estão umbilicalmente atreladas. Consolidar redes locais não significa, para muitas organizações, rechaçar alianças com agentes e agências que estão para além do Alto Solimões, pelo contrário, estes últimos se apresentam sempre como válvulas de escape na medida em que as redes locais não funcionem segundo os interesses das primeiras.

Outra estratégia usada pelas organizações de maior expressão política entre os Ticuna atualmente, tem sido a alteração e/ou ampliação em seus estatutos no que concerne o campo de ação política das mesmas, incluindo temas que até então não estavam presentes em seus projetos políticos. A inclusão de novos temas, como consequência do rol de financiamentos, de editais nacionais e internacionais, de incentivos públicos e privados, tem provocado toda uma readequação político-jurídica que possa resultar tanto na ampliação e alcance de atuação política dessas organizações, o que produzirá em certa medida uma concentração de poder político novamente sob o domínio das organizações maiores, forçando as organizações e associações menores atrelarem seus projetos e interesses abaixo à coordenação política das primeiras.

Um dos fatores que tem forçado as organizações maiores promoverem tais mudanças tem sido também o esfacelamento de suas redes, ou seja, muitas das organizações e associações que estavam e/ou que surgiram baixo a coordenação política das primeiras, passaram ao longo dos anos a trilharem um caminho próprio de autonomia política perante a sua precursora.

### **CAPÍTULO 3. Assumindo convênios, gerindo financiamentos: o convênio entre CGTT e FUNASA como um caso exemplar da institucionalização do movimento indígena Ticuna.**

Porque que as populações indígenas não queria que passasse pro Estado. Queria que ficasse sempre na mão das organizações indígenas. Então isso era pra melhorar pra gente. Porque se próprias lideranças, próprias populações, próprios indígenas assumissem era mais fácil pra gente conversar, pra gente dialogar dentro das instâncias. Dizendo assim o que queremos e o que não queremos. Como o branco não tava lá, era mais fácil pra gente conversar, solucionar o problema que a gente tem. Então por isso que as próprias organizações, próprias populações queria que as organizações indígenas assumisse. (Informação Verbal, Alírio Mendes, expresidente da organização Toü Maü- FUNASA no convênio 034/2001)

Neste terceiro capítulo, a discussão refere-se às implicações práticas da institucionalização do movimento indígena Ticuna, através do caso exemplar e emblemático do CGTT nos convênios com a FUNASA. O material utilizado na reflexão que se segue, são: o Procedimento Administrativo (PA) 1.13.000.000.866/2001-04, Peça de Informação (PI) 1.13.001.000120/2012-35 e entrevistas com lideranças que estiveram diretamente ligadas ao universo dos convênios com a FUNASA desde 1999 até 2006.

Mas, antes de abordar os convênios gerenciados pelo CGTT, cabe indicar os acontecimentos que, sucederam nos convênios anteriores envolvendo a Diocese do Alto Solimões e a Organização Toü Ma'ü (OTM) que têm uma relação direta com a indicação e negociação para que o CGTT viesse a assumir os convênios 95/02 e 1423/04 anos mais tarde.

O capítulo dois dispõe de informações indispensáveis para a análise da mudança de atuação política que o movimento indígena Ticuna passou a propor a partir da consolidação de novas formas de ação política orientada pela condição jurídica de suas organizações e associações políticas. A função precípua do capítulo dois é justamente indicar a disposição

das redes de alianças e arranjos políticos que conformam o movimento indígena Ticuna em sua expressão mais contemporânea.

### **3.1 A implantação do DSEI-AS e as articulações políticas dos dirigentes das organizações indígenas Ticuna em torno dos convênios da saúde**

Desde a criação da Lei 8.142/90 que dispõe “sobre a criação e formação de instâncias colegiadas, como as Conferências de Saúde”<sup>49</sup>, apoiada na lei 8.080/90, os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) foram pensados cuidadosamente pelos povos indígenas segundo as especificidades locais de cada região, como a territorialização e delimitação dos DSEI’s etc. No entanto, a FUNASA, desde o ano de 1999, vinha se posicionando um tanto que na contramão das demandas dos povos indígenas, indicando a implantação de apenas 29 DSEI’s, algo que foi duramente rebatido pelas ONG’s, instituições pró-indio e organizações indígenas que exigiam que fosse implantado um número de 34 DSEI’s, o que veio a ocorrer.

Quando o DSEI- Alto Solimões foi implantado na cidade de Tabatinga, existia por trás dessa implantação todo um variado conjunto de “regimes de verdade” que sendo operados pelas lideranças e dirigentes mais destacados do movimento Ticuna, evocavam para si e seus arranjos políticos a participação direta na implantação do DSEI no Alto Solimões. Fazer circular esses discursos ao longo de uma variedade de comunidades Ticuna e de outras etnias nas margens do Solimões e nas cabeceiras dos igarapés expressava ainda que silenciosamente o desejo de controle do DSEI-AS.

Essa multiplicidade de alianças/redes/arranjos políticos tornar-se-iam evidentes na escolha de uma organização para assumir o convênio 323/99 com a FUNASA para a prestação de serviços básicos de saúde indígena no Alto Solimões. Um fato em comum entre as organizações Ticuna era que as mesmas não queriam num primeiro momento assumir o convênio com a FUNASA, preferindo adquirir uma experiência nesse tipo de modalidade de ação política ocupando posições fora do circuito de gerência direta.

A assembleia organizada para a escolha da organização que viria assumir o convênio com a FUNASA apresentava numa arena política de caráter público os muitos interesses e projetos políticos envolvidos na indicação, manifestado abertamente nas múltiplas indicações

---

<sup>49</sup> A primeira Conferência de Saúde foi realizada quatro anos antes da promulgação da Lei 8.142/90, ou seja, em 1986. Sendo que a segunda ocorreu em 1993, a terceira em 2001 e a quarta em 2006. Cabe lembrar que desde a promulgação da lei acima citada, o tempo para a realização das conferências nacionais de saúde era de no máximo quatro anos.

de instituições: *“pois aí uns queriam o pessoal da prefeitura, outros o pessoal do Exército, e outros a Polícia Federal, FUNAI e INCRA”*.

Ainda que a indicação de uma determinada instituição se apresentasse como algo desinteressado por parte das lideranças e dirigentes de organizações e associações Ticuna, o que na realidade orientava tais indicações correspondia fundamentalmente a relação que cada arranjo político tinha com as mesmas. Ao decidir pela “Igreja” representada pela Diocese do Alto Solimões, as lideranças de maior expressão política operaram com a história de apoio político que o movimento Ticuna teve com a igreja católica, fator este que a tornava mais legitimada diante das outras opções, fato que acabou por instaurar um clima de disputa ainda mais intenso entre determinados grupos políticos Ticuna que historicamente tiveram uma relação mais próxima com a igreja católica (entenda-se aqui CIMI e OPAN).

A Diocese do Alto Solimões executa as atividades do convênio 323/99- DAS/FUNASA durante todo ano de 2000, momento em que as muitas críticas feitas a determinados funcionários da conveniada se torna insustentável e ainda mais pelo fato da DAS se encontrar com pendências financeiras junto a FUNASA.

No final do ano 2000, a FUNASA informava às lideranças do movimento indígena no Alto Solimões que para o ano seguinte seria necessária a indicação de uma outra organização para assumir o convênio junto a mesma. Nesse momento uma tentativa de representação das etnias do Alto Solimões passava a ser operada por um conjunto de fortes lideranças Ticuna, que juntamente com membros do antigo convênio, propõem a criação da Organização Toi Ma’ü (OTM/AM) que passaria a desempenhar o papel de representação das várias etnias do Alto Solimões, com um caráter “multiétnico”.

Criar a OTM e evocar uma união das etnias no Alto Solimões era a estratégia básica para a legitimação da mesma, já que no cenário do movimento indígena no Alto Solimões não havia uma organização que reunisse todas as etnias do Solimões. Apesar dos conflitos que se geraram a partir dessa proposta, as negociações realizadas permitiram que a recém criada OTM assumisse, no dia 19 de março de 2001, o convênio 034/2001-OTM/FUNASA<sup>50</sup>.

Ainda que muitas questões fossem negociadas numa arena aberta, outras foram acertadas de maneira implícita obedecendo os interesses e projetos políticos das lideranças que compunham a direção da conveniada.

Os agentes que foram convidados a prestar serviços à OTM nos campos de contabilidade, coordenação dos profissionais de saúde e direção do convênio, haviam feito

---

<sup>50</sup> O convênio 034/2001 foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) no dia 21 de março de 2001.

parte do convênio anterior, fato que não agradou muitas comunidades e lideranças. Cabe lembrar que os assessores que foram incorporados à OTM tiveram papel fundamental na criação desta última.

Cerca de uma semana após a assinatura do convênio, a Coordenadora Geral de Convênios, Carmem Lúcia Miranda Silveira da CGCON/DEPIN/FUNASA, encaminha através de Ofício ao presidente da OTM todos os documentos necessários relativos ao convênio 034/01<sup>51</sup>. Tudo indicava desde o início do referido convênio que as atividades propostas no Plano Distrital seriam executadas de maneira satisfatória, já que a concedente se comprometia dentre as muitas cláusulas do convênio a exercer as seguintes obrigações:

**Cláusula Segunda - Das Obrigações: I - Concedente:**

- a) Garantir os recursos financeiros para a execução deste convênio, na forma do Cronograma de Desembolso, apresentado no Plano de Trabalho, observada a sua disponibilidade financeira;
- b) Apoiar os procedimentos técnicos e operacionais a serem executados, prestando a necessária assistência à conveniente;
- e) Observar as sugestões, recomendações e orientações do Conselho Distrital de Saúde Indígena da jurisdição, durante as fases de desenvolvimento, implantação e execução da sistemática de assistência à saúde das populações indígenas de que trata o objeto deste convênio.

**Cláusula Terceira – dos Recursos Financeiros:**

- A concedente, por força deste convênio transferirá a concedente recursos no valor total de R\$ 5.130.410,17, sendo que R\$ 4.300.000,00 no exercício financeiro de 2001, e no exercício financeiro do ano de 2002, R\$ 830.410,17.

No entanto, cerca de três meses após o início do convênio, a FUNASA começou a atrasar os repasses para a OTM, ou seja, o recurso que deveria ser repassado no mês de junho só foi liberado no dia 4 de setembro de 2001. Esses atrasos implicavam numa série de acusações por parte das comunidades e lideranças (muitas dessas contrárias a OTM) de que era a OTM a responsável por tais descompassos. Toda essa situação gerada pela FUNASA implicava no acirramento dos conflitos políticos em torno do controle político da prestação de serviços de saúde indígena no Alto Solimões. Em muitos casos, os funcionários da FUNASA

---

<sup>51</sup> Na época da assinatura do convênio 034/01 a FUNASA tinha como Coordenador Nacional Mauro Ricardo Machado.

faziam uso desses conflitos para se esquivarem das pressões das comunidades e lideranças do movimento.

O paradoxo é algo extremamente pensado pela FUNASA na construção das cláusulas do convênio, tal fato fica mais evidente no primeiro item da cláusula segunda, onde ao mesmo tempo em que afirma disponibilizar a verba necessária para a execução das atividades propostas no Plano de Trabalho, em seguida, diz que tal compromisso só será efetuado caso tenha disponibilidade orçamentária. Tendo esse paradoxo como pano de fundo, algumas perguntas se impõem: Será que a FUNASA firmava os convênios nos 34 DSEI's sem realizar qualquer tipo de balanço quanto aos valores exigidos e o que ela dispunha para tanto? Como a FUNASA veio a ter consciência dos cortes de repasses do Ministério da Saúde junto a mesma apenas após a assinatura dos convênios?

A questão que veio a se colocar como o maior complicador quanto a condução de todo um programa de trabalho elaborado pela OTM e de conhecimento da FUNASA, foi o anúncio do corte de repasse no valor de R\$ 400.000,00 no valor total de R\$ 5.130.410,17. O anúncio do referido corte foi notificado por Ubiratan Pedrosa Moreira, então Diretor do Departamento de Saúde Indígena - DESAI/FUNASA.

**Tabela 3**

| Mudanças no orçamento do convênio 034/01 |                    |           |                        |                                    |               |                       |                     |
|--|--------------------|-----------|------------------------|------------------------------------|---------------|-----------------------|---------------------|
| Valor do Convênio                        |                    |           | Valor de 2001 reduzido | Novo valor do convênio com redução | Valor já pago |                       |                     |
| A empenhar em 2001                       | A empenhar em 2002 | Total     |                        |                                    |               | Despesas até 31/10/01 | Despesas de Nov/Dez |
| 4.300.000                                | 830.410,17         | 5.130.410 | 3.900.000,00           | 4.730.410,00                       | 1.300.000     | 1.820.000             | 780.000             |

Fonte: FUNASA, 2001

A redução que a FUNASA promoveu unilateralmente nos valores do convênio, a mesma fez questão de colocar tais valores em termos percentuais, como uma forma clara e evidente de minimizar os danos causados à executora das ações. Essa redução forçou a OTM a repensar e refazer toda uma readequação de suas atividades, exigindo cortes de gastos em

muitos níveis de ação, o que mais uma vez veio a por em cheque a capacidade de gerenciamento das lideranças indígenas que estavam à frente da OTM.

Os atrasos não desencadearam apenas problemas com as comunidades e lideranças, mas acabou por romper com toda uma prática burocrática, administrativo-financeiro que vinha seguindo toda uma lógica de ação pautada na sistemática da relação entre concedente e conveniada.

As responsabilidades do convênio de saúde geram um redimensionamento de seu perfil de atuação, obrigando as conveniadas a um aprimoramento da gestão administrativa para responder às complexas demandas de programação de prestação de contas de recursos políticos. (GARNELO & SAMPAIO, p.1219, 2005)

A direção da OTM, ao analisar as implicações desse corte de grande monta, notificou o coordenador regional da FUNASA, Antonio Evandro Melo de Oliveira, e o presidente da FUNASA, Mauro Ricardo Machado Costa, afirmando que era impossível executar as atividades propostas no Plano Distrital, já que se tratava de uma população indígena que chegava a 28.329 indígenas das etnias Tikuna, Kokama, Kanamari, Kaixana e Maku-Yurup.

**Tabela 4**

| <b>Comunidades indígenas e etnias a serem atendidas pelo convênio 34/01- OTM/FUNASA</b> |                       |                           |                   |
|---|-----------------------|---------------------------|-------------------|
| <b>Município</b>  | <b>Nº Comunidades</b> | <b>Etnias</b>             | <b>Pop. Total</b> |
| Amaturá   | 11                    | Tikuna                    | 1.797             |
| Benjamin Constant   | 24                    | Tikuna, Kanamari e Kokama | 5.397             |
| São Paulo de Olivença   | 48                    | Tikuna                    | 8.076             |
| Santo Antônio do Itá  | 7                     | Tikuna e Kokama           | 2.938             |
| Tabatinga   | 31                    | Tikuna e Kokama           | 8.842             |
| Tonantins   | 13                    | Tikuna, Kokama e Kaixana  | 1.139             |
| Limoeiro  | X                     | Maku-Yurup                | 140               |

Fonte: Organização Toü Ma'ü, 2001.

Todavia, o que veio a permitir uma pressão mais intensa junto a FUNASA foi quando o Conselho Distrital de Saúde Indígena (CONDISI) envia à Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão (PRDC-AM) os termos do convênio 034/01, requerendo da Procuradoria explicações quanto ao descumprimento do acordo pela concedente.

Em seguida o Procurador Ageu Florêncio da Cunha ainda em novembro de 2001, oficia o coordenador regional da FUNASA Antonio Evandro Melo de Oliveira e o presidente da

FUNASA Mauro Ricardo Machado Costa, solicitando informações quanto ao corte de repasse realizado sem uma negociação prévia com a conveniada.

Em resposta, a FUNASA apoiou-se em fatores que na realidade foram conseqüências do corte de repasses. Ao elaborar o chamado “Relatório de Verificação In loco”<sup>52</sup> através da Divisão de Convênios da CGCON na pessoa do contador Anibal Cavalcante Guimarães da Seção de Contas- DICON/GESTÃO/MS/AM, a FUNASA responsabilizava a OTM por uma série de atividades que para a burocracia de Estado não estavam corretas. No entanto, em nenhum momento o contador indicou o atraso e o corte de repasses que a FUNASA promoveu. O relatório se apresentava na realidade como uma alta defesa, de uma instituição que agora fazia valer um dos itens da cláusula segunda do convênio, que era “analisar e aprovar a Prestação de Contas dos recursos transferidos por força deste convênio”. Mas invisibilizava outros termos que a colocava como co-responsável pelos erros cometidos pela conveniente como, por exemplo, o de “apoiar os procedimentos técnicos e operacionais” e não simplesmente de atuar enquanto corregedoria.

Ao final do relatório acima citado, o contador exigia que a OTM depositasse na conta específica do convênio o valor de R\$ 25.628,45, valor este que correspondia a gastos com atividades não previstas no plano de trabalho, comprovações de gastos de maneira inadequada e pagamentos de juros de determinadas pendências financeiras.

Com exceção das comprovações inadequadas de gastos<sup>53</sup>, os dois outros itens citados têm correspondência direta com o corte de repasse e o atraso da segunda parcela do convênio 034/01, fatores estes que acabaram desencadeando a necessidade de atender determinadas demandas que no princípio do projeto não eram previstas porque não eram previstos atrasos e cortes de repasses por parte da concedente.

No dia 25 de março de 2002, a OTM deposita o valor exigido pela Seção de Prestação de Contas- DICON, mas alegou que o relatório era inconsistente pois em nenhum momento o contador responsável pelo relatório falou sobre o fato de a FUNASA não respeitar o cronograma de desembolso e o plano de trabalho previsto anteriormente ao início das atividades do referido convênio.

Uma das últimas reclamações feitas pela OTM junto à FUNASA foi em relação ao saneamento básico e dotação de equipamentos para os Pólos Base e Postos de Saúde. Como a FUNASA já vinha num movimento de desvinculação com a OTM, a solução encontrada para

---

<sup>52</sup> Este Relatório foi elaborado em março de 2002, ou seja, após o encerramento do convenio que ocorreu em janeiro do referido ano.

<sup>53</sup> Aqui refere-se ao uso de notas fiscais avulsas.

atender essas demandas foi firmar convênios com as prefeituras locais através da DESAI. A partir de então, o que se viu foi um descompasso quanto a atuação das prefeituras que, em nenhum momento, seguiu o plano de aplicação elaborado pelos Conselhos Distritais Locais.

Sabendo que manter esse tipo de relação política com a prefeitura seria um caos total, a OTM juntamente com os membros do CONDISI resolvem rechaçar de todas as maneiras qualquer vínculo com as prefeituras locais, algo que acabou por impossibilitar qualquer tentativa da FUNASA em municipalizar a saúde indígena. O que mais a OTM alegou foi que as obras de saneamento básico nas comunidades de Belém do Solimões, Betânia, Filadélfia, Bom Jardim, Bom Caminho, Feijoal, Umariçu I e II, Campo Alegre e Nova Itália, ainda não haviam sido concluídos e sequer iniciados.

Esse exercício jurídico que até então não estava no horizonte de atuação política do movimento indígena de maneira direta, lançou suas organizações em níveis de relação com o Estado onde as lideranças que estavam à frente da mesma não manejavam com tanta destreza as vicissitudes de uma prática burocrática de Estado e nem os agentes deste último faziam questão de que esta habilidade se processasse de maneira satisfatória, porque no final das contas o Estado quer ter o controle sobre tudo e todos.

### **3.2 Experimentando e aprendendo: os desafios enfrentados pelo CGTT na condução de ações políticas no campo da saúde**

Porque se nunca a gente experimentar, nada a gente vai aprender. A gente não nasce sabendo, aprende fazendo. (Isabel Fernandes, presidente da OGMITAS)  
Os brancos eles experimentam a gente. Se a gente é capaz ou incapaz. (Tertulino Mendes, presidente da Eware- ACIU)

Com o encerramento do convênio 034/01- OTM/FUNASA, o então diretor da FUNASA Ubiratan Pedrosa organiza uma reunião na sede da OTM no prédio do Museu Magüta na cidade de Benjamim Constant, noticiando aos presidentes/coordenadores das organizações indígenas no Alto Solimões a necessidade de indicação de uma nova organização indígena que pudesse assumir o convênio da saúde junto à FUNASA, visto que a conveniada OTM estava impossibilitada de conduzir o convênio pelo fato de está inadimplente perante à União.

Durante os dias 12 e 13 de março de 2002, desenrolou-se um intenso processo de negociação entre as principais organizações indígenas no alto Solimões, sendo um número de quatro, três da etnia Ticuna e uma dos índios Kokama.

O segundo dia de reunião contou com a participação dos presidentes Nino Fernandes do CGTT, Aldemício Suzana Bastos da FOCCITT, Osvaldo Mendes da OSPTAS e Cristovão Moçambique da OGCCIPC, no momento em que a votação se iniciaria, o diretor da FUNASA, Ubiratan Pedrosa, retira-se da reunião para que os dirigentes das organizações e lideranças presentes pudessem decidir sobre quem assumiria a partir de então o convênio com a FUNASA.

Parte das lideranças presentes compunha a direção da OTM e se recusavam a aceitar qualquer decisão tomada, pois ainda exigiam que fosse repassada a última parcela do convênio 034/01- OTM/FUNASA, algo que para o diretor da FUNASA era impossível já que a OTM havia contraído uma dívida que ultrapassava o valor de R\$ 100.000,00.

A reunião do dia 13 prolonga-se até a madrugada indicando que a próxima conveniada deveria operar uma grande negociação com todos os agentes envolvidos no processo, tanto dirigentes e lideranças ligadas a determinados arranjos políticos Ticuna, quanto aos agentes ligados à FUNASA em suas diferentes instâncias.

Das 31 lideranças e dirigentes Ticuna e Kokama presentes na reunião, 21 destes elegem o CGTT como a organização que deveria assumir o convênio com a FUNASA. A partir de então, o que passava a ser exigido dos dirigentes e lideranças ligadas ao CGTT era a montagem de um quadro político que viesse a se consolidar e ser legitimado para a condução do convênio 095/02-CGTT/FUNASA. Nesse momento, dirigentes ligados a arranjos políticos produzidos em espaços políticos e com projetos distintos do CGTT foram trazidos para a órbita de ação política do CGTT, na medida em que a condução do convênio não é simplesmente um responsabilizar-se pela administração de atividades no campo da saúde, mas é também um conjunto de ações políticas que se definem a partir das negociações e interações políticas com os agentes diretamente envolvidos nesse campo político.

Ainda que agentes de arranjos políticos um tanto que distantes dos projetos políticos do CGTT devessem ser incorporados a rede de alianças que passaria a conduzir o convênio com a FUNASA, outro fator se colocava como indispensável nesse processo, tratava-se da composição do quadro de funcionários que passariam a desempenhar atividades determinadas no interior do convênio. A partir de então, os dirigentes do CGTT convidaram dirigentes e lideranças indígenas que mantinham uma relação política de proximidade e aliança com o mesmo, produzindo assim um campo político favorável a suas ações.

Dispor de uma rede política um tanto que plural do ponto de vista das alianças tecidas, significava dispor de cargos e funções para dirigentes de organizações que historicamente se apresentavam como parceiras e incorporar novos dirigentes a fim de expandir os raios de ação

política e de controle político no movimento, fato que a longo prazo poderia tornar-se um mecanismo de barganha política para a atuação em múltiplos campos políticos sem uma luta por representação em pé de igualdade com outras organizações, sejam elas Ticuna ou de outras etnias no Alto Solimões.

Embora a indicação do CGTT para assumir o convênio com a FUNASA no ano de 2002 tenha se concretizado na reunião dos dias 12 e 13 de março do referido ano, os dirigentes do CGTT tinham consciência de que a legitimação para assumir de uma vez por todas o convênio, necessitava da aprovação dos capitães das comunidades. Sendo assim, os dirigentes do CGTT organizam uma Assembleia Geral na comunidade de Lauro Sodré nos dias 9 e 10 de abril. Na oportunidade, foram levados temas que incidiam diretamente nas administrações anteriores dos dois primeiros convênios, conduzindo discussões que fundamentalmente pressupunham uma avaliação crítica do desempenho das lideranças que estiveram diretamente envolvidas nas atividades dos convênios 323/99 e 34/01.

Uma das exigências dos capitães presentes na assembléia era de que alguns integrantes das antigas conveniadas não estivessem envolvidos em cargos de direção no novo convênio, em especial, os membros da coordenação técnica, Pe. Joseney Lira e enfermeira Oldina Boreck.

Tanto o padre Joseney (membro da Prelazia do Alto Solimões) quanto a enfermeira Oldina Boreck estiveram na direção do convênio 323/99 e atuaram diretamente na criação da OTM como organização que tinha como princípio apresentar-se como representante das etnias do Alto Solimões e não mais como uma forte organização orquestrada por fortes lideranças do povo Ticuna<sup>54</sup>.

Cabe lembrar que a realização dessa assembleia na comunidade de Lauro Sodré estava intimamente ligada a rede de alianças políticas que o CGTT tinha historicamente com as lideranças dessa comunidade. Realizar essa assembleia em uma comunidade avessa aos projetos políticos do CGTT era arriscado demais, pois as lideranças ligadas ao mesmo poderiam enfrentar certos problemas quanto a legitimação para assumir o convênio, algo que não estava descolado de uma luta pelo controle de representação política dos múltiplos campos políticos que exigiam uma experiência e peso político em trabalhos já realizados.

Cerca de uma semana após a assembléia em Lauro Sodré, Nino Fernandes, presidente do CGTT, Silvio Mariano vice presidente, Regina Erthal e Paulo Roberto de Abreu Bruno

---

<sup>54</sup> Na realidade o que de fato ocorreu com a criação da OTM foi a produção de um conjunto de alianças políticas que eram orquestradas por fortes lideranças Ticuna, que gozavam de uma experiência política muito mais longa que outras lideranças de outras etnias.

(assessores indigenistas indicados em assembleia) foram até Brasília no dia 16 de abril para assinar o convênio 95/02. Quando o convênio é assinado no dia 19 de abril, uma das fortes exigências do CGTT para assumir o convênio era de que a FUNASA realizasse um levantamento do patrimônio documental, patrimonial e financeiro referente aos convênios 323/99 e 34/01, para que a partir daí o quadro de funcionários montado pelo CGTT pudesse elaborar um plano de trabalho coerente com a atual situação política das conveniadas (condição esta que o CGTT passaria a desempenhar).

Ubiratan Pedrosa, diretor da FUNASA, comprometeu-se com Nino Fernandes em atender ao pedido de auditoria, solicitando ainda a Nino Fernandes e demais assessores que tratassem de conduzir os conflitos existentes entre as organizações, a fim de superar as diferenças de projetos políticos, permitindo assim a composição de uma grande rede política voltada exclusivamente para a condução do gerenciamento do convênio 95/02.

No retorno da viagem a Brasília, Nino Fernandes na figura de presidente da organização conveniada, organizou uma reunião que contou com a participação de Aldemício Suzana Bastos (FOCCITT), Sebastião Ramos Nogueira (OSPTAS), Carmem Gomes Tamanho (AMIT), Isabel Fernandes (OGMITAS), Nibson Marcelino Salvador (AEITAS), Otásio Araújo (OASPTAS), Santo Cruz Mariano Clemente (ex-diretor da OGPTB e membro da Coordenação de Educação e Cultura do CGTT), Pedro Mendes Gabriel do (Conselho Fiscal da OTM) e os assessores eleitos na Assembleia Geral realizada na comunidade de Lauro Sodré.

A proposta desta reunião era de traçar uma avaliação crítica quanto aos agentes que trabalharam no convenio 034/01, para que a partir disso se pudesse produzir um arco de alianças que viesse a se colocar acima dos conflitos existentes entre as organizações, num movimento em que o CGTT dispusesse de uma posição confortável diante dos múltiplos interesses envolvidos no convênio.

Criar uma atmosfera de unidade política para a condução do convênio 95/02 era necessário por conta de uma dupla exigência. Por um lado, os agentes ligados à conveniada tinham consciência de que os funcionários da FUNASA jogariam, em momentos de crise no convênio, com os conflitos existentes entre as organizações indígenas no Alto Solimões, afirmando sempre que necessário que qualquer descompasso na realização das atividades do convênio diriam respeito ao jogo de forças entre as organizações, esquivando-se de qualquer responsabilização. Por outro lado, era necessário consolidar uma rede de alianças plural com a incorporação de dirigentes e lideranças de fortes organizações Ticuna e de outras etnias no Alto Solimões, para que o desempenho das atividades no bojo político do convênio viesse a se

processar de maneira a atender as necessidades dos grupos indígenas assistidos pelo convênio, como os Kanamari, Kaixana, Maku, Maku-yurup e Kokama.

Apesar de uma unidade política aparente para conduzir o convênio 95/02, boa parte dos dirigentes das organizações invocadas a fazerem parte do convênio tinham seus próprios interesses, sendo que o principal era o de assumir o papel de presidente da conveniada junto a FUNASA. Os dirigentes que não manifestavam tal interesse eram aqueles em que suas organizações haviam sido criadas a partir da ação política do CGTT, como a AEITAS e a AMIT (organizações essas que se apresentavam como dispositivos de sustentação política do CGTT).

Os dirigentes e lideranças ligadas ao CGTT reforçavam a ideia de unidade política entre as organizações indígenas no Alto Solimões, para dizer aos funcionários da FUNASA que a preocupação do diretor Ubiratan Pedrosa quanto aos conflitos<sup>55</sup> entre as organizações já não era motivo de preocupação, pois tal fato já havia sido superado com o acordo de cooperação firmado na reunião do dia 1º de maio.

Vale ressaltar que determinados acontecimentos exigem dos grupos políticos Ticuna, e aqui fala-se organizações e associações Ticuna, que se faça uso da ideia de unidade política, sabendo que essa condição, ainda que virtual, deva ser usada como forma de apresentação para um outro que deseja a unidade para melhor manejá-los. Na realidade, a unidade virtual que se criou em torno do convênio entre o CGTT e FUNASA, estiolava-se e/ou apresentava sua verdadeira face sempre que corriam notícias que apontavam problemas no gerenciamento e execução de atividades por parte do CGTT. Momento em que muitos “aliados” do CGTT, apresentavam-se como os principais críticos do mesmo.

Ainda que uma parceria de cooperação entre as organizações tivesse sido concretizada, os arranjos políticos do quais cada uma dessas organizações estavam vinculadas guardavam silenciosamente o desejo de assumir o convênio com a FUNASA. O que tornava evidente esse interesse escamoteado era a aparição de qualquer tipo de descompasso na execução das atividades de responsabilidade do CGTT.

Se por um lado muitas organizações que historicamente produziram projetos políticos um tanto que na contramão do CGTT resolveram cooperar politicamente, depois de muitas negociações, para a execução do convênio 95/02, por outro lado os principais dirigentes da

---

<sup>55</sup> No dia da assinatura do convênio 95/02- CGTT/FUNASA, o Diretor da FUNASA Dr. Ubiratan Pedrosa, afirma uma preocupação quanto a relação política entre as organizações Ticuna. Entendendo que os conflitos existentes poderiam afetar o desempenho na realização das atividades exigidas no convênio.

OTM ainda se recusavam a estabelecer qualquer apoio ao CGTT antes do repasse da última parcela do convênio 34/01, parcela esta que foi cancelada por conta de inadimplência. Essa recusa em cooperar com o CGTT estava um tanto que ligada a pressão que tais dirigentes sofriam de dois membros da coordenação técnica do convênio 34/01- OTM/AM/FUNNUSA.

Mesmo que o CGTT tivesse assinado o convênio no dia 19 de abril, a diretoria da OTM nas pessoas de Oldina Boreck (coordenadora de saúde da OTM) e Leonara Ninow (coordenadora contábil da OTM) ainda não havia repassado o patrimônio dos convênios 323/99 e 34/01 para o CGTT. Após o envio de um ofício no dia 7 de maio de 2002 pela Coordenação do DSEI-AS na pessoa de Nancy Filgueira (chefe do DSEI-AS), as duas coordenadoras acima citadas se comprometeram a repassar o patrimônio no dia 13 de maio, o que não ocorreu. As duas diretoras ainda pressionavam a FUNASA para que a mesma viesse a depositar o último repasse do convênio 34/01 que foi suspenso por débitos anteriores.

No entanto, antes da passagem do patrimônio para o CGTT, a direção do mesmo soube que o diretor da FUNASA, Ubiratan Pedrosa, havia reduzido o pagamento acertado aos AIS que havia sido de R\$ 220,00 para R\$ 200,00 e ainda retirou o contador da gerência da conveniada.

Sabendo dessas notícias, a direção do CGTT envia um fax ao Dr. Ubiratan Pedrosa exigindo respeito ao CGTT e ao que havia sido firmado lá atrás na assinatura do convênio. Mesmo com a demora de posicionamento do diretor da FUNASA, o mesmo voltou atrás e cedeu a pressão do CGTT quanto a inclusão do contador na gerência do convênio 95/02.

Com a transferência de patrimônio para o CGTT cerca de quase dois meses após a assinatura do convênio 95/02, o CGTT enquanto conveniada desenvolveu de maneira satisfatória todas as atividades previstas no Plano de Trabalho e Distrital elaborado para o referido convênio. Cumprindo com todas as exigências burocráticas exigidas pela FUNASA, fato que veio a lhe garantir a assinatura do convênio 1423/04.

O novo convênio firmado entre o CGTT e a FUNASA tinha como o período de vigência 28.10.04 á 19.06.06, tendo como prazo máximo para as prestações de contas 18.08.06. Fica acertado entre conveniente e conveniada o valor de R\$ 9.978.126,33, dividido em sete parcelas, necessário para o desenvolvimento das atividades ligadas ao convênio 1423/04.

**Tabela 5**

| Repases das parcelas do Convênio 1423/04-CGTT/FUNASA |       |         |
|--|-------|---------|
| Parcelas   | Datas | Valores |
|  |       |         |

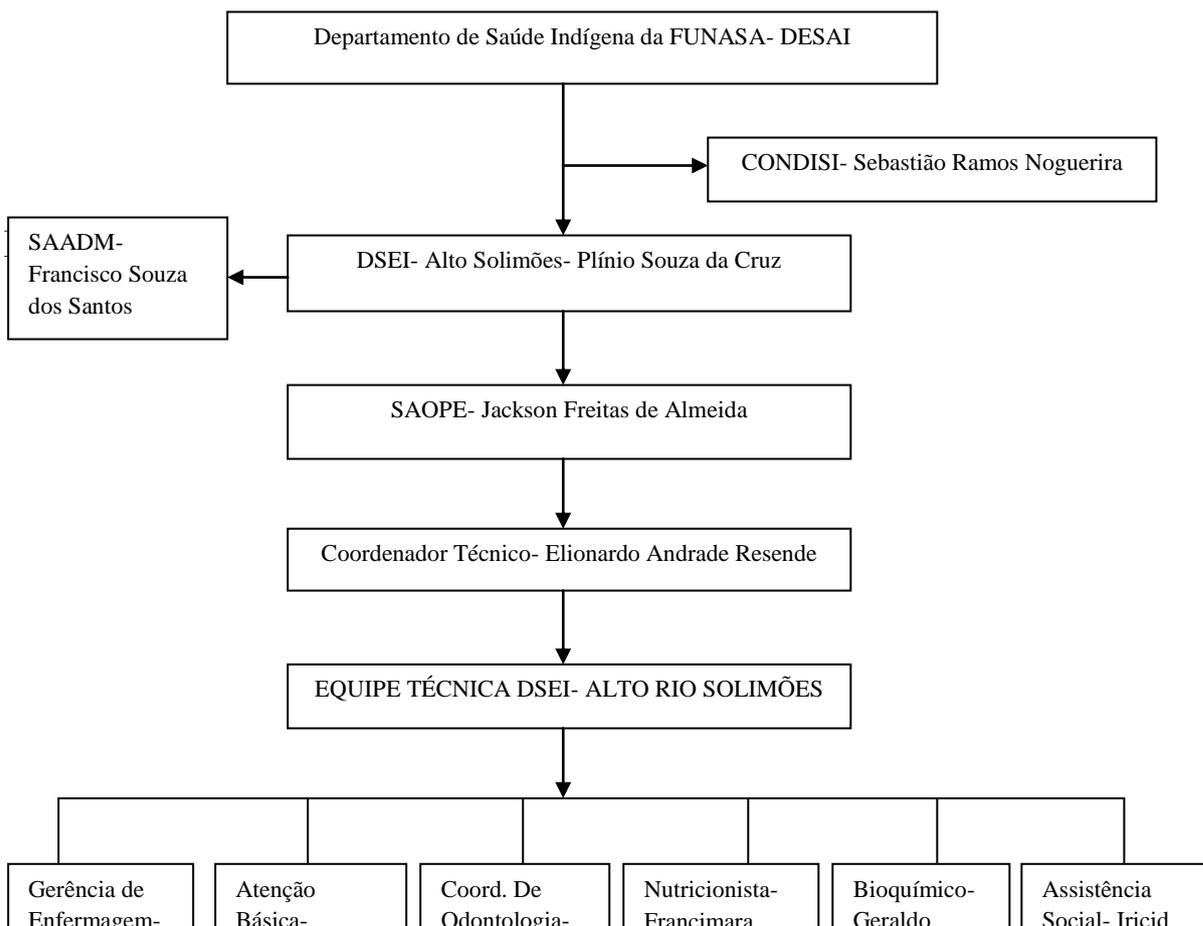
|    |                     |              |
|----|---------------------|--------------|
| 1º | 23/11 e 02/12/04    | 516.598,00   |
| 2º | 17/12/04            | 1.033.197,00 |
| 3º | 29/03 e /04/04/2005 | 1.033.197,40 |
| 4º | 17/06/2005          | 2.034.989,79 |
| 5º | 08/09/2005          | 905.160.,61  |
| 6º | 02/02/2006          | 100.000,00   |
| 7º | 17/03/2006          | 1.000.000,00 |

Fonte: FUNASA, 2004.

Nesse segundo convênio entre CGTT e FUNASA, o Distrito Sanitário Especial Indígena do Alto Solimões (DSEI-AS) tinha que lidar com uma dimensão territorial de 214. 217, 8 KM<sup>2</sup>, abrangendo os municípios de Tabatinga, Benjamim Constant, São Paulo de Olivença, Santo Antônio do Içá, Amaturá, Tonantins e Japurá. A população indígena a ser atendida pelo convênio 1423/04 compreendia uma população total de 34. 941 indígenas das etnias Ticuna, Kokama, Kaixana, Kanamari, Maku-Yuhup e Witoto. Compreendendo um conjunto de 5.736 famílias, distribuídas em 182 comunidades/aldeias indígenas.

Embora com todos os problemas ocorridos desde a implantação do DSEI-AS, este último já contava com uma Casa do Índio (CASAI) no município de Tabatinga, dispondo de um número de 11 Pólos Base e 11 Equipes de Saúde atuando na área do Alto Solimões.

**Figura 1**



Fonte: DSEI/FUNASA/MS, Dezembro de 2003.

Ainda que no primeiro convênio o CGTT, na figura de conveniente, tenha cumprido todos os prazos e exigências quanto o gerenciamento das atividades relativas ao convênio 95/2, ainda assim o então Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, propõe à direção do CGTT uma pactuação dentro do convênio 1423/4 onde seria estabelecido uma divisão de obrigações em relação ao exercício da execução de determinadas atividades.

Embora o ex- ministro da saúde tenha exposto, não de maneira muito clara e fazendo uso de uma linguagem extremadamente técnica, os termos para execução do novo convênio, tal fato não significou que os dirigentes do CGTT tinham plena consciência das implicações que tal pactuação acarretaria.

Como essa pactuação não foi algo previamente discutido e apresentado ao CGTT, não houve tempo suficiente para que os dirigentes da organização indígena pudessem sopesar os pontos positivos e negativos de tal acordo. Com o acordo firmado, atividades como o frete de aeronave, compra de medicamentos, de materiais para a construção/reforma dos Pólos Base e Postos de Saúde e compra de combustível ficaram sob o gerenciamento da FUNASA, e pagamentos e serviços prestados nas atividades de atenção básica a saúde indígena ficou sob a responsabilidade do CGTT.

Então o ex-ministro, que é Alexandre Padilha, ele veio aqui fazer uma pactuação. Melhor dizendo enganar o indígena. “Índio como é que tu quer dirigir agora?”. “Essa coisa maior a gente vai cuidar. Essa coisa pequena vocês vão cuidar. Aí facilita o trabalho de vocês”. Então com dúvida né, o coordenador indígena não sabe o que significa bem isso né, ele começou a concordar. “Ta, vocês cuidam dos maiores e a gente cuida dos menores”. (Isabel Francisco Fernandes, presidente da OGMITAS)

Logo que a pactuação ficou acertada, muitas comunidades, lideranças e dirigentes indígenas mais distantes do campo político dos convênios da saúde não souberam das mudanças ocorridas quanto a responsabilidade sobre determinadas atividades no bojo do convênio 1423/4. Essa demora em noticiar às comunidades e suas respectivas lideranças sobre as mudanças ocorridas acabou por instalar um clima de insatisfação quanto a figura do CGTT frente ao convênio da saúde.

A insatisfação de muitas comunidades e lideranças em relação ao CGTT estava intimamente ligada ao atraso de repasses para compra de medicamentos, atraso em obras de Pólos Base e Postos de Saúde, demora na compra de gasolina etc. No entanto, esses descompassos não estavam sendo ocasionados pelo CGTT, pelo contrário, desde então tais responsabilidades eram da FUNASA, mas como os dirigentes do CGTT não haviam informado as diferentes comunidades sobre as mudanças ocorridas, todos estes problemas eram apontados como de responsabilidade do CGTT.

Então, pra que ele possa interferir eles começaram a enganar os próprios conselheiros com isso aí. Que o Nino não dava conta. Mais o recurso era menor pra ONG. Que totalmente esse dinheiro eles já tinham levado pro central né. E num tem como o Nino trabalhar mais. (Isabel Francisco Fernandes, presidente da OGMITAS)

Um dos argumentos (estratégias) de muitos funcionários brancos da FUNASA, diretamente vinculados ao convênio gerenciado pelo CGTT, era de criar e articular um efetivo e convincente regime de verdade que apontasse o CGTT como o causador de todos os problemas correntes no convênio da saúde. Para que tal regime de verdade se instalasse como algo irrefutável era preciso que a principal base de sustentação política do CGTT fosse atraída para o centro do mesmo. Com isso, membros do CONDISI foram absorvidos pelo discurso (regime de verdade) bem articulado de funcionários da FUNASA que desejavam desmobilizar toda uma rede de sustentação política do CGTT.

Apesar de os dirigentes do CGTT exercerem um certo tipo de controle político em relação aos membros do CONDISI, os recorrentes atrasos de pagamentos dos Agentes Indígena de Saúde Ticuna (AIS't) acabaram por conduzir a uma ruptura da principal base de sustentação política do CGTT na condução do convênio com a FUNASA. Não contar com o apoio do CONDISI significava a perda de apoio da principal base política do CGTT. Tal fato ganhava contornos ainda mais dramáticos para o CGTT, na medida em que muitos Conselhos Distritais Locais passaram a atuar no bojo de um conjunto de ações políticas encabeçadas por fortes membros do CONDISI.

Enfrentando estes e muitos outros problemas, os dirigentes do CGTT tiveram que lidar ainda com o abandono de serviço de um conjunto de funcionários contratados pelo CGTT, que por conta do atraso de pagamentos não mais regressaram a seus postos de serviço. Casos como da enfermeira Mara Midena, então coordenadora do Distrito Sanitário Especial Indígena do Alto Solimões (DSEI-AS) e da dentista Elisangela Miranda de Moraes que atendia no Posto de Feijoal, são os mais emblemáticos, pois as mesmas ocupavam cargos fundamentais na condução das atividades do convênio da saúde indígena no DSEI-AS e acabaram deixando seus postos de trabalho e não mais regressaram.

Além dos dois casos acima citados, somam-se a estes outros como o dos enfermeiros Victor e Wilson, que após o recesso de fim de ano não mais voltaram ao trabalho. Uns dos últimos episódios envolvendo abandono de trabalho por atraso da folha de pagamento são os dos funcionários da Casa do Índio (CASAI), do Pólo Base da Comunidade de Feijóal, Pólo Base de Umariçu II e de profissionais contratados pelas prefeituras locais no âmbito do Programa de Saúde da Família Indígena (PSFI) que não se apresentavam em seus postos de trabalho.

Diante de todos esses episódios e embora os dirigentes do CGTT soubessem que as chances da organização continuar assumindo o papel de conveniada junto a FUNASA fosse algo difícil de se processar, ainda assim, fortes lideranças ligadas ao CGTT insistiam em contornar todos os problemas a fim de estarem a frente do convênio da saúde - pois tal fato além de implicar na manutenção de um poder político do CGTT frente a outras organizações indígenas no Alto Solimões garantia ao mesmo tempo um diálogo mais fluído entre os dirigentes da conveniada com os usuários dos serviços.

Contudo, todos os esforços das lideranças e dirigentes ligadas ao CGTT em continuar gerenciando as atividades do convênio da saúde não foi o suficiente, e no dia 16 de junho de 2006, o convênio 1423/04/CGTT/FUNASA foi encerrado de forma unilateral pela FUNASA. Sendo que todas as dívidas trabalhistas dos 338 funcionários (médicos, dentistas, enfermeiros e agentes indígena de saúde) ficaram sobre a responsabilidade do CGTT.

Ainda que o CGTT tenha apontado através do Ofício 001 de 20 de março de 2006 os valores correspondentes ao pagamento das dívidas trabalhistas de seus funcionários, a FUNASA não repassou o valor necessário para que o CGTT pudesse encerrar o convênio de maneira positiva. O valor que o contador do CGTT contabilizou para sanar todas as dívidas chegou em R\$ 3.650.000,00, mas a FUNASA repassou no dia 25 de junho de 2006 apenas R\$ 2.525.693,06, ou seja, cerca de R\$ 1.125.693,06 abaixo do valor requerido pelo CGTT.

Além de não poder mais continuar assumindo o papel de conveniada, o CGTT contraiu uma dívida e por conta disso ficou inadimplente e impossibilitado de continuar exercendo ações políticas no campo da proteção dos territórios, em projetos ligados ao desenvolvimento sustentável etc.

O CGTT, assim como outras organizações indígenas no Brasil que passaram a assumir essa difícil tarefa no campo da saúde, saíram profundamente abaladas e não mais conseguiram se reerguer diante de um processo político que ao invés de lhes lançarem em condições políticas e administrativas jamais alcançadas em toda a história do movimento indígena lhes

retiraram toda uma história de respeito e legitimidade política conquistada a duras penas desde a década de 1970.

Mesmo que a experiência adquirida pelo CGTT ao final não tenha sido um tanto que positiva, vale lembrar que embora as expectativas dos dirigentes do CGTT não tenham sido alcançadas da maneira desejada, de tudo isso, ficou um legado para outras organizações Ticuna, que mesmo não firmando convênios do patamar daquele da saúde puderam colocar em prática estratégias políticas que têm como modelo o caso do CGTT no convênio com a FUNASA.

O que na realidade pode ser visto depois de todo o processo de implantação dos DSEI's é que o Estado não deu um tempo suficiente para que as organizações indígenas, aqui no caso o CGTT, montassem uma agenda política e um quadro de profissionais habilitados para o exercício de atividades que requeriam uma experiência com a burocracia de Estado.

Essa forma experimental com que o Estado implantou o chamado “terceiro setor” expressa, ainda que de maneira um tanto implícita, o fundo de toda essa história, que era a de ter em pouco tempo o controle total sobre o gerenciamento de todas as atividades desenvolvidas no âmbito do campo da saúde indígena.

Propor que as organizações indígenas assumissem os convênios da saúde junto a um aparelho de Estado que era a FUNASA, significava dizer que pela primeira vez “os próprios indígenas estariam tocando a saúde indígena” e caso ocorressem problemas quanto ao gerenciamento dessas atividades por parte das organizações indígenas, “isso se devia ao fato de tais organismos não estarem suficientemente em condições de assumirem tais responsabilidades”, devendo o Estado tomar para si o exercício de tais atividades.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo o exercício retrospectivo realizado nesta dissertação, mas especificamente no primeiro capítulo, colocou-se como indispensável em um processo de análise da formação de unidades políticas bem localizadas, como aquelas que surgiram na comunidade de Umariáçu na época da implantação do primeiro Posto Indígena Ticuna, ainda que para muitos dos meus pares esse retorno a situações históricas e acontecimentos distantes da situação atual vivenciada pelo povo Ticuna pareça não ter algum tipo de relação direta que possa trazer a luz uma análise original da política indígena Ticuna.

No entanto, o retorno a situações históricas específicas, como a implantação do primeiro PIT e posteriores indicações de capitães de comunidades pelo SPI, servem antes como pontos de partida para o argumento de que muitas unidades políticas surgidas nessas situações indicam como determinados arranjos/redes políticas foram se formando entre os índios Ticuna.

Embora, atualmente, os grupos políticos Ticuna sejam muito mais variados, ainda assim tais grupos guardam algum tipo de relação com aquelas primeiras unidades políticas formadas desde a implantação do primeiro PIT, da chegada do Movimento da Santa Cruz, da multiplicação de PIT's no Alto Solimões e das primeiras Assembleias Gerais realizadas a partir de 1980 (só para citar aqui as situações e acontecimentos de maior alcance político e social).

Estava posto, até mesmo antes da chegada de um órgão indigenista oficial no Alto Solimões, que o povo Ticuna é avesso culturalmente a chefias centralizadas e, portanto, esquiva-se de qualquer tipo de centralização política. Sendo assim, os conflitos políticos que surgem a partir da criação de uma pretensa unidade política operada pelos funcionários do órgão indigenista quando da atração de índios Ticuna para as proximidades de um Posto Indígena na comunidade de Umariáçu na condição de capitão, tal fato acabava por instaurar

um clima de disputas internas que giravam em torno da posição de mando impressa na figura do capitão.

Desde então, os capitães indicados pelo SPI operavam um conjunto de ações políticas intimamente ligadas aos objetivos do SPI, algo que ao mesmo tempo lhe garantia a consolidação de um poder político sobre outros grupos Ticuna (organizados político-socialmente para outros fins). Com isso, algo de novo surgia entre os Ticuna, tratava-se da promoção política de famílias que exerciam uma coordenação política no campo do indigenismo junto ao órgão indigenista oficial.

Embora as relações interétnicas no Alto Solimões tenham sido produzidas por conjuntos de agentes orientados para metas distintas, há que se considerar que as diferentes situações históricas, acompanhadas sempre de conflitos, implicaram na construção de uma política indígena Ticuna- articulada e operada por lideranças que surgiam na cena social e política do Alto Solimões – ocupando diferentes posições e articulando arranjos capazes de se colocarem como meios para reduzir as espoliações sofridas pelo povo Ticuna, à luz sempre da manutenção de uma posição política privilegiada que garantisse o controle sobre determinados recursos, disputados no interior de uma “comunidade” política operada por uma multiplicidade de vozes e de agentes multissituados. Algo que há bastante tempo tem sido uma marca registrada das lideranças e de seus arranjos políticos.

É justamente na década de 1980 que se exige das lideranças Ticuna uma grande negociação política interna, quanto a uma articulação política em torno de um modelo organizativo e de ação política alheio/avesso as suas práticas políticas internas, mas imprescindível para a viabilização das demandas acordadas nas primeiras assembleias gerais que passaram a ocorrer a partir de novembro do ano de 1980 na comunidade de Campo Alegre. Momento em que se cria o Conselho Geral da Tribo Ticuna (CGTT).

Cabe ressaltar que a idéia de unicidade política entre os Ticuna nunca foi de fato uma realidade, até mesmo durante a luta pela demarcação da terra. O que de fato ocorria era uma virtual união, que se expressava “por uma única voz”, no interior de um movimento indígena que tinha consciência de que as diferenças e conflitos internos deveriam ser escamoteados em prol de um interesse comum. Indicando que a multiplicidade de vozes e projetos políticos dissidentes deveriam ser manejados de maneira silenciosa, na medida em que o interesse comum ainda não havia se realizado. No entanto, com a garantia jurídica da terra, tais projetos políticos puderam ser explicitados publicamente, dando a falsa impressão de que a origem deles remonta o pós-demarcação.

Com a demarcação física e jurídica dos seis principais territórios étnicos Ticuna no ano de 1993, o final da década de 1990 e princípio do século XXI foram seguidos da criação de uma multiplicidade de organizações e associações políticas Ticuna, orientadas para os mais variados campos de ação política. Em muitos casos essas mesmas organizações e associações se chocavam/chocam, pois disputavam projetos e convênios num interior de um mesmo campo de ação política.

Embora as relações interétnicas no Alto Solimões tenham sido produzidas por conjuntos de agentes orientados para metas distintas, há que se considerar que as diferentes situações históricas, acompanhadas sempre de conflitos, implicaram na construção de uma política indígena Ticuna- articulada e operada por lideranças que surgiam na cena social e política do Alto Solimões – ocupando diferentes posições e articulando arranjos capazes de se colocarem como meios para reduzir as espoliações sofridas pelo povo Ticuna, à luz sempre da manutenção de uma posição política privilegiada que garantisse o controle sobre determinados recursos, disputados no interior de uma “comunidade” política operada por uma multiplicidade de vozes e de agentes multissituados. Algo que há bastante tempo tem sido uma marca registrada das lideranças e de seus arranjos políticos.

É justamente na década de 1980 que se exige das lideranças Ticuna uma grande negociação política interna, quanto a uma articulação política em volta de um modelo organizativo e de ação política alheio/avesso as suas práticas políticas internas, mas imprescindível para a viabilização das demandas acordadas nas primeiras assembleias gerais que passaram a ocorrer a partir de novembro do ano de 1980 na comunidade de Campo Alegre. Momento em que se cria o Conselho Geral da Tribo Ticuna (CGTT).

Cabe ressaltar que a idéia de unicidade política entre os Ticuna nunca foi de fato uma realidade, até mesmo durante luta pela demarcação da terra. O que de fato ocorria era uma virtual união, que se expressava “por uma única voz”, no interior de um movimento indígena que tinha consciência de que as diferenças e conflitos internos deveriam ser escamoteados em prol de um interesse comum. Indicando que a multiplicidade de vozes e projetos políticos dissidentes deveriam ser manejados de maneira silenciosa, na medida em que o interesse comum ainda não havia se realizado. No entanto, com a garantia jurídica da terra, tais projetos políticos puderam ser explicitados publicamente, dando a falsa impressão de que a origem deles remonta o pós-demarcação.

Com a demarcação física e jurídica dos seis principais territórios étnicos Ticuna no ano de 1993, o final da década de 1990 e princípio do século XXI foram seguidos da criação de uma multiplicidade de organizações e associações políticas Ticuna, orientadas para os mais

variados campos de ação política. Em muitos casos essas mesmas organizações e associações se chocavam/chocam, pois disputavam projetos e convênios num interior de um mesmo campo de ação política.

Uma tendência mais contemporânea com relação às organizações e associações políticas Ticuna que surgiram no século XXI é justamente a preocupação em tecer redes de alianças e parcerias com agentes e agências locais. Ou seja, apropriar-se de uma estratégia política, que diferentemente daquelas levadas a cabo pelo CGTT e FOCCITT no princípio, onde se expressa uma recusa em certa medida de atores e agências mais distantes de seus cotidianos, preferindo coadunar-se com os atores e agências locais, em especial, aqueles ligados às prefeituras municipais e aos órgãos como FUNAI e SESAI local.

Um exemplo que ilustra bem essa nova tendência é o caso da Associação das Mulheres Artesãs Ticuna de Bom Caminho (AMATÜ), que desde a sua criação em 2003 tem conduzido suas demandas e interesses a partir de alianças com a prefeitura de Benjamin Constant. Essa aliança resultou no ano de 2010 numa aproximação com a ONG Italiana chamada Instituto Sindical para a Cooperação ao Desenvolvimento (ISCOS), esta última juntamente com a Prefeitura de Benjamin Constant firmaram uma parceria que tinha como um dos seus objetivos principais a disponibilização de uma verba para a construção de um espaço que servisse como lugar de encontro para reuniões, guarda de materiais e artesanato para exposição e venda no local.

Em 2010, a ONG italiana ISCOS “fomentou o projeto Desenvolvimento Sustentável da Fronteira Amazônica do Brasil, co-financiado pelo Ministério das Relações Exteriores da Itália, que com a ajuda da Diocese do Alto Solimões, dos Frades Capuchinhos do Amazonas-no Estado desde 1909- e da Prefeitura do Município de Benjamin Constant, mapeou vinte comunidades Ticuna, identificando a “vocação produtiva” de cada um delas para o artesanato ou para o cultivo de roças. (TEXEIRA, 2012, p.22-23)

A parceria firmada entre a ONG ISCOS e a Prefeitura de Benjamin Constant acabou por alcançar um número bastante significativo de comunidades onde o trabalho com o artesanato passou a ganhar força. Em muitas dessas comunidades as mulheres não precisaram se organizar num modelo associativo de base jurídica para que pudessem ser apoiadas por esse projeto, já que era a prefeitura que intermediava tal relação, dispondo também de uma contrapartida.

Outra associação beneficiada foi a Associação das Mulheres Artesãs Ticuna de Porto Cordeirinho (MEMATÜ- AMIPC), criada no ano de 2004, esta contou apenas com “sementes, equipamentos agrícolas e fertilizantes” (TEIXEIRA, 2012, p.23). As mulheres

dessa associação já contavam com um Centro de Artesanato que havia sido construído em parte com investimentos da Prefeitura de Benjamin Constant, bem como de uma verba advinda do Prêmio “Mulheres Rurais que Produzem o Brasil Sustentável” no valor de R\$ 20.000.00, adquirido em 13 de março de 2013 em Brasília, onde tal premiação foi recebida no lançamento do “Programa Mulher, Viver sem Violência” organizado pela Secretaria de Políticas para as mulheres da Presidência da República.

Apesar de que as alianças com as prefeituras locais tenham garantido o atendimento a determinadas demandas, por outro lado criou-se todo um universo de clientelismo muito mais forte do que em relação aqueles estabelecidos com instituições federais (que em certa medida, tem uma clareza das relações internas aos Ticuna menor e de menos controle do que as prefeituras locais).

Afirmar que nesse tipo de aliança produza-se relações de clientelismos muito mais eficientes, significa dizer que os agentes que conduzem as organizações e associações políticas Ticuna são envolvidos e/ou são encapsulados dentro de um variado leque de instituições municipais onde os cargos disponibilizados a tais agentes são distribuídos segundo os interesses de ambas as partes. Isso significa que os agentes das organizações e associações políticas Ticuna operam de maneira ativa, e não simplesmente na condição de “cooptados”, a condução e negociação que tais alianças exigem, e num jogo de posições se apresentam aos agentes das prefeituras locais como “simples instrumentos da administração municipal” para que suas posições não sejam postas em cheque.

Em muitos casos, o que se tem observado é que uma aliança firmada em uma determinada administração municipal exige da parte de lideranças e dirigentes de organizações e associações Ticuna um posicionamento político mutável, que tenha a capacidade de moldar-se diante das mudanças em determinados arranjos políticos mais gerais.

Um exemplo que pode ilustrar as implicações de mudanças de administrações municipais locais nos rumos das ações de associações e organizações Ticuna que tem nas prefeituras seu principal suporte político é o caso da MEMATÜ que na conclusão da obra de seu Centro de Artesanato teve que enfrentar a mudança de administração ocorrida a partir das eleições municipais do ano de 2012, onde o então prefeito que vinha dando suporte a construção do Centro e disponibilização de passagens para as mulheres da associação venderem seus produtos na capital- Manaus, foi interrompida com a sua derrota na campanha municipal de 2012.

Com isso, as mulheres da associação foram pegadas por disputas políticas das quais elas e muitos outros representantes de organizações e associações Ticuna são/estão envolvidos

diretamente. Tal fato implicou no ano de 2013 na paralisação da obra do Centro de Artesanato da MEMATÜ<sup>56</sup>, já que a direção da associação havia declarado nas eleições de 2012 apoio ao então prefeito. Uma estratégia adotada pela associação foi eleger uma nova diretoria que se apresentava para a administração municipal como um conjunto de mulheres que havia apoiado a atual prefeita. Para que uma nova aliança fosse estabelecida, as mulheres da associação faziam circular no interior da comunidade de Porto Cordeirinho notícias e discursos de que as atuais dirigentes da associação tinham apoiado a nova prefeita do município, exigindo por tanto apoio da mesma. Isso gerou uma série de “regimes de verdade” dentro da comunidade de Porto Cordeirinho e que eram cotidianamente estendidos até a prefeitura municipal de Benjamin Constant. Ainda assim até hoje as obras do centro estão paralisadas.

Por outro lado, no que se refere a grandes projetos que absorvem uma variedade de organizações/associações Ticuna, tem-se o projeto implementado Pelo Fundo Espanhol para o Alcance dos Objetivos do Milênio (F-ODM)<sup>57</sup>, que em parceria com o PNUD aprovou um projeto dentro da “Janela Temática: Criança, Segurança Alimentar e Nutrição”- chamado Programa Conjunto (PC), sendo “Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil”, tendo como foco de atuação duas regiões do país bastante singulares, mas que abrigam uma realidade um tanto que semelhante que é a proximidade de terras indígenas com centros urbanos. O município de Dourados no estado do Mato Grosso do Sul e a mesorregião do Alto Solimões no Amazonas foram os públicos alvo do projeto.

O Programa Conjunto (PC) que passou a ser implementado efetivamente a partir do ano de 2010, mas que recebeu o primeiro desembolso ainda em dezembro de 2009 com uma duração prevista de três anos, contou com a participação de lideranças ligadas ao CGTT, FOCCITT, OGMITAS, OGPTB, Organização Toü Maü y Meü- OTMM, Instituto de Desenvolvimento e Assistência a Saúde e as Sociedades Indígenas- IDASSI, Associação dos Trabalhadores de Saúde Pública Indígena do Alto Solimões- ASTRASP, Associação dos Caciques Indígenas de São Paulo de Olivença- ACISPO e Organização Geral dos Caciques

---

<sup>56</sup> Vale lembrar que instituições como o SEBRAE tem desenvolvido atividades no Centro de Artesanato da MEMATÜ, mas no que diz respeito a uma lógica de produção de determinados artesanatos (bijoterias) para o mercado local. Sem o financiamento direto, como no caso da prefeitura municipal.

<sup>57</sup> O Fundo F-ODM foi estabelecido através de um acordo de cooperação entre o governo da Espanha e o PNUD, assinado em dezembro de 2006 pelo valor de 528 milhões de Euros. Em setembro de 2008 se assinou um acordo complementar por um valor adicional de 90 milhões de Euros para a janela temática da criança, segurança alimentar e nutrição. O fundo articula-se em oito janelas temáticas e opera através de agências da ONU, promovendo o fortalecimento da coerência e eficácia das intervenções de desenvolvimento através da colaboração entre agências, fundos e programas das Nações Unidas. (LAHOZ, 2011, p.4)

das Comunidades Indígena do Povo Cocama- OGCCIPC, e de Agentes de Saúde (AIS) dos Pólos Base de Saúde.

**Tabela 6**

| <b>Orçamento do PC por agência em USD</b> |                  |                   |
|---|------------------|-------------------|
| <b>Agencia</b>                            | <b>Orçamento</b> | <b>% do Total</b> |
| OPAS                                      | 2.185.308        | 36,42             |
| UNICEF                                    | 1.118.424        | 18,64             |
| FAO                                       | 994.548          | 16,58             |
| PNUD                                      | 885.008          | 14,75             |
| OIT                                       | 816.712          | 13,61             |
| Total                                     | 6.000.000        | 100,00            |

Fonte: LAROZ, 2011.

Ainda que o PC tenha como objetivo principal a criança e a mulher, nota-se que a participação da mulher Ticuna nesse projeto foi mínima (apenas com a presença de Isabel Fernandes e Adelina Fidelis de Belém do Solimões) o que evidencia o peso político das lideranças masculinas num campo político em que as organizações de maior expressão política, historicamente estiveram sempre em poder dos homens. No entanto, esse projeto em particular não gerou efeitos mais concretos pelo fato de ser algo pensado e planejado sem uma participação efetiva de lideranças e dirigentes que atuam politicamente no campo da saúde e, por outro lado, por envolver organizações com projetos e interesses políticos marcadamente distintos. O que na verdade ocorreu foi a execução de um projeto pensado de cima para baixo, que mesmo ao longo de seu desenvolvimento com a inclusão de agentes locais nas atividades propostas, não se readequou diante das particularidades locais.

As lideranças envolvidas nesse projeto foram absorvidas na órbita de atuação do mesmo, mas não introduziram mudanças significativas no andamento das atividades

propostas pelo Fundo F-ODM, mudanças ínfimas aqui e ali foram realizadas, mas os objetivos gerais se mantiveram quase que intactos.

Como o Programa Conjunto (PC) contava com a participação de cinco agências ligadas a ONU (OPAS, UNICEF, PNUD, FAO e OIT), e que desenvolviam metas e ações políticas análogas, o espaço em que as mulheres Ticuna puderam dialogar com mais intensidade foi aquele regido pela OIT, que trabalhava com a proposta de apoio as associações de mulheres indígenas participantes da “Oficina de Divulgação da Chamada de Projetos junto às Mulheres Indígenas”, visando a elaboração de projetos à serem apresentados a Carteira Indígena, em virtude do edital “Chamada pública de Projetos junto às Mulheres Indígenas” (LAHOZ, 2011, p. 43).

Projetos como estes nos indicam que o campo político do movimento indígena Ticuna é minado pela presença masculina, que por disporem tanto de uma história no movimento e/ou de estarem à frente das organizações mais expressivas, acabam que anulando a presença de lideranças femininas em determinados fóruns de negociações.

Ainda que muitas dessas associações e organizações, surgidas até o ano de 2006, tenham sido fundadas a partir de um grande projeto político coordenado por fortes lideranças ligadas ao CGTT ou FOCCITT, as associações/organizações menores procuram atualmente se distanciarem da polarização política existente entre CGTT e FOCCITT, manifestando o desejo de autonomia política frente a esses grandes projetos.

Mesmo que muitas dessas associações/organizações participem de encontros organizados pelo CGTT e FOCCITT, isso não significa que os diálogos tecidos nesses encontros promovam uma vinculação política dessas primeiras a essas últimas. Manter-se autônoma e manter algum tipo de diálogo com as fortes organizações significa viabilizar uma legitimidade e poder político diante de uma categoria profissional e/ou social ou da comunidade de origem.

Um caso que pode ilustrar bem episódios desse tipo foi a reunião realizada na comunidade de Umariçu II por Tertulino Mendes, no dia 14 de fevereiro de 2014. Ainda que Tertulino tenha sido o principal fundador da Associação dos Artesãos e Cultura Indígena de Umariçu (Eware ACIU) no ano de 2000, o seu afastamento durante cerca de 10 anos o exigia promover uma articulação política com fortes lideranças e dirigentes de organizações com um peso político dentro do movimento Ticuna.

Essa reunião de posse de Tertulino Mendes como presidente da Eware ACIU, que contou com a participação de dona Maria Araújo Mendes presidente da ANCIFÜ-UMA'TÜNA, Paulo Honorato Mendes presidente da FOCCITT, Nino Fernandes diretor do

Museu Magüta, Mario Cruz vereador Ticuna e vice-presidente da Câmara de Vereadores de Tabatinga e demais lideranças internas da comunidade de Umariçu II, constituía-se como um momento ideal para que Tertulino Mendes pudesse mobilizar uma rede de alianças políticas, que ao mesmo tempo lhe garantisse uma legitimidade política diante da comunidade já que ele desfrutava de uma boa relação política com as duas principais lideranças do movimento indígena Ticuna, Nino Fernandes, na época presidente do CGTT, e Paulo Mendes, presidente da FOCCITT.

Tertulino Mendes, por sua vez, só conseguia reunir duas lideranças antagônicas do ponto de vista político, pois o mesmo havia participado com a Nino Fernandes da diretoria do CGTT durante o convênio com a FUNASA e, por outro lado, por ser primo de Paulo Mendes.

Todo esse ambiente político criado e operado por Tertulino Mendes visava antes de tudo a promoção política da Associação Eware ACIU, que passava no momento por uma situação de inadimplência. Trazer Nino Fernandes como alguém que goza de uma vasta experiência junto ao Museu Magüta no quesito visitação turística, era um dos principais objetivos de Tertulino, já que a sua principal proposta é transformar a Eware ACIU em um centro de atração turística dentro da comunidade, aproveitando o grande potencial turístico existente na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia.

Nesse sentido, o que Tertulino propusera, diante de uma intencionalidade bastante dirigida, era produzir um ambiente político em que a Eware ACIU exercesse uma posição política no interior da comunidade de Umariçu II e diante das fortes organizações Ticuna, em que a consolidação de uma autonomia política não viesse a se chocar com o campo político mais amplo do movimento indígena Ticuna ainda regido, em certa medida, por CGTT e FOCCITT.

Atualmente, os dirigentes das principais organizações e associações políticas Ticuna procuram definir novas formas de ação política dentro do movimento que venham a colocar suas organizações em novos espaços de relações políticas que lhes garantam o acesso a determinados recursos, posições políticas (como cargos de chefia em instituições de estado diretamente envolvidas com povos indígenas e a possibilidade de ocuparem cargos de vereador, deputado estadual ou federal) e evidentemente exercendo um controle mais efetivo sobre uma representação política do povo indígena Ticuna.

Uma situação que ajuda a refletir sobre a luta travada entre muitas lideranças Ticuna no que se refere ao controle de uma representação política dentro do movimento indígena trata-se da proposta de lideranças da FOCCIT em criar uma organização que tem como princípio a unificação política/jurídica de todas as organizações e associações indígenas no Alto

Solimões. A ideia é modificar as siglas da FOCCITT para que a mesma possa se colocar como a organização que irá operar uma coordenação política no Alto Solimões.

Mais só que tem que hoje nós tamo resgatando tudo. Nós tamo juntando todas as organizações, unificando. Onde elas vão ser filiadas na FOCCITT. A FOCCITT que vai ser a cabeça de todas as organizações. E até pra outras organizações quem vai da a declaração vai ser a FOCCITT, pra funcionar melhor.

Vai significar a União das Organizações das Etnias do Alto Solimões! Nós tamo verificando como é que vai ser. Ou ela fica FOCCIAS ou FOCIAS, alguma coisa assim que vai falar de Alto Solimões. Então nós estamos verificando, inclusive nós já tamo com advogado pra verificar e provavelmente se mudar vai ter que mudar tudo, toda a lei, todo artigo, tudo. E nós tamo vendo e pensando assim devagar. Não vai ser assim na marra né. Nós tamo pensando será que vai da certo, será que não vai? (Informação Verbal, Paulo Honorato Mendes)

Ainda que essa proposta se apresente como importante para as lideranças refletirem sobre a história do movimento indígena Ticuna, bem como das implicações posteriores ocasionadas pela multiplicação de organizações e associações Ticuna após o fim década de 1990, algo de imediato se coloca diante dessa proposta, trata-se de uma contradição em termos de uma ideia de autonomia política reivindicada desde o princípio do movimento e que agora essa mesma autonomia política é sufocada pela atuação de fortes lideranças Ticuna que pretendem ter o controle sobre as atuais organizações/associações e sobre aquelas que possam surgir após a consolidação desse projeto.

Esse projeto de unificação das organizações e associações indígena no Alto Solimões não é algo recente, pelo contrário, pelo menos há uns dez anos essa proposta já havia sido lançada por lideranças e dirigentes ligados ao FOCCITT, mas como Cristovão Moçambite, presidente da Organização Geral dos Caciques das Comunidades Indígenas do Povo Cocama (OGCCIPC- ou sete letras), posicionou-se contrário a esse projeto e recusou-se a articular um arco de alianças em torno dessa proposta, o projeto foi deixado de lado por um tempo, até que um novo campo político favorável ao mesmo se instaurasse.

Como Cristovão Moçambite era representante da terceira maior força política do movimento indígena no Alto Solimões, uma aliança tecida entre ele e o presidente da FOCCITT seria consolidar de uma vez por todas uma superposição de poder desta última sobre o CGGTT, algo que inevitavelmente garantiria à FOCCITT uma coordenação política de todo o movimento indígena no Alto Solimões.

No entanto, com o falecimento de Cristovão Moçambite esse projeto é resgatado pelos atuais dirigentes da FOCCITT, pois o atual presidente da OGCCIPC acredita que esse projeto de unificação pode ajudar na luta dos índios Cocama pela demarcação do território e do reconhecimento destes como povo indígena já que toda uma história do movimento indígena no Alto Solimões é resgatada nesse projeto.

“Olha Anderson, muitas pessoas de organizações não querem isso daí, porque quem é que quer que outro mande na sua cozinha”. A fala inicial deste parágrafo resume a sensação existente entre as organizações e associações menores Ticuna, pois apesar do apoio político da OGCCIPC, muitas outras organizações/associações menores, tanto Ticuna quanto de outras etnias, recusam qualquer tipo de vinculação nos termos propostos por esse projeto, pois tal adesão implicaria numa perda de autonomia política e conseqüentemente da possibilidade das mesmas poderem negociar diretamente cargos e favores com as prefeituras e instituições como FUNAI e SESAI locais.

A transição de simples eleitores para a condição de candidatos<sup>58</sup>, a “saída” da condição de “tutelados” para ocupar cargos dentro da estrutura administrativo-burocrática dos órgãos responsáveis pela aplicação de políticas e ações públicas para os povos indígenas, renovou a grande máxima dos movimentos indígenas no Brasil que é a tão sonhada autonomia política. Porém, esses novos contextos em que as lideranças e dirigentes do movimento e organizações/associações políticas Ticuna se inscrevem exigem uma série de novas articulações políticas que viabilizem um conjunto de ações que possa garantir a composição de um novo cenário da política indígena Ticuna para um redimensionamento da atuação do movimento e de suas organizações/associações.

Pelo menos desde o início o ano de 2004, muitas organizações e associações políticas Ticuna foram criadas para além das disputas políticas entre CGTT e FOCCITT, indicando que não se trata atualmente da criação de um conjunto de organizações e associações que venham a fortalecer uma dessas grandes organizações, pelo contrário, o que muitas lideranças locais hoje tem buscado é justamente criar mecanismos políticos que lhes auxiliem na luta por direitos que não estejam sendo respeitados no interior de suas próprias comunidades e/ou para procurar auxiliar na atenção a demandas que possam surgir a partir das necessidades da comunidade ou categoria social e profissional ali existente.

Portanto, desde a consolidação da Constituição Federal de 1988 os povos indígenas tiveram que definir novas formas de ação política que viessem lhes auxiliar na luta por direitos coletivos. No caso do povo Ticuna, esse processo de institucionalização das organizações, no caso do CGTT, levou cerca de nove anos desde a constituição de 1988 para que o mesmo adquirisse uma personalidade jurídica. A partir de 1997, todas as organizações e associações Ticuna adquiriam personalidade jurídica logo após a sua criação.

---

<sup>58</sup> A relação entre os Ticuna e a política partidária e eleitoral da sociedade brasileira pode ser analisada a partir da observação de situações históricas específicas – porém, não desconexas – às quais correspondem três formas de participação política também específica, porém não excludentes entre si: a primeira diz respeito à condição de eleitores; a segunda, à de candidatos e a terceira, à de políticos (ABREU BRUNO, 2000, p.205).

Como muitos dos dirigentes dessas novas organizações e associações ainda não tinham um domínio considerável sobre uma lógica de ação política no interior do campo jurídico, logo se viu um conjunto de inadimplências afetando as recém criadas organizações/associações. Nesse sentido, durante muito tempo essas organizações/associações se esforçavam/esforçam para saírem da condição de inadimplência, no entanto, a estratégia geralmente adotada é acionar políticos locais para que os mesmos venham a retirar-lhes de tal condição.

O que se gerou com essa aproximação foi justamente o estreitamento das relações com agentes locais, fato que produziu um distanciamento dos agentes extra locais. Se por um lado os políticos locais solucionam, em alguns casos, muitos problemas relativos à inadimplência dessas organizações/associações, por outro lado criou-se todo um universo de dívidas morais com os mesmos, fato que se reflete nas disputas políticas pelos cargos de vereador e prefeito, onde cada organização/associação fecha uma determinada aliança por conta dessas tais dívidas morais, algo que aliado a outros fatores inviabilizam a eleição de vereadores Ticuna.

Mesmo que atualmente as organizações e associações Ticuna manifestem o interesse de tecer redes políticas mais localizadas, a fim de resolverem seus problemas de maneira mais imediata, ainda assim os assessores indigenistas mais distantes são evocados em situações críticas, pois os mesmos possuem canais políticos diretamente vinculados aos agentes das altas hierarquias de poder de órgãos como FUNAI e SESAI e operam com muita facilidade toda uma estratégia política e discursiva que viabilize a resolução de muitos problemas que afetam as organizações/associações indígenas.

Um exemplo em particular desse tipo de situação é justamente aquele que envolve a situação de inadimplência enfrentada pelos dirigentes do CGTT desde o fim do convênio 1423/04, em 2006. Como o CGTT havia contraído uma dívida e não conseguia pagar, pois não contava com o apoio da FUNASA- instituição esta que deveria ser solidária ao mesmo, foi quando parceiros de longa data como o professor João Pacheco de Oliveira, Regina Erthal e membros do setor de etnologia do Museu Nacional como Crenivaldo Veloso Jr e Bruno Pacheco que vinham desempenhando alguns projetos dentro do Museu Magüta foram convocados por Nino Fernandes e Paulino Manoelzinho Nunes a intervirem na figura de pesquisadores nos processos 2008.32.01.000173-5 e 2007.32.01.000231-5 em andamento na Justiça Federal no município de Tabatinga<sup>59</sup>.

---

<sup>59</sup> Com a intenção de auxiliar o procurador do MPF-TBT, a pesquisadora Regina Erthal encaminha uma mensagem eletrônica ao procurador, relatando a importância política e cultural do Museu Magüta para a perpetuação da cultura indígena Ticuna.

Como o CGTT vinha sofrendo, desde o fim do convênio acima citado, com diversos mandados de penhora do Museu Magüta- único bem citado pelas lideranças do CGTT como bem passível de penhora, os pesquisadores acima citados intervieram no processo no que dizia respeito fundamentalmente na impenhorabilidade do Museu Magüta. A ação dos pesquisadores era reforçada na posição tomada pelo Procurador do Ministério Público Federal em Tabatinga (PRM-TBT) em defesa do Museu Magüta, pois o mesmo se constitui como um “bem de interesse público”, portanto, julgava inconstitucional a ação da Justiça Federal.

No que abrange a possibilidade de penhora e alienação em hasta pública do Imóvel onde está situado atualmente o Museu Magüta, considero haver plena legitimação pra este ministério Público Federal intervir judicialmente nesta seara “face o inegável valor cultural do bem em questão (elementos informativos juntados aos autos) e dado que o Estado deverá proteger as manifestações das culturas indígenas (art. 215, § 1º, da CRFB), com a promoção e proteção do patrimônio cultural brasileiro (art. 216, § 1º, da CRFB) (...) O valor do referido bem imóvel (que engloba o solo e tudo quanto se lhe incorporar natural ou artificialmente – art. 79 do Código Civil) seria infinitamente superior ao “valor de mercado” de qualquer outro bem imóvel que não esteja afetado à preservação da cultura indígena, se é que esta possa ser objeto de aferição econômica. O Direito à Memória das comunidades participantes do processo civilizatório nacional, dentre os quais se inserem os índios Ticuna, inviabiliza qualquer tentativa de supressão/aniquilamento dos valores culturais ora em comento, principalmente quando tal tentativa é pautada exclusivamente por interesses patrimoniais e de arrecadação. (Procurador Leonardo de Faria Galiano, Peça de Informação nº 1.13.001.000120/2012-35-PRM-TBT, p. 9 - 21)

Como resultado de um conjunto de ações encabeçadas pelas lideranças ligadas ao CGGTT, dos pesquisadores e do procurador Leonardo de Faria Galiano, os mandados de penhora ao Museu Magüta pararam de ser expedidos indicando que o Museu Magüta não seria penhorado, mas que a dívida contraída pelo CGTT o aprisionava na condição de inadimplência, impossibilitando-o de firmar novos convênios e/ou de desenvolver projetos com financiamento.

O que veio a fortalecer ainda mais a parceria entre lideranças, pesquisadores e Ministério Público Federal-Tabatinga, foi a visita que o Procurador Ricardo Perin Nardi realizou no ano de 2011 na sede do Museu Magüta, com o objetivo de atestar pessoalmente os muitos problemas enfrentados pelo museu, e mais do que isso, visualizar os artefatos produzidos por índios Ticuna que compõem o acervo do Museu e que servem antes de tudo como testamento de uma cultura viva.

Durante o pouco tempo que o procurador Ricardo Perin Nardi ficou na PRM-TBT, o mesmo dedicou-se a retirar o Museu Magüta de uma vez por todas das cobranças de penhora. Após essa visita, desde então nunca mais chegou às mãos do diretor do Museu Magüta qualquer documento relativo à penhora do mesmo.

---

O episódio acima descrito evidencia por um lado os problemas jurídicos (inadimplência) adquiridos por organizações indígenas quando as mesmas se encontram no universo da institucionalização- fato que as impede de darem continuidade a muitas de suas atividades e, por outro lado, evidencia a ação política de lideranças indígenas que acionando seus parceiros promovem uma articulação política imprescindível para a resolução de problemas pontuais como este.

Por fim, cabe lembrar que as organizações e associações políticas Ticuna aliadas a outros segmentos de forte representação política como os capitães de comunidades e demais lideranças internas, se constituem como um dos principais veículos de pressão política frente ao Estado, fundamentais nos processos políticos de negociação nos quais as comunidades Ticuna são afetadas diretamente.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ALMEIDA, Fábio Vaz Ribeiro de; ERTHAL, Maria Regina de Carvalho. Os Ticuna diante da degradação ambiental In: Povos indígenas no Brasil, 1996-2000/ [Carlos Alberto Ricardo (editor)]. – São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000.
- ALMEIDA, Fábio Vas Ribeiro de; SEUZA, Ingloz de. Projetos para Sustentabilidade das TIs In. Povos Indígenas no Brasil: 2001-2005/editores gerais Beto Ricardo e Fany Ricardo]. – São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006.
- ALMEIDA, Fábio Vaz Ribeiro de & NEVES, Lino João de Oliveira. (...) As vozes do mundo/Boaventura de Souza Santos (org). – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- ANDERSON, Benedict R. Introdução In. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo/Benedict Anderson; tradução Denise Bottman. – São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BACHELARD, Gaston. O primeiro obstáculo: a experiência primeira In. A formação do espírito do científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento/Gaston Bachelard; tradução Estela dos Santos Abreu. – Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. Espaço social e poder simbólico In: Coisas ditas/Pierre Bourdieu; tradução de Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim; revisão técnica Paula Monteiro . - São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica In. Usos e Abusos da história oral/Janaína Amado & Marieta de Moraes Ferreira, coordenadores. – 8. ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. A gênese do conceito de habitus e campo. In O poder simbólico/Pierre Bourdieu; tradução Fernando Tomaz (português de Portugal) – 11º Ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2007.
- BRUNO, Paulo Roberto de Abreu. Mobilização eleitoral e participação política entre os Ticuna In. Os Ticuna Hoje. Amazônia em Cadernos, nº 5, jan./dez., Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2000.
- BRUNO, Paulo Roberto Abreu. “Pra frente com a escola: reflexões sobre a educação escolar Tikuna In: Rastros da Memória: histórias e trajetórias das populações indígenas na Amazônia/ Patrícia Melo Sampaio e Regina de Carvalho Erthal (org.). Manaus: EDUA, 2006.
- CLIFFORD, James. A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX In. A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX/James Clifford; organizado por José Reginaldo Santos Gonçalves. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.
- ERTHAL, Regina Maria de Carvalho & ALMEIDA, Fábio Vaz Ribeiro de. O GT Lauro Sodré em uma perspectiva da história da demarcação de terras indígenas no Alto Solimões. Revista de Estudos e Pesquisas, FUNAI, Brasília, v.1, n.1, p.141-180, jul. 2004.
- ERTHAL, Regina Maria de Carvalho. A formação do agente de saúde indígena Tikúna no Alto Solimões In. COIMBRA JR., CEA., SANTOS and ESCOBAR, AL., orgs. Epidemiologia e saúde dos povos indígenas no Brasil [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; Rio de Janeiro: ABRASCO, 2005.
- ERTHAL, Regina Maria de Carvalho. Museus indígenas: articuladores locais de “tradições e projetos políticos” In: Rastros da Memória: histórias e trajetórias das populações indígenas na Amazônia/ Patrícia Melo Sampaio e Regina de Carvalho Erthal (org.). Manaus: EDUA, 2006.

- FAULHABER, Priscila. Movimento indígena em Tefé In. O lago dos espelhos: etnografia do saber sobre a fronteira em Tefé/Amazonas. – Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1998.
- FAULHABER, Priscila. Processos jurídicos, ação corporativa e etnopolítica Ticuna no Brasil In. Arquivos do Museu Nacional, Rio de Janeiro, v.61, n.2, p.61-70, abr/jun, 2003.
- FOUCAULT, Michel. Verdade e poder In: Microfísica do poder/ Michel Foucault; organização e tradução de Roberto Machado. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. Soberania e Disciplina In: Microfísica do poder/ Michel Foucault; organização e tradução de Roberto Machado. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: B. Feldman-Bianco (org.) Antropologia das sociedades contemporâneas - Métodos. Bela Feldman-Bianco (org.) - São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- GRAMKOW, Márcia Maria; MELO, Guiomar; VIANNA, Fernando de Luiz Brito; WENTZEL, Sondra. Antropologia, povos indígenas, cooperação internacional e políticas públicas no Brasil In. Povos indígenas: projeto e desenvolvimento. Cássio Noronha Inglez de Souza, Antonio Carlos de Souza Lima, Fábio Vaz Ribeiro de Almeida, Sandra Wentzel (org.). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2007.
- LAHOZ, Carmem. Fundo Espanhol para o alcance dos objetivos do novo milênio (FODM PNUD/Espanha). Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil. Avaliação do Meio Termo. Relatório Final, 2011.
- LIMA, Antonio Carlos de Souza. Povos indígenas no Brasil contemporâneo: de tutelados a “organizados”? In: Sousa, Cássio Noronha Inglez de; Almeida, Fábio Vaz Ribeiro de; Lima, Antônio Carlos de Souza & Maria Helena Ortolan (orgs). Povos indígenas: projetos e desenvolvimento II/Brasília: Paralelo 15, Rio de Janeiro: LACED, 2010.
- LIMA, Antonio Carlos de Souza. O exercício da tutela sobre os povos indígenas: considerações para o entendimento das políticas indigenistas no Brasil contemporâneo. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 2012, v.55, nº2.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. A situação do Tukúna e a Proteção Oficial (1961) In. A sociologia do Brasil indígena. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro; São Paulo, Editora da USP, 1972.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O índio e o mundo dos brancos/ Roberto Cardoso de Oliveira. ---4. ed.---Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1996.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvi, escrever In. O trabalho do antropólogo. 2. Ed. Roberto Cardoso de Oliveira. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. As facções e a ordem política em uma reserva Tükuna. Dissertação de Mestrado, Brasília: Universidade de Brasília, 1977.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. O Projeto Tükuna: uma experiência de ação indigenista In. Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1987.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de & LIMA, Antônio Carlos de Souza. O massacre de São Leopoldo: mais uma investida contra os Ticuna In. Povos Indígenas no Brasil- 1987/88/89/90 – CEDI.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. “O nosso governo”: os Tikuna e o regime tutelar. Rio de Janeiro: Marco Zero/CNPq, 1988.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. Segurança das fronteiras e o novo indigenismo: formas e linhagem do Projeto Calha Norte In. Projeto Calha Norte: militares, índios e fronteiras/João Pacheco de Oliveira. Rio de Janeiro: UFRJ; PETI- Museu Nacional, 1990.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. O idioma da intolerância: situação etnográfica, comunidades de comunicação e redefinições de realidade In. Os Ticuna Hoje. Amazônia em Cadernos, nº 5, jan./dez., Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2000.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. Políticas indígenas contemporâneas: regime tutelar, juegos políticos y estratégias indígenas In: Hacia una antropología Del indigenismo: estudios críticos sobre los procesos de dominación y las perspectivas políticas actuales de los indígenas em Brasil. João Pacheco de Oliveira (comp.). Rio de Janeiro/Lima: Contra Capa/Centro Amazónico de Antropología y Aplicación Práctica, 2006.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco a). A Refundação do Museu Magüta: etnografia de um protagonismo indígena In. Coleções e Colecionadores: A polissemia das práticas. Rio de Janeiro, Museu Histórico Nacional, 2012.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de b). Formas de dominação sobre o indígena na fronteira amazônica: Alto Solimões, de 1650 a 1910. Caderno CRH, Salvador, v.25, n.64, p.17-31, Jan./Abr, 2012.

ORO, A P. Tükuna: Vida e Morte. Universidade de Caxias do Sul. Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes. Porto Alegre. Ed. Vozes, 1978.

PALADINO, Mariana. Estudar e experimentar na cidade: trajetórias sociais, escolarização e experiência urbana entre “jovens” indígenas Ticuna, Amazonas. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS, Museu Nacional, 2006.

TEIXEIRA, Nilza Silvana Nogueira. Cestaria, noções matemáticas e grafismo indígenas na prática das artesãs Ticuna do alto Solimões/Nilza Silvana Nogueira Teixeira.- Manaus: UFAM, 2012.

TURNER, Victor. Hidalgo: A história enquanto Drama Social In: Dramas, Campos e Metáforas: Ação simbólica na sociedade humana. Rio de Janeiro: EDUFF, 2008.

VALENTE, Renata Curcio. Conceitos e metodologias de desenvolvimento social da GTZ e projetos para povos indígenas no Brasil: reflexões de um processo de larga escala In. Povos indígenas: projeto e desenvolvimento. Cássio Noronha Inglês de Souza, Antonio Carlos de Souza Lima, Fábio Vaz Ribeiro de Almeida, Sandra Wentzel (org.). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2007.

VERDUM, Ricardo. Etnodesenvolvimento e mecanismos de fomento do desenvolvimento dos povos indígenas: a contribuição do Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA) In. Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política indigenista. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED, 2002.

RAMOS, Alcida Rita. Convivência Interétnica no Brasil: os índios e a nação brasileira. Série Antropologia. Brasília, 1997.